Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

LXXXVIII

SÃO PAULO
1993

ÍNDICE

Apresentação 5

Ciclo de Palestras 7

São Paulo no ano de 1894 9

A fundação do IHGSP. Os idealizadores e a sessão inaugural. Cesário Motta Jr., o primeiro presidente. As antigas e a atual sede — Roberto Machado Carvalho 19

Prudente de Moraes, primeiro presidente honorário — Maria Lúcia de Sousa Rangel Ricci 37

Os fundadores do IHGSP — Duílio Crispim Farina 43

Afonso Taunay e o IHGSP — Odilon Nogueira de Matos 47

As Condecorações do IHGSP — Lauro Ribeiro Escobar 53

O Museu "José Bonifácio" e o Arquivo Histórico — Reginaldo Moreira de Miranda 57

A Revista do IHGSP e a Pesquisa Histórica — Célio Debes 61

A Paleografia — Ricardo Román Blanco 67

Literatos na História do IHGSP — Antonio Roberto de Paula Leite .. 77

Artistas plásticos no IHGSP — Délio Freire dos Santos 83

A expressão musical de São Paulo em fins do século XIX — José da Veiga Oliveira 93

CAPA — porta de entrada do IHGSP na rua Benjamim Constant, 158 (Centro). Trata-se de uma relíquia histórica transportada do antigo Palácio do Governo situado no Pátio do Colégio. Foi inaugurada juntamente com o edifício-sede em 25 de janeiro de 1954.

APRESENTAÇÃO

A Diretoria pretendeu, bem conforme ao espírito que norteou a fundação e conduziu a efetivação do Instituto, iniciar os atos assinaladores do Centenário, realizando um Ciclo de Palestras que fosse, no conjunto, uma História da instituição.

Esse curso foi realizado em nosso auditório entre os dias 20 de outubro e 17 de novembro de 1993. Aos palestrantes atribuiu-se um tema e concedeu-se liberdade para desenvolvê-lo, autenticidade que se revela no muito de pessoal encontrável nos diferentes textos. Em uns mais do que em outros. À uniformidade preferiu-se a visão pessoal na pesquisa e na interpretação dos valores e dos acontecimentos.

As doze aulas ministradas naquela oportunidade estão reunidas pela ordem em que foram dadas neste que é o volume oitenta e oito da Revista. Acreditamos que ele resume a história de nossa entidade, vista e abordada por ângulos que completam o todo. Com esta edição e com reverente pensamento de gratidão aos três idealistas que traçaram os contornos e aos sessenta e nove signatários da ata de fundação, bem como aos associados e aos diretores que lhe deram cem anos de vida, abrimos o ano do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

HERNÂNI DONATO
Presidente

CICLO DE PALESTRAS — "O CENTENÁRIO DO IHGSP"

OUTUBRO — NOVEMBRO DE 1993
HORÁRIO: 17 — 19 horas — quartas-feiras
LOCAL: Auditório do IHGSP

OUTUBRO

20 — "São Paulo no ano de 1894", por HERNÂNI DONATO.
"A fundação do IHGSP — os idealizadores e a sessão inaugural. Cesário Motta Jr., o primeiro presidente. As antigas e a atual sede", por ROBERTO MACHADO CARVALHO.

27 — "Prudente de Moraes — primeiro presidente honorário", por MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL RICCI.
"Os fundadores do IHGSP", por DUÍLIO CRISPIM FARINA.

NOVEMBRO

3 — "Afonso de Taunay e o IHGSP", por ODILON NOGUEIRA DE MATOS.
"As condecorações do IHGSP", por LAURO RIBEIRO ESCOBAR.

10 — "O Arquivo Histórico e o Museu "José Bonifácio" e seu acervo", por REGINALDO MOREIRA DE MIRANDA.
"A Biblioteca e Hemeroteca do Instituto e a pesquisa histórica e geográfica; a Revista e seus notáveis colaboradores", por CÉLIO DEBES.
"A Paleografia no IHGSP", por RICARDO ROMÁN BLANCO.

17 — "Os literatos no IHGSP", por ANTONIO ROBERTO DE PAULA LEITE.
"Artistas plásticos no IHGSP", por DÉLIO FREIRE DOS SANTOS.
"A expressão musical de São Paulo em fins do século XIX", por JOSÉ DA VEIGA OLIVEIRA.

ROBERTO MACHADO CARVALHO
Coordenador

HERNÂNI DONATO
Presidente

A CIDADE DE SÃO PAULO EM 1894

HERNÂNI DONATO

Febricitava. De progresso. Nenhum setor de atividade ficara ao largo de um evoluir desordenado porém vigoroso.

As bases do progredir estavam no esparramar-se dos cafezais pelo norte e o centro do Estado fazendo brotar fazendas, vilas, oficinas, depósitos, fortunas, muitas e grandes fortunas; nas ferrovias estendidas com fúria em diversas direções, especialmente a São Paulo Railway; no porto de Santos, desde 1893 o primeiro do mundo na exportação de café; nas dezenas de fábricas que respondiam à demanda de bens e de serviços decorrente do crescimento populacional.

E mais, e sensivelmente, na política republicana de modernização das cidades principais, dotando-as de infra-estrutura e de comodidades à altura das boas capitais européias. Daí que o comércio e a indústria tenham sido bem contemplados pelos arrojos financeiros que por fim tombaram no atoleiro do "encilhamento". Um pouco de pragmatismo, disso decorrente, justificaria o apoio que governo e lideranças paulistas davam a Floriano Peixoto no combate à Armada e aos federalistas sulinos que apontaram em seu avanço para as fronteiras do Estado. A 7 de abril, em mensagem pública, Bernardino de Campos, na chefia do executivo bandeirante, definiu e defendeu o posicionamento ao lado do marechal presidente.

Além das obras públicas — passeios, esgoto, calçamento —, o traumático aumento demográfico era o traço mais visível do avultar da cidade. Vinte anos antes ela contava 31.385 habitantes. Um lustro depois somava 64.934. Subiram para 130.775 em 1894. Na virada do século, a disparada dos números apon-

taria 239.820 moradores. Nem espiritual nem materialmente estava ela, cidade, preparada para tamanho ingurgitamento. O viver ganhou aceleração. Nas ruas ouvia-se algaraviar em dez idiomas; nas casas de pasto tumultuosamente abertas podiam-se provar requintes de cozinhas estranhas; usos e costumes deviam incorporar com rapidez novidades procedentes de várias regiões e etnias. O noticiário jornalístico revela o pasmo ante o surgir da violência e o confronto com atitudes e práticas que afrontavam a pacata sisudez e a hombridade tradicionais. Os preços dos imóveis e o aproveitamento do espaço habitável ou negociável ganharam cifras espantosas.

É que a onda imigratória subia. Até 1888 entraram 18.000 a 20.000 estrangeiros por ano. Já no ano da abolição da escravatura chegaram 125.000. No seguinte, 180.000. A grande maioria deles, para São Paulo, Estado e capital.

Esse afluxo, somado ao de migrantes norte-nordestinos tangidos por estiagens particularmente graves, e dos antigos escravos tumultuariamente postos nas ruas, transtornou o modo de viver e o retrato físico da cidade. Da magreza confinada ao Triângulo e adjacências, o arruado e o casario transpuseram o Vale do Anhangabaú aproveitando a comodidade do viaduto do Chá — velho de apenas dois anos — e espraiara-se pelas terras das chácaras do barão de Itapetininga, dos Sousa Queiroz, dos Arouche. Os bairros de Santa Cecília, da Luz, da Vila Buarque, dez anos antes chamados "arrabaldes pitorescos", mostravam-se repartidos em propriedades contendo mansões de fazendeiros, altos fucionários, "coronéis" da política e da economia, estrangeiros, altamente postados nos negócios de importação e exportação. Mesmo em 1894 o Boulevard Bouchard resultava no bairro chique de Higienópolis, com 14 ruas cujos nomes reverenciavam figuras notáveis da prosápia paulistana. Pelo então remoto planalto do Pacaembu, onde desde outubro o moderníssimo Hotel Higienópolis agasalhava hóspedes de honra da cidade, o serviço público fizera estender até as portas do hotel um ramal da linha de bondes que subia a Rua da Consolação.

Essa linha da Consolação apontava para a Avenida Paulista. Esta, aberta em 1891, larga e reta como nenhuma outra via e longa 2.800 metros, era anúncio da vontade paulistana de crescer e inovar. A Avenida fizera desbordar o povoamento para as encostas do rio Pinheiros, abrindo a Vila América (os bairros Jardins de hoje), urbanizada pelos padrões exigentes da Companhia City, contribuição inglesa para a europeização da cidade.

Essa, a São Paulo que aumentava com elegância, distinção, recursos de técnica e de finanças. Havia outra São Paulo, a que intumescia, em desalinho e pobreza ruidosa e colorida, nos bairros proletários do Brás, do Belém, do Bom Retiro, do Baixo Piques. Nessa comprimia-se a camada dos novos paulistanos, a dos imigrantes pobres. Eram os latinos, os nordestinos, os antigos escravos buscando difícil acomodação na prateleira social. Os imigrantes ricos, não tratados como imigrantes porém como empreendedores, eram ingleses, alemães, alguns holandeses e franceses.

O impacto dessa massa, voluntariosa, atuante, fiel à sua língua, aos seus costumes, ao seu ideário político quando existente, pode ser aferido pelo fato de que dos 130.775 paulistanos, de 1894, 54,5% eram estrangeiros. Desta porcentagem, 38% italianos.

Os italianos operários ou já egressos da lavoura aglomeravam-se nos bairros pobres, ampliando-os e impregnando-os com o seu estilo de vida. Os intelectuais, os imigrados por razões políticas ou ideológicas, jornalistas, profissionais liberais, professores, situavam-se entre a classe média, já iniciando a escalada social. Uns e outros podiam escolher, em 1894, entre várias publicações em seu idioma, matricular os filhos numa das dez classes que ensinavam em sua língua; ouvir missa recitada por sacerdote de sua região de origem; concorriam a grêmios, círculos e clubes sociais, políticos ou benemerentes; dispunham de organização financeira que remetia para a aldeia natal as economias duramente reunidas. Movimentavam um capital assim volumoso que, no ano em causa, outra entidade, a Casa Bancária Martinelli, se instalou para atendê-los. Verdade que, em 1894, a sua tranqüila e mesmo festiva absorção pela sociedade paulistana encontrava-se convulsionada pelos incidentes da questão que viria a ser chamada de Protocolo. Eclodida em 1893 à porta de um teatro, estender-se-ia até 1896, com distúrbios de rua e negociações diplomáticas.

A estatística relativa a 1890 diz que 9.853 portugueses habitavam em São Paulo. Presentes em toda a pirâmide social e econômica, dominavam o comércio, animavam sociedades sócio-cívico-culturais. Mais do que os outros imigrantes, estavam inseridos na sociedade paulistana.

Os alemães, pouco mais de 4.000, mostravam-se bem situados e organizados. Mantinham oito escolas ou classes, reuniam-se no Clube Germânia, cantavam no Coro Mendelssohn, praticavam ginástica no Deutsche Turneverein, contribuíam para a Arbeiter-Kranken und Sterbekasse (caixa de socorro para trabalhadores doentes e auxílio funeral), liam três publicações, negociavam via Brazilianisch Bank fur Deutschland, apontavam com orgulho a estrutura do viaduto do Chá, mandada fazer em seus país. Confundiam-se com os austríacos, chegados a partir de 1884. Entre estes, também com passaporte do Império Austro-Húngaro, os magiares, que se concentrariam nos bairros ao longo do rio Tietê.

Franceses, menos numerosos porém prestigiosos o bastante para levar público seleto e numeroso à cerimônia fúnebre de 30 de junho em reverência ao seu presidente Sadi Carnot, assassinado por um anarquista.

Mais de mil espanhóis conviviam na cidade. Moviam-se para e da lavoura cafeeira, unidos e solidários, estruturando sociedades de auxílio mútuo, escolas, jornais. Com os italianos, forneciam copioso e ativo contributo de militantes para os movimentos operários, principalmente anárquicos.

Havia já um certo número de americanos confederados, sulistas ou seus descendentes. Chegados ao Brasil ao redor de 1870, fixaram-se no litoral e no Interior, tentando o cultivo do algodão. Ao fim de quase duas décadas, passavam a preferir a capital, sendo médicos, dentistas, agrimensores, pastores evangélicos.

A cidade, que assiste, entre envaidecida e preocupada, a esse desfile de gente nova, vai-se encaminhando para a atividade industrial. Embora continuando cabeça de uma Unidade decididamente agrícola, ela vai ajudar o Estado a superar, industrialmente, o Distrito Federal e a distanciar-se do Rio Grande do Sul. Essa nova posição à testa da produção fabril não foi alcançada sem alguns gravames. Sociais, inclusive. Ela exige dos trabalhadores 12 horas de serviço diário. Em alguns locais, 14.

Tal afirmação de vontade hegemônica vai transparecer em variadas iniciativas. Como a da maçonaria, que em manifesto público de meses antes se havia declarado independente daquela do Rio de Janeiro. E transpareceu no interesse simpático posto no acompanhamento da agitação que sacudia o sul de Minas Gerais com o movimento "Independência e Anexação a São Paulo", com epicentro na cidade de Campanha. Esse ímpeto orgulhoso dos piratininganos viu-se justificado e insuflado a 1º de março, quando o ituano Prudente de Moraes foi eleito presidente da República.

Havia, pois, razões para o envaidecimento e o Progresso. Para que um e outro se robustecessem e prosseguissem era necessário que houvesse também Ordem. Por isso a polícia não dava tréguas aos suspeitos de simpatia pelos federalistas em armas e pela Armada em revolta na Guanabara. Pedia-se rigor, também, contra as assustadoras idéias e práticas socialistas e anarquistas inoculadas na intimidade das colônias de imigrantes por ativistas diligentes. As exéquias de Sadi Carnot levaram a ser inscrita na agenda oficial a suspeita contra o que parecia estar-se tornando ameaça à filosofia de viver e progredir há pouco estabelecida: trabalhar, ganhar, aplicar, gozar, investir. Viver melhor.

Vivia-se melhor. O refinamento, a europeização dos costumes incentivava as récitas de óperas sempre com celebridades européias, as turnês de companhias teatrais estrangeiras, as aulas — dezenas delas — de artes, de música, de pintura, de escultura, de estucagem, de lavores em mármore.

Cresce a vontade geral pela leitura. A imprensa é um sinal. Concorrem oito diários noticiosos, quase todos de fundo político sempre levado à radicalização. Distinguem-se, material e intelectualmente, **O Estado de S. Paulo**, o **Correio Paulistano**, o **Diário Popular**. A oferta de veículos em línguas estrangeiras é copiosa. Os franceses e os apreciadores desse idioma podem adquirir o **France au Brésil** ou **O Progresso**, bilíngue. Os espanhóis escolhem entre **o Correo Español**, o **El Heraldo** ou **La Iberia**, aparecido no ano. Os alemães dispõem do **Deutch-Brazilianische Presse**, do **Deutsche Zeitung**, do **Pauliftomar Echo**. Já os italianos são absolutamente pletóricos também quanto à imprensa. Eram 21 os periódicos a disputar leitores. Três ou quatro, vindos de anos anteriores, sucumbem nesses 12 meses. Três nascem durante os mesmos: **La Tribuna italiana**, em fevereiro; **Il secolo**, em maio; **Independente**, em novembro, anunciando, com o título, tratar-se de dissidência jornalística e quem sabe também ideológica. As demais publicações: **Fanfulla, La patria italiana, Giustizia, Messagero, Diavolo Nero**, rico de ilustrações assinadas por Fossati; **Diario italiano, Le Forche caudine, Pró-patria**, vol-

tada à defesa dos imigrantes, **L'asino umano**, **La bestia umana**, **Amico delle famiglie**, **La sfida**, satírico-político, **Il simbolismo**, tratando preferencialmente de assuntos maçônicos, **Imigrante, Gli schiavi bianchi**, porta-voz dos socialistas, **L'Avvenire**, tribuna bilíngüe dos anarquistas, **Il lavoro**, do Centro d'Imigrazione e Lavoro, e o **Bolletino Ufficiale della Camera Italiana**.

O crescente movimento de conscientização e reivindicação operária, além de um caudal nutrido de panfletos, denúncias, apelos, manifestos, contava com a periodicidade de **O Operário**, conduzido por Adolpho de Freitas, o **Jornal do Operário, A Laterna** e os italianos citados.

Rindo-se de uns e de outros circulava, de vez em quando, **O giz**, que se anunciava humorístico-crítico. Os beletristas prestigiavam **A Ilustração**, editada nesse ano por Alfredo Costa e Adolpho Araujo. Os professores buscavam o mensário **A Escola Pública**, os empregados do comércio esperavam pelo **O Caixeiro**, que teve seu primeiro número a 27 de outubro. Os estudantes de Direito concentravam sua colaboração no esporádico **A luta**.

Porém, o que começava a ganhar espaço, irritando moralistas, religiosos e algumas zelosas autoridades, era a imprensa pornográfica. Liam-se com escândalo as páginas do **O buraco**, as do **A escova**. Como se não bastasse, a 1º de janeiro surgiu o **Holophote**, sob o respaldo dos brincalhões do Clube Dragões Carnavalescos. "Um verdadeiro acinte à sociedade!", bradavam os ofendidos.

Esta sociedade, pujante, ciosa da sua força crescente, bem poderia tolerar, sorrir à socapa, até mesmo fruir daquele pornô rescendendo à Europa. Não constituía ameaça tão séria quanto o perigo ideológico-social-político do socialismo. Mais ainda, do anarquismo. Ela, a sociedade, armava-se para a defesa. Foi exatamente em 1894 que as estatísticas criminais passaram a incluir a classificação anarquista ao lado das categorias cáften e gatuno. Nos jornais abundavam telegramas da Europa dando conta de malfazenças de anarquistas: conspiratas, bombas, assassinatos.

O instante mostrava-se, nesse terreno, conflituoso. A massa proletária, formada pelos imigrantes da empobrecida bacia do Mediterrâneo, dos antigos escravos, dos migrantes norte-nordestinos, era trabalhadora, dócil, religiosa. Atravessava o estágio ambicional sintetizado por Marx como sendo o da cama e da mesa. Porém, a minoria culta, politizada, anarco-sindicalista conforme o programa belicoso de Bakunin — adepto de ações violentas para enfrentar a opressão social — sobressaltava o oficialismo. E a burguesia gozosa.

Em princípios de 1894 ocorreu a tentativa de fundar o Partido Socialista Operário, tendo por núcleo a delegação, constituída basicamente por italianos, que fora ao Rio de Janeiro em agosto de 1892 para o 1º Congresso Socialista Brasileiro. A repressão político-social e religiosa e a pulverização das tendências manifestadas no meio do grupo fundador frustraram aquele intento.

Os anarquistas decidiram-se a tomar a iniciativa e mostrar a sua face ao público. Avançando com um verdadeiro segredo de polichinelo planejaram

para o dia 1º de 1894 — o Dia do Trabalho — algo inédito e demasiado atrevido para ser tolerado pelo **stablishment**: saída às ruas em demonstração ruidosa reclamando salários melhores e menos horas de trabalho. A polícia antecipou-se, invadiu, bateu, prendeu alguns brasileiros logo depois libertados e nove italianos transferidos para o Rio de Janeiro onde purgaram o atrevimento do protesto com oito meses de cadeia.

Curiosamente, também elementos esclarecidos da burguesia, seguindo um figurino lírico franco-alemão, inclinavam-se aos apelos humanitários do socialismo. Causara sensação entre eles o livro "A questão social" do médico santista Silvério Fontes. Apoiavam-se no que lhes chegava com o carimbo de Paris, pregavam o socialismo científico e não se esforçavam especialmente em manter contatos com os socialistas de rua, de combate.

Autoridades, políticos, líderes classistas, parte do clero serviram-se da denúncia do provável levante anarquista para salientar o perigo daquela doutrina. Não que os reivindicantes pudessem ameaçar o governo e a sociedade. São Paulo estava bem custodiada. No ano do qual tratamos, além da polícia ostensiva e da secreta, a autoridade poderia mobilizar imponente massa de tropas. Segundo levantamento do coronel Reginaldo Moreira de Miranda, era a seguinte a guarnição paulistana: batalhões de infantaria da Força Pública aquartelados na Luz e na rua Vergueiro; o corpo de cavalaria e os bombeiros da mesma corporação, todos esses soldados armados com os excelentes fuzis Comblain, enquanto o Exército se fazia presente com o 14º Regimento de Cavalaria, contando 453 praças no Quartel de Linha, atual Praça Clóvis Bevilacqua, e com o 3º Regimento de Artilharia, em Santana. Militarmente, portanto, não havia o que recear. Ideologicamente, socialmente, sim, a sociedade entendeu de seu dever fustigar as idéias anarco-socialistas.

Por exemplo, o padre Júlio Maria iniciou pregação pública contra o socialismo. Causou tal impressão que a massa de ouvintes não se dispersou mas antes o conduziu sob aplausos e vivas à Igreja e aos seus ensinamentos, até o mosteiro de São Bento.

O referver do entusiasmo católico mostrou-se mais veemente a 30 de setembro, quando da entrada do bispo coadjutor, Joaquim Arcoverde. Seriam, os dois momentos citados, o do bispo e o do padre, segundo observadores o seu tanto maliciosos, episódio da luta com que se atritavam, por causa do terreno onde estava ereta a igreja do Pátio do Colégio, o governo estadual de inspiração positivista e o prelado cioso das suas prerrogativas. Sucedia que, tendo o governo requisitado a área para serviços administrativos, o pastor recorrera à Justiça. O processo delongou-se. Conforme Toledo Piza, mãos e vontades misteriosas — mas não tanto que não fossem apontadas por católicos escandalizados — pouco a pouco, em horas mortas, ou destelhavam um trecho do templo ou lhe cavavam buraco nas paredes. Derruída a construção, já não haveria o que ser reclamado pelo bispo. Mas só em março de 1896 a igreja viria a despenhar-se. Em 1894, a pendência apaixonou o público, uniu governo e anticlericais da imprensa anarco-socialista e conheceu ativo recrudescimento.

A postura do governo civil no romper parâmetros era demonstrada em diversas outras áreas. À sua frente, Bernardino de Campos dera mão forte às modernidades e aberturas no ensino a partir da reforma de dois anos antes. Em 1894 apareciam os frutos do trabalho de Cesário Mota Júnior, nesse campo. Ampliado o número de escolas, criados os embriões dos grupos escolares dotados com melhor instrumentação, estimulados os professores. Em 2 de agosto, quando a cidade foi admirar, ufanosa, o prédio da Escola Normal da Praça da República, o ensino público paulista era já considerado exemplar.

A decisão quase voluptosa de cometer grandes empreendimentos tornou-se sinete daquele ano. Logo em fevereiro, no dia 3, começou a ser montado o Museu Paulista na colina do Ipiranga, para ser inaugurado no dia 7 de setembro do ano seguinte. Ainda em fevereiro, dia 15, no Palacete Três Rios foi instalada a Escola Politécnica. As personalidades presentes revelam o muito que se esperava da instituição. Lá estiveram Bernardino, Cerqueira César, Cesário Mota Júnior, Jorge Tibiriçá, Paula Sousa nomeado diretor da casa, Ramos de Azevedo, João Monteiro. Mais ainda do que as presenças, impressionava o fato de que o governo, mesmo em apertura financeira, adquirira o prédio à Empresa São Paulo Hotel por 80 contos de réis.

Instrução e tecnologia, produtividade, empregos e lucro norteavam a condução do oficialismo e de particulares. Não só a Escola Normal, não só a Politécnica. Também o Ginásio do Estado para servir de modelo na difusão do ensino modernizado. E a criação da Escola de Agricultura de Piracicaba levava o destino de manter o Estado à frente do progresso agrícola nacional. Tudo isso, num ano.

Raramente, como nesses doze meses felizes, o progresso material tenha se harmonizado com a cultura. Escolas, museu, realizações artísticas, jornalismo ativado, poliglotismo livreiro. Podiam-se freqüentar oito livrarias, sendo quatro tradicionais e bem fornecidas. Destaque para a Grande Livraria Paulista que é hoje a bem conhecida Livraria Teixeira, da Rua Marconi, e para a Francisco Alves. Ocorreria também pelo que se depreende do noticiário policial, surto de pequenos, evasivos, itinerantes livreiros e pontos-de-venda de literatura anarquista.

Mas nem tudo era trabalho e/ou preocupações. A riqueza literalmente despejada sobre a cidade pelos produtores, os comerciantes e os exportadores de café; pelos industriais de recente aparecimento, permitia novidades clamorosas. Cabarés montados à francesa — do qual será retrato aquele do romance "Madame Pommery", de Hilário Tácito — ofereciam aos homens do café, do alto funcionalismo, da exportação e da importação, prazeres especiais trazidos abundantemente da Europa. Entre tais folgares, mulheres recrutadas a cada safra pelos enriquecidos de última hora e impedidos de ir a Paris. Corria pelas pensões e praças a boêmia dos estudantes de direito, marca lírico-folclórica da cidade. Mas é de 1894, qual rescaldo do baronismo que carregara nas cores dramáticas do viver da intelectualidade, a Sociedade Epicuréia. Com raiz na Faculdade de Direito, promovia reuniões na Chácara dos Ingleses, fartando-se

de poesia, música, álcool e, dizem, mulheres. Consta ter sido integrada, entre outros, por Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa. Cita-se também, mas duvidosamente, Álvares de Azevedo. O lema dos epicuristas da Chácara dos Ingleses: "Prazer a qualquer custo."

Na sala de H. Levy aconteciam saraus e concertos para a elite afeita ao apreço dos clássicos do piano e do violino. No Pavilhão Pink da Rua Alegre (Brigadeiro Tobias) ouviam-se clássicos ligeiros, música lírica e de banda.

No capítulo da alegria, também o carnaval ganhara ritmo e perfil novos. Os festejos de Momo já diferiram do rude entrudo dos anos anteriores com as suas latadas de água atiradas sobre passantes inexpertos, com os punhados de farinha despejados logo adiante em cima dos infelizes já ensopados, com as "laranjinhas" de cera contendo líquidos malcheirosos ou ainda pior do que malcheirosos. Entrudo que freqüentemente ultimava em rixas, incluindo murros, cacetadas, até navalhadas. O carnaval de 1894 ganhou feições de Cannes e Nice graças às elegantes bisnagas, às civilizadas serpentinas e arremedos de corso pela Avenida Higienópolis. Sociologicamente, esse carnaval indica a existência de uma burguesia em ascensão, a qual, dando mãos à aristocracia quatrocentona, pode financiar e brincar um tríduo momesco refinado.

Mas... a cidade não era só isso. Enquanto esses paulistanos se divertiam, outros, residentes ao redor do Largo do Paissandu, passaram o ano reclamando o estancamento do Tanque do Zunega, existente no meio da área. Menos pela água, mais pelo que ela atraía. É que por ali se reuniam menores sem família e adultos sem profissão ou destino. Foliavam, nadavam nus e atrevidos, incomodavam os transeuntes, furtavam objetos das carroças de aluguel estacionadas ao redor do largo. Tiveram que reclamar até 1896.

Além do tanque e de outros dissabores coletivos, a comunidade de além e aquém Anhangabaú clamava contra os quiosques. Eles ocupavam todo espaço livre e parte das calçadas, especialmente ao redor da Sé, no Largo do Rosário, na Ladeira de São João junto do Mercadinho. Vendiam pastéis, broas, rapadura, cocadas, batata-doce, mandioca frita, banana, jaca e outras frutas. Cascas e restos, palha de milho e folha de bananeira que serviam de envoltório aos quitutes, lançados ao chão. Em torno dos quiosques, desocupados e bebedores de cachaça. Tormento para as senhoras, as crianças que cruzavam aqueles espaços e aborrecimento para os senhores. Não há indícios de que os reclamos contra aquele comércio singular hajam prevalecido.

Como também não deu grande resultado a grita em relação aos abusos cometidos durante a popularíssima festa da Santa Cruz do Pocinho, na via que é presentemente a Rua Vieira de Carvalho. Acadêmicos, caixeiros da praça, milicianos em licença, valentões pela valentia começavam a festa em clima de religiosidade e fraternização e terminavam-na em frenesi de contenda. Não foi diferente a comemoração de 1894. Mas só em 1908, premido pela indignação generalizada, é que o bispo eliminaria a festa do calendário religioso proporcionando à autoridade policial motivo para agir.

Certa amabilidade geral, certo maneirismo de aristocracia vigoravam no Jardim da Luz, onde "barões do café" habitando os bairros vizinhos davam passeios ostentosos, tendo ao braço as excelentíssimas consortes que exibiam o requinte da moda trasladada a São Paulo por modistas pelo menos se dizentes francesas. Ali as notícias circulavam, nasciam os boatos e os namoros entre a gente fina.

Entre os boatos que se transformaram em receio, da metade para o final do ano, ganhou vulto o de que o marechal-presidente Floriano Peixoto se recusaria a transmitir o posto ao presidente eleito, o paulista Prudente de Moraes. Seria possível agressão tamanha a São Paulo, que estivera firme ao lado do marechal durante as questões da Armada e dos federalistas?

Não saberia ele que começava a circular pela Europa, impressa na Alemanha, edição da Enciclopédia Meyer Konversation Lexikon, na qual a cidade de São Paulo era recomendada aos jovens ansiosos por triunfar na vida, como a definição do paraíso e das mais esplêndidas possibilidades? Principalmente, dizia, no campo do comércio. E tanto isso era verdade que o robustecido e multiplicado comércio citadino levava à fundação, no dia 7 de dezembro, da Associação Comercial de São Paulo.

O ano de 1894 foi, portanto, de muito pensar, de muito realizar. De janeiro a dezembro quase tudo mudou na cidade. Gente nova, novos hábitos, outros os problemas, situações com as quais os avoengos jamais haviam sonhado. Tomava a forma com que, logo mais tarde, foi descrita por Moreira Pinto em "A cidade de São Paulo em 1900": "A Rua Quinze de Novembro (outrora Rua do Rosário, depois da Imperatriz), a de São Bento, a Direita ou Marechal Floriano Peixoto (cujo nome não foi aceito) e o Largo do Rosário (hoje Praça Antônio Prado) recomendam-se pela suntuosidade de milhares de indivíduos e pela infinidade de importantes casas comerciais de que dispõem. Todas elas são atravessadas por numerosos bondes, que transportam passageiros aos bairros mais afastados, percorridos por faustosos trens particulares, por muitos carros de aluguel e por centenas de outros veículos, que se ocupam em vários misteres." Dizia mais o viajante: "A cidade e arrabaldes iluminados a gás e a luz elétrica, abastecidos de excelente água derivada da serra da Cantareira, possuindo também um bom serviço de esgotos. Para além dos quatro pontos cardeais estendem-se lindíssimos bairros com ricos palacetes, avenidas e alamedas largas e extensas, como a Paulista, a Glete, a Nothman, dos Bambus, do Triunfo, Barão de Piracicaba, Tiradentes, Rangel Pestana, esta última do Brás, bonitos 'boulevards', como o Bouchard, praças e largos vastos e arborizados como o da República, com a Escola Normal, o do Paissandu, o dos Guaianases e do Arouche; ruas, umas caprichosamente calçadas, como a de Barão de Itapetininga, Conselheiro Nébias, Aurora, São João, Visconde do Rio Branco, Guaianases, além de outras."

Sobram, no retrato deixado por Moreira, reparos e elogios, mas trata-se de boa revoada sobre a paulicéia: "Depois de atravessar uma ponte que há sobre o Tamanduateí, o viajante penetra na Rua Florêncio de Abreu, que liga

o bairro da Luz ao centro da cidade. Na cidade velha há maior desigualdade nas edificações e nos arruamentos. As casas são altas e outras baixas, não obedecendo a um plano estético, as ruas sinuosas, estreitas e quase todas em ladeira, os largos muito estreitos e irregulares. Entretanto, o aspecto da cidade não é feio; sentem-se nela a vida e a animação das grandes cidades européias."

Meio nativa, meio européia. Um cadinho racial, um calidoscópio de situações e de propósitos. Entre estes, o de recolher, conservar, estudar, prestigiar, difundir a palpitante história e a tumultuária e então conflagrada geografia regional. Os que assim pensavam reuniram-se a 1º de novembro. Quando, a 15 desse mês, Prudente de Moraes tornou-se presidente da República do Brasil, já existia — sendo ele o primeiro presidente de honra da entidade — o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

A FUNDAÇÃO DO IHGSP — os idealizadores e a sessão inaugural. Cesário Motta Jr., o primeiro presidente. As antigas e a atual sede.

ROBERTO MACHADO CARVALHO

A fundação. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo foi fundado no dia 1º de novembro de 1894. Nessa data, o jornal "O Estado de S. Paulo" estampava a seguinte notícia:

"Os drs. Jaguaribe Filho, Antônio de Toledo Piza e o sr. Estevão Leão Bourroul convidam todos os homens de letras desta capital para uma reunião que tem de efetuar-se hoje, ao meio-dia, no salão da Academia, gentilmente cedido pelo sr. Barão de Ramalho. O fim da reunião é tratar da criação do Instituto Histórico Paulista."

Os idealizadores da novel instituição eram o médico Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, o engenheiro Antônio de Toledo Piza e o advogado Estevão Leão Bourroul. A Academia era a tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no centro da capital; o Barão de Ramalho era o Dr. Joaquim Inácio Ramalho, então diretor da Academia.

A iniciativa foi recebida com entusiasmo e aplaudida pelos mais renomados representantes da inteligência, cultura e sociedade paulistana. Nada menos que sessenta e nove personalidades atenderam, pessoalmente ou por procuração, ao convite.

Segue a transcrição da Ata da sessão inaugural (grafia original):

"Ao 1º dia do mez de novembro de 1894, ao meio-dia, nesta cidade de S. Paulo, em uma sala da Faculdade de Direito, reunidos, pessoalmente e por procuração, cidadãos em número de sessenta e nove, para o fim de se fundar nesta capital, o Instituto Histórico e Geográphico de S. Paulo, conforme convite anteriormente distribuido por uma commissão composta dos Drs. Domingos Jaguaribe, Estevam Leão Bourroul e Antônio de Toledo Piza. O sr. Dr. Domingos Jaguaribe expoz o fim da reunião e propoz para presidi-la o sr. Dr. Cesário Motta Junior, que foi unanimemente acclamado Presidente da assembléa e tomou assento na Mesa, convidando para servirem de secretários, os Drs. Antonio de Toledo Piza e Domingos Jaguaribe, que também tomaram assento na Mesa.

O sr. dr. Domingos Jaguaribe leu cartas de diversos cidadãos em que, communicando não poderem assistir á presente reunião, por motivos imperiosos, declaram adherir à idéia da fundação do Instituto e pedem que sejam tidos como presentes e considerados como socios fundadores. O sr. Dr. Antônio de Toledo Piza e mais algumas pessoas presentes também declaram os nomes de diversos cidadãos que, não podendo comparecer, os encarregaram de dar a sua adhesão á ideia que motiva esta reunião e solicitar a sua inclusão na lista dos fundadores, devendo-se considera-los como presentes.

Em seguida, o sr. Dr. Jaguaribe leu as bases dos Estatutos da Sociedade, que são postas em discussão. Por proposta do sr. Dr. Garcia Redondo, é deliberado que o projecto dos Estatutos seja approvado provisoriamente, devendo ser impresso e distribuido para em reunião posterior ser discutido e definitivamente approvado com as emendas que porventura os socios apresentassem.

Passou-se depois a nomear a Diretoria que deve servir interinamente, sendo eleitos, por acclamação, os srs. Drs. Cesário Motta Junior, presidente, Domingos Jaguaribe, vice-presidente, Antonio de Toledo Piza, secretário, Estevam Leão Bourroul, Carlos Reis e Conego José Valois de Castro.

Por proposta do sr. Dr. Domingos Jaguaribe, unanimemente aceita, foi acclamado Presidente honorário do Instituto, o sr. Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Dr. Cesário Motta declarou instalado o Instituto Histórico e Geographico de S. Paulo, dando parabens ao Estado, congratulando-se com os fundadores de tão importante instituição e especialmente com os iniciadores de tão útil ideia, cuja brilhante realisação os deve ter enchido de júbilo, e promettendo tanto quanto pudesse, prestar seus serviços á sociedade.

Relação dos sócios que compareceram à reunião para a instalação do Instituto e dos que foram considerados presentes por terem feito se representar (em seqüência da primeira Ata):

Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima,
Antonio Augusto da Fonseca,
Antonio Dino da Costa Bueno,
Antonio Evaristo Bacellar,
Antonio Francisco de Paula Souza,
Antonio Moreira da Silva,
Antonio de Toledo Piza,
Argemiro da Silveira,
Arthur Goulart,
Augusto de Siqueira Cardozo,
Benedicto Estelita Alvares,
Bento Bueno,
Bernardino de Campos,
Carlos Daniel Rath,
Carlos Reis,
Cesário Motta Junior,
Cincinato Braga,
Clementino de Souza e Castro,
Constante Affonso Coelho,
Domingos José Nogueira Jaguaribe,
Estevam Leão Bourroul,
Eugenio Alberto Franco,
Eugenio Hollender,
Fergo O'Connor de Camargo Dauntre,
Francisco Ferreira Ramos,
Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura,
Francisco de Paula Ramos de Azevedo,
Gabriel Osorio de Almeida,
Gustavo Koenigswald,
Henry White,
Hermann von Ihering,
Horace M. Lane,
José Gabriel de Toledo Piza,
José Machado de Oliveira,
José de Sá Rocha,
José Valois de Castro,
José Vicente de Azevedo,
Jules Martin,
Lafayette de Toledo,
Luiz de Toledo Piza e Almeida,
Manoel Antonio Duarte de Azevedo,
Manoel Augusto Galvão,
Manoel Ferreira Garcia Redondo,
Manoel Marcellino de Souza Franco,
Manoel de Moraes Barros,
Manoel Pessoa de Siqueira Campos,

Orville A. Derby,
Paulo Egydio de Oliveira Carvalho,
Pedro Augusto Gomes Cardim,
Pedro Vicente de Azevedo,
Prudente José de Moraes Barros,
Raymundo Furtado Filho,
Severino de Freitas Prestes,
Tancredo do Amaral,
Theodoro Sampaio,
Theophilo Barbosa
Thomaz Galhardo,
Tiburtino Mondim Pestana,
Tristão Araripe,
Viriato Brandão.

O supracitado jornal, edição de 6 de novembro, após noticiar a realização da reunião, "com grande concorrência de pessoas..." termina: "Felicitando os promotores de tão útil instituição, congratulamo-nos com o Estado pela realização deste fato de grande importância para sua vida histórica e literária".

Dias depois, na sessão de 23 de dezembro, o sócio-fundador Manuel Ferreira Garcia Redondo apresentou proposta, aprovada sem debate, para que "fossem admitidos e considerados sócios-fundadores todos aqueles que solicitassem até o dia 31 do corrente mês, uma vez que tivessem as qualidades necessárias, a juizo da diretoria, que ficava autorizada a aceitar ou recusar até aquela data". Assim, mais setenta pessoas foram incluídas no quadro social, perfazendo um total de cento e trinta e nove sócios-fundadores. Muitos deles ocuparam altos cargos na administração pública estadual e federal: Alfredo Ellis, Antonio da Silva Prado, Antônio Dino da Costa Bueno, Bernardino de Campos, Carlos de Campos, Cesário Motta Jr., Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Jorge Tibiriçá, José Alves de Cerqueira César, Manuel de Moraes Barros e os Presidentes da República — Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Naquela mesma sessão, foi eleita a primeira diretoria efetiva, com mandato de três anos, assim constituída: presidente — Cesário Motta Jr.; vice-presidente — Manuel Antonio Duarte de Azevedo; 1º secretário — Carlos Reis; 2º secretário — Manuel Ferreira Garcia Redondo; tesoureiro — Domingos José Nogueira Jaguaribe. Também foram aprovados os Estatutos, sendo "nomeada uma comissão composta dos srs. drs. Garcia Redondo, Domingos Jaguaribe e Antonio Piza, para apresentar os Estatutos, ordenados e redigidos". A redação definitiva foi aprovada em sessão de 30 de dezembro. No artigo 1º estão inseridos os fins da entidade:

a — Promover o estudo e o desenvolvimento da História e Geografia do Brasil e, principalmente do Estado de São Paulo e bem assim ocupar-se de questões e assuntos literários, científicos, artísticos e industriais que possam interessar o país sob qualquer ponto de vista;

b — Publicar uma Revista, uma vez ao menos anualmente, dando conta da vida da associação e onde fiquem arquivados os trabalhos que o Instituto julgar úteis e interessantes;

c — Manter correspondência e relações com as sociedades congêneres, nacionais e estrangeiras.

Na mesma sessão foram nomeados os membros das Comissões criadas, conforme os Estatutos e para melhor cumprir suas finalidades: sindicância e admissão de sócios; redação da Revista; história e estatística de São Paulo; história geral do Brasil; geografia de São Paulo; geografia geral do Brasil; literatura e manuscritos; ciências numismática e arqueologia; artes e indústrias.

CESÁRIO MOTTA JR., o primeiro presidente. Após presidir a sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Cesário Motta Jr. presidiu as sessões dos dias 9, 16, 23 e 30 de dezembro de 1894. Na sessão de 23 foi eleito presidente efetivo. Ao agradecer, disse que empregaria "todos os esforços a seu alcance para a prosperidade do Instituto". Na primeira sessão de 1895 — 25 de janeiro — apresentou uma relação de títulos que poderiam ser desenvolvidos, em conferências, pelos sócios: das divisas de São Paulo com os Estados limítrofes; da influência do rio Tietê na civilização de São Paulo; missões jesuíticas no Guairá; da viação férrea em São Paulo no passado, presente e futuro; da geografia médica de São Paulo; da flora e fauna de São Paulo; influência do estudo do direito em São Paulo na civilização do Brasil; das finanças de São Paulo no passado, no presente e no futuro; da lingua portuguesa e das modificações que tem experimentado em São Paulo; da imprensa de São Paulo e de sua influência desde os seus primeiros tempos.

Outras onze sessões desse ano foram presididas por Cesário Motta Jr., incluindo a sessão magna de 1º aniversário, realizada em 1º de novembro. Na sessão de encerramento das atividades do ano (1895) — 25 de outubro — foi apresentado o Relatório dos "Trabalhos e Ocorrências": realizadas 21 sessões desde a fundação — a primeira na Faculdade de Direito, as quatro de 1894 no edifício da Escola Normal da Praça da República e as 16 sessões de 1895 no prédio do Ginásio do Estado, na rua da Boa Morte, nº 17. Foram apresentados onze trabalhos; a biblioteca e o arquivo estavam instalados em "uma sala cedida gratuitamente pelo sócio Dr. Domingos Jaguaribe no prédio nº 59 da rua Quinze de Novembro, 2º andar", onde também funcionava a secretaria; o Instituto recebeu "não só dos senhores sócios como de pessoas estranhas à associação, ofertas de livros, mapas, jornais, etc."; o 1º fasciculo do 1º volume da Revista estava no prelo — Typ. d'O Município, Rua do Rosário nº 5, S. Paulo — com a seguinte matéria: I — A denominação "Serra da Mantiqueira" pelo dr. Orville A. Derby, II — Origens republicanas do Brasil pelo dr. Domingos Jaguaribe, III — Discurso do dr. João Monteiro, lido na sessão de 4 de julho de 1895 em homenagem à Independência dos Estados Unidos, IV — Atas das sessões, até a décima terceira; recomendava-se a publicação de trabalhos originais ou inéditos; o setor das finanças registrava um saldo de cinco contos de réis.

Em 1896 Cesário retirou-se para o Rio de Janeiro, onde foi assumir sua cadeira de deputado federal. Quando faleceu, em 1897, ainda estava no exercício da presidência do Instituto. Na sessão de 5 de março de 1900 o sócio Eugênio Hollender, "propos e foi unanimente aprovado que se colocasse, na sala das sessões, o retrato do primeiro presidente do Instituto, Dr. Cesário Motta Júnior".

O retrato a óleo que está na galeria dos presidentes do sodalício, auditório, 1º andar, é de autoria do pintor Antônio Gomide.

O estudante. O Dr. Cesário Nanzianzeno de Azevedo Motta Magalhães Júnior, filho do Dr. Cesário Nanzianzeno de Azevedo Motta Magalhães e da. Clara Cândida Nogueira da Motta, nasceu em Porto Feliz (SP), a 5 de março de 1847.

As primeiras letras aprendeu com seu tio, o professor Fernando Maria Nogueira da Motta, em sua terra natal. Com ele, aprendeu além do português, o francês e o latim.

Freqüentou o Colégio Lageado em Campo Largo, município de Sorocaba, tido como um dos melhores da época. Nele estudou os clássicos, recebendo valiosos ensinamentos de humanidades.

Desde cedo foi despertado para a carreira médica, seguindo o exemplo paterno. Fez o curso preparatório para ingressar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Na então capital do País encontrou acolhida em casa de outro tio, o Cel. Nuno Diogo Nogueira da Motta. Amparou o jovem, dada a falta de recursos da família. Inteligente e trazendo uma excelente bagagem cultural, firmou-se logo como um dos mais brilhantes alunos do curso médico. Não se limitava a assistir as aulas e estudar. Seus conhecimentos de humanidades, desde os tempos do Colégio Lageado, mormente da literatura, história, política, educação, sociologia, levaram-no a participar ativamente da vida acadêmica, escrevendo para os jornais estudantis, fazendo uso da palavra, prática essa que aperfeiçoou com o tempo, tornando-se notável orador. Falava numa linguagem escorreita, didática e elegante.

O republicano. De formação liberal, abraçou, desde a juventude, as idéias e os ideais republicanos, engajando-se, com ardor e convicção, na propaganda republicana. Defendia seus argumentos com grande tirocínio e clareza. Gostava de falar de improviso em todas as ocasiões que achava oportuno — congressos republicanos, sessões cívicas, na tribuna da Assembléia Provincial de São Paulo e, depois, na Assembléia Geral, nos meetings públicos quando percorria cidades do hinterland. Aplaudido, Cesário Motta Jr. cada vez mais se convencia da necessidade de profundas reformas das instituições políticas até então vigentes. Deviam trazer em seu bojo, o sentir da alma da nação, a participação do povo nos negócios do governo, a purificação dos costumes políticos, voltados para os altos interesses da nação. Em todos os discursos, dois pontos mereciam atenção especial: a EDUCAÇÃO e a SAÚDE. Num país onde vegetavam milhões de analfabetos, entendia Cesário Motta Jr. que a instrução popular devia ser sagrada em qualquer programa ou plano de go-

verno. Num País onde milhões morriam à míngua, vitimados por terríveis moléstias endêmicas e epidêmicas, era obrigatório a execução de medidas profiláticas, onde o problema do saneamento básico devia receber atenção prioritária. Pelejou como um gigante por esse ideário, em todos os momentos de sua vida, quer como cidadão comum, quer como homem público.

Dias depois da publicação do "Manifesto Republicano" no jornal "A República" do Rio de Janeiro, edição de 3 de dezembro de 1870, o citado professor Fernando, tio de Cesário, anotou em seu diário: "O Cesarinho (como era chamado em família) que está estudando medicina no Rio de Janeiro, leu para nós ouvirmos, o Manifesto", acrescentando "apesar de ser um pouco esparramado é com ele (manifesto) que iremos para frente".

Dissemos, em todos os momentos de sua laboriosa, fecunda e digna existência, desde a juventude, quando acompanhou o velho Dr. Cesário Motta, então residente em Porto Feliz, à "Convenção de Itu", realizada em abril de 1873, na cidade de Itu, distante 25 km daquela. Cesário Motta Jr. ainda estudava medicina e contava 26 anos. Ambos vieram de tróle e foram os primeiros a chegar ao local da reunião republicana. Em 1890 — 17 anos depois — quando residia em Capivari, Cesário escreveu um depoimento sobre o evento com o título "Recordações históricas (1873)". Registrou num trecho:

"Todos os municípios tiveram convites para se fazerem representar. Porto Feliz nomeou uma comissão. Tendo feito alí várias conferências públicas e auxiliado na organização do partido, fui nomeado como representante da cidade.
Meu pai, fundador do Clube republicano (local) foi conosco. Eu ainda era estudante. Terminadas as festas e reuniões escrevi numa carteira alguns apontamentos. São passados 17 anos; os acontecimentos produziram os desejados frutos".

Pouco depois, em 1876, recebeu o diploma de médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo apresentado uma tese, aprovada com distinção, intitulada: "Das condições patogênicas da angina do peito, seu diagnóstico e tratamento". Ainda no Rio de Janeiro, contraiu núpcias com da. Adelina Moreira da Silva.

Com o pensamento voltado para a causa dos convencionais de Itu, Cesário Motta Jr., foi eleito, em 1878, deputado à Assembléia Provincial de São Paulo, formando com Prudente de Moraes e Martinho Prado Jr., os primeiros deputados eleitos pela sigla do Partido Republicano Paulista. O casal deslocou-se então para São Paulo. A pacata paulicéia da época não foi, entretanto, a escolhida por Cesário para o exercício da medicina. Preferiu residir juntos aos pais, na pequena São João de Capivari. Sem filhos para criar e educar, o casal levou uma sobrinha de da. Adelina, de nome Carlinda Moreira da Silva e, mais tarde, cuidou da educação de um irmão de Cesário, Cássio Motta. Ambos substituiram a falta de filhos.

Em Capivari. Quando Cesário chegou à pequena Capivari, não imaginava que, com o correr do tempo, iria se transformar num dos maiores benfeitores da cidade, um verdadeiro santo para a população mais pobre e totalmente

carente de assistência médica e escolar. Revelou então, além do caráter diamantino, outra extraordinária faceta de sua personalidade: o coração generoso. Durante catorze anos, de 1876 a 1890, instalado numa ampla casa terrea da família, então situada na grande praça central e que hoje tem o seu nome, Cesário Motta Jr., deu asas à sua competência clínica e aos excepcionais dotes de bondade. Para ele, a medicina era um sacerdócio, exigindo, além da capacidade profissional, uma elevada dose de amor ao próximo, impregnados de uma profunda compreensão dos sofrimentos que as doenças acarretam. Fazia de seus clientes, seus amigos. Por isso mesmo, tornou-se médico famoso em Capivari e toda a região.

Era um tempo de sacrifícios para o profissional; qualquer hora servia para atender aos enfermos. Na imprensa anunciava-se o local e horário das consultas com uma observação: gratis para os pobres.

Cesário tinha uma visão larga e profunda dos deveres do médico. Arrolava na prática, o ideário da abnegação, mas daquela abnegação que não procura compensações. Ia mais longe, não se restringindo ao trabalho de atendimento no consultório; saia a campo para a prática da medicina social; ia ver de perto os problemas sociais que afetavam a saúde das crianças, jovens e adultos. Fazia anotações, para depois escrever artigos e publicá-los no jornal local. Chamavam sua atenção as águas salobras, as fossas de quintais, o ajuntamento de moscas transmissoras, o lixo acumulado, a absoluta falta de higiene. Naqueles artigos dava orientação preventiva ou aconselhava remédios para os males ou ainda, levantava problemas de higiene, saúde e instrução. No atendimento pessoal ou familiar, o inesquecível médico de Capivari, deixou tamanhas marcas de celebridade, que muitos de seus clientes não queriam outro médico, procurando-o onde estivesse.

Nas poucas horas de lazer, Cesário Motta Jr. acompanhava a intensa vida cultural de Capivari, mormente a artística, com suas companhias teatrais e conjuntos musicais. Em sua biblioteca dedicava-se à literatura, escrevendo peças de teatro e poesias e compondo partituras para piano e canto. Entre suas peças, uma comédia-drama, de costumes brasileiros, "A Caipirinha", interpretada por atores locais, com grande sucesso. Mais tarde, essa mesma peça foi levada ao palco do Teatro Municipal de São Paulo, em noite de gala, com a presença do presidente do Estado, Dr. Altino Arantes e do secretário da agricultura, o futuro ministro Cândido Motta, primo de Cesário.

Outro aspecto que deve ser ressaltado da passagem de Cesário Motta por Capivari foi sua atuação política; dadas as estafantes ocupações médicas, preferiu não se candidatar a vereador. Era, entretanto, uma espécie de conselheiro da Câmara. Exercia a política no interior do Partido Republicano, cujo Clube de Capivari teve como um de seus fundadores, seu pai, em julho de 1871. Participou ativamente das campanhas da Abolição e da República. Quando a cidade recebeu a notícia da assinatura da Lei Áurea, Cesário Motta fez o discurso na solenidade realizada no teatro São João. E quando chegou a notícia da Proclamação da República, foi Cesário Motta Jr. quem declarou no recinto da

Câmara Municipal: "Visto ter-se proclamado a República na Corte e na Capital desta Provincia, o povo capivariano se associava à declaração patriótica e a seu turno declarava proclamada a República Federativa". Foi eleita uma Comissão Executiva de oito pessoas, entre elas Cesário Motta Jr., aos 42 anos.

Na Assembléia Provincial. Cesário Motta Jr. exerceu papel de liderança política. Era ouvido com muita atenção, principalmente porque seus pronunciamentos vinham vazados em termos de elevado interesse público. Em seu mais importante discurso — 27 de fevereiro de 1878 — pedia uma trégua na política partidária, "a fim de que possamos, todos conjuntamente, tratar de um assunto importante para nossa província... de um projeto capaz de influir nos destinos do país".

Considerando crítica a situação, tanto na parte material como na vida política, aconselhava: "quem refletir que entre nós reina o absurdo, predomina o imprevisto, há de reconhecer que é mister sairmos deste estado em que há longos anos nos achamos." Para tanto propunha "enérgicas reformas" e como meio extremo, a revolução. Para realizá-las, vê a necessidade de se formar cidadãos livres e conscientes e dotados de recursos que proporcione um digno padrão de vida, "para conseguir esse bem-estar é preciso que não lhe faltem os recursos indispensáveis". Coloca então o problema do binômio produção-técnica, considerando fundamental aplicar "à agricultura as conquistas da engenharia mecânica" e preparar o homem no sentido de conhecer o meio em que vive, de "estudar e aproveitar na aplicação de suas necessidades, as forças que estão a seu alcance".

Apresenta seu projeto sobre o conhecimento das ciências naturais, que "não é só útil aos lavradores esse estudo, como a todo e qualquer homem, seja qual for sua profissão". Para Cesário Motta, tais estudos deveriam estar a serviço da produção. Propõe assim, "a criação de um instituto de ciências naturais, onde possam os brasileiros conhecer a existência das forças que atuam sobre o mundo físico". Forças com as alterações meteorológicas de temperaturas, chuvas e ventos, o solo e a vegetação. Nesse ponto lamenta a ignorância quanto a aplicação de "processos científicos para obterem o melhor resultado, não atendendo à influência das forças naturais, não reparando os estragos que sucedem aos processos incompletos e destruidores de que usam nossos agricultores". O abandono dos solos, esgotados pelo uso indevido, a prática da agricultura itinerante, resultam da falta de conhecimento dos meios de "tornar mais férteis os terrenos, mais racionais os processos agricolas que emprega". Para tanto, "devemos estudar a física, a química, a geologia, mineralogia e a botânica". Idéias que antecedem à criação de nossas Escolas de Agronomia.

Considera ainda indispensável ao lavrador, "os meios de conhecer, desenvolver, conservar e multiplicar os animais úteis" e é "por isso que eu lembro o estudo da zoologia e da zootecnia".

Numa segunda parte de seu discurso, Cesário Motta Jr., demonstra as vantagens de "ao lado da Faculdade de Direito, que possuimos, pudessemos ter uma de Medicina, de Farmácia, se formasse mesmo uma Universidade com-

pleta". E enumera as principais vantagens: a própria existência da Faculdade de Direito não correria risco de ser extinta, caso se criasse uma Universidade no Rio de Janeiro; o estabelecimento de relações entre os que "estudassem jurisprudência e os que se consagrassem à medicina", exemplificando com a cadeira de medicina legal.

Ainda mais, "a criação de uma Universidade estabeleceria uma cadeia de união entre a mocidade, o que acho indispensável para que se reconheça como uma força viva e criaria um elo entre as Faculdades", constituindo "uma entidade respeitável e respeitada, cabendo-lhes a glória de iniciar não poucos movimentos que se traduzem em outras tantas conquistas para a pátria e a liberdade".

Reconhecia as dificuldades de momento que impediam a concretização de seu sonho de uma Universidade em São Paulo, sendo lícito, entretanto, "assentar desde logo as bases sobre as quais se levante, em futuro mais ou menos próximo, tão útil instituição". Despontava a chama do estadista, a extraordinária visão do futuro, baseada nas necessidades do presente.

Considera mais viável a instalação imediata de uma escola de Farmácia, pois, "seus custos são menores". Ela viria combater o "abuso do governo, que concede licença (para abrir boticas) a indivíduos que não a merecem, iludindo assim a lei que garante direitos aos farmacêuticos formados". Assim, "além do curso geral de ciências naturais, haverá dois especiais: o de agricultura e o de farmácia; qualquer deles que o cidadão abrace, terá uma posição honrosa e ilustre". Pede que "sejam cassadas as licenças dadas pela junta de higiene aos que não quiserem prestar exame de suficiência".

Uma vez fundada a escola de Farmácia, diz Cesário Motta, "espero que, com o tempo, poderíamos ter uma Faculdade de Medicina, meu ardente anelo". Por enquanto, propõe que seja criada na Academia de Direito, uma cadeira de medicina legal, o que "seria fácil conseguir, desde que tivéssemos uma escola de Farmácia, onde os médicos legistas assistissem às análises toxicológicas; acrescentando-se depois, algumas cadeiras, teríamos fundado uma Faculdade médica, e com ela, e com a de Direito, pouco faltaria para organizarmos a Universidade paulista".

São idéias pioneiras em São Paulo, bem fundamentadas e que visavam à autonomia da província em relação às escolas localizadas na Corte. Cesário sugeria que uma comissão de três membros, isenta da interferência direta do presidente da província, para formalizar e desenvolver seu projeto, desde que transformado em lei. Aqueles membros deveriam representar a administração pública, o legislativo provincial e as Câmaras Municipais; defende a presença do representante das Câmaras, pois "entendo que as municipalidades devem intervir em tudo quanto disser respeito à instrução popular". Para Cesário, a própria comissão poderia nomear os primeiros professores, escolher o local de instalação e obter os recursos necessários. Antecipava em vários anos a lei nº 19 de 24 de novembro de 1891, sancionada por Américo Brasiliense e que instituía em São Paulo, a Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia. Devi-

do à deposição do governante — solidarizou-se com o Presidente Mal. Deodoro da Fonseca, quando da dissolução do Congresso em 3 de novembro de 1891 e, vinte dias depois, renunciou ao cargo — aquela Lei deixou de ser regulamentada e executada. Somente em dezembro de 1912 é que Francisco de Paula Rodrigues Alves, na presidência do Estado, sancionou nova Lei criando a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Estado. Em janeiro seguinte, ela foi regulamentada. Tornava-se realidade o sonho de Cesário Motta Jr., desde os bancos escolares. No mesmo mês de janeiro era nomeado primeiro diretor o notável Arnaldo Vieira de Carvalho.

Outra questão tratada no projeto é a criação dos professores livres, considerando que "uma das causas principais do atraso em que nos achamos, de decadência moral em que nos vemos, é ser o ensino oficial o único que existe em algumas de nossas Faculdades (do país). Esse ensino oficial que obriga o estudante, "desde os primeiros passos da academia, a curvar-se diante de seu mestre, as mais das vezes com subserviência". Essa questão era de suma gravidade porque o "estudante, não confiando muitas vezes em seu talento, que é realmente grande, vá mendigar, por meios inconfessáveis, uma aprovação, que podia obter unicamente pelos seus conhecimentos, pela sua aplicação, pelos seus estudos" o que, mais tarde, prejudica seu comportamento perante a sociedade, "curvando-se muitas vezes a imposições que nem sempre são confessáveis!". No bojo da questão levantada estava a exaltação da liberdade de ensino. Considera ainda que se existem professores que se consagram ao ensino, existem outros que ocupam as cadeiras como meio de promoção social ou como meio seguro de se obter uma remuneração. Faltam a estes estímulos para o estudo, o que não acontecerá com o professor livre que quer "mostrar que, em matéria de ensino, está de conformidade com o progresso e o desenvolvimento da ciência". E, "deste estímulo, desta concorrência, há de necessariamente nascer vantagem para nós, porque progredirá a sociedade, e vantagem para a ciência, que não ficará, entre nós, estacionária, como ordinariamente acontece".

Na Assembléia Nacional. Eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1890, Cesário Motta Jr. deixou sua querida Capivari, indo residir em São Paulo. Aguardou ainda algum tempo para tratamento em uma das vistas e, assim que melhorou, seguiu para o Rio de Janeiro. Entre as propostas que apresentou para os trabalhos constituintes, uma foi motivo de acalorados debates. Desde os tempos de deputado em São Paulo, manifestou ojeriza por qualquer tipo de jogo; aproveitou então a ocasião para proferir críticas à loteria federal considerando-a prejudicial ao interesse coletivo e fora dos padrões da moral. Em outros momentos tratou daquelas questões que, de longa data, o atormentavam: a instrução popular e a saúde pública, as quais considerava as bases da democracia e da prosperidade do país.

Na administração estadual. Além de sólida formação política, Cesário Motta Jr. tinha uma visão clara e objetiva do papel do administrador público. Era um apaixonado pelo planejamento de governo, sempre manifestando que se tratava de uma obrigação do homem público. Para ele, todo administrador

devia estar munido de "um roteiro, uma bússola, que mostrem o caminho percorrido e o que falta a vencer". Como pioneiro nesse particular, deixou imperecíveis lições, válidas para qualquer tempo. Profundo conhecedor das nuances administrativas do Estado de São Paulo, dava uma receita a quem desejasse bem administrá-lo: "administrar bem o nosso Estado", dizia o preclaro paulista é "procurar, dentro da lei, promover o desdobramento das forças econômicas e sociais, interessando nesta obra quantos amam a nossa terra, aproveitando todas as aptidões, procurando leais companheiros que se coloquem acima das ambições individuais e, movidos pelos sentimentos de altruísmo, busquem realizar o programa que apresentamos, durante muitos anos de propaganda, sintetizado em seus efeitos no lema inscrito da bandeira republicana". E proclamava: "A República sem a educação inteligente do povo, poderia dar-nos, em vez do governo democrático, o despotismo das massas, em vez da ordem, a anarquia, em vez da liberdade, a opressão".

Cesário exercia as funções de deputado no Rio de Janeiro quando o impoluto Bernardino de Campos, Presidente do Estado, eleito em 17 de maio de 1892 (posse em 23 de agosto), chamou-o verbalmente e com insistência para assumir as funções de Secretário do Interior (corresponde hoje ao da Educação e da Saúde). O ato de nomeação foi publicado no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 1893. O governante paulista conhecia bem os altos méritos do convidado: caráter sem jaça, profissional competente, humanista e político da melhor qualidade. E, ao aceitar o cargo — apesar da resistência do Presidente da República, seu amigo Prudente de Moraes que achava mais útil para o governo federal sua presença na Câmara dos Deputados — Cesário vislumbrou a rara oportunidade de dar execução aos seus velhos projetos de reformas nos costumes político-administrativos, na educação e na saúde públicas. Suas idéias eram claras nesses propósitos. Para implantá-las, sabia das dificuldades, considerando o cargo como um "posto de sacrifícios". Seu patriotismo sincero, porém, estava acima de tudo. Daria o melhor de si para "servir a terra em que nasci". Explicava dias depois que aceitava o convite como

"uma imposição do patritotismo, não porque me julgasse necessário, mas porque era um posto de sacrifícios, e eu nunca regateei, mormente quando visam servir a terra em que nasci, e a que sou grato pelos cargos que, generosamente, tem-me confiado"!

Durante trinta meses, Cesário Motta Jr. realizou, à testa daquela Secretaria, uma das maiores obras administrativas que se tem notícia na história do Estado. Entregou-se de corpo e alma à reforma do ensino público paulista, adaptando ao Estado e segundo normas da moderna pedagogia, a Lei nº 88 aprovada pelo Congresso em 1892. Antes, tratou de mandar fazer um levantamento das condições da escola pública, naquela fase de transição da monarquia para a república. E os resultados foram os mais desalentadores. Considere-se que não se tratava de novidade, pois muitos Relatórios elaborados pelos inspetores de instrução pública, funcionários do Império, atestavam a precária situação. Basta consultar os Relatórios, acompanhados de observações críti-

cas e propostas de soluções, de Diogo de Mendonça Pinto, que exerceu aquele cargo por longo tempo. Ao apresentar o diagnóstico da situação — Relatório de abril de 1893, dois meses após a posse — Cesário Motta foi contundente ao denunciar:

"Não possuímos estabelecimentos de ensino na proporção das necessidades do povo. As escolas estão sem mobília e sem condições higiênicas. Os professores não encontram estímulo..."

Analisando mais a fundo, considerava que a sociedade, em matéria de instrução, estava dividida entre aqueles que aprendiam apenas os rudimentos das primeiras letras nas deficientes escolas públicas e aqueles que, como privilégio, alcançavam os estudos acadêmicos.

Compreendeu Cesário Motta que o Estado precisava formar mão-de-obra profissional, qualificada, à altura de seu progresso. Anotava em seu trabalho que a população se achava despreparada, tanto no aspecto profissional, como para cumprir os "deveres sociais que exigem um preparo científico". Daí proveio a idéia de "reformar-se a instrução pública, mas de um modo racional e completo".

Ao verificar a elevada taxa de analfabetos no Estado, Cesário Motta procurou definir suas causas. E ficou abismado com a baixa freqüência escolar, o pequeno número de escolas, a rotina do ensino com professores desmotivados. Estávamos a zero na questão da metodologia de ensino e recursos pedagógicos. Grande número de jovens e adultos sem nenhuma qualificação para o trabalho. Partia do princípio de que nenhum governo "tem o direito de menosprezar os cuidados com a instrução", compreendida como "o preparo integral da criança" para viver e atuar em sociedade. Para Cesário Motta, os fundamentos da Educação popular estavam circunscritos no aprimoramento da vida mental, física e sentimental do educando, no preparo para a vida social e para o trabalho e na formação do professor.

Diante do quadro, Cesário Motta reuniu alguns dos principais educadores da época — entre eles seu grande colaborador, o Prof. João Lourenço Rodrigues — para a gigantesca tarefa. Sua primeira preocupação foi com o preparo do professor. Era preciso amparar a Escola Normal, criada pouco antes por Prudente de Moraes e Caetano de Campos. Valorizar o professor, identificado como a espinha dorsal da Escola, era ponto de honra para o ilustre paulista. Valorizá-lo em todos os sentidos, desde a dignidade de sua pessoa, até a grandeza de sua missão de ensinar e educar as crianças e jovens. Cesário dava início a uma fase modelar do ensino público paulista. Conseguiu dar ao mestre, através das condições de trabalho e de ganhos justos, o prestígio que merecia no seio da sociedade. Por muitos anos, a figura do mestre-escola seria respeitada e estimada, gozando de elevado conceito. A política de valorização do professor repercutiu em outros Estados, os quais tomaram a Escola paulista como paradigma para qualquer projeto de reforma educacional.

Ao recordar a atuação de Cesário Motta, em discurso de palpitante atualidade, na Câmara estadual, o deputado Alfredo Pujol salientou: "na complexa execução da Lei do ensino público, o maior serviço que prestou Cesário Motta foi estimular e reerguer a classe dos professores, foi dar a este punhado de esquecidos servidores do Estado o prestígio que não tinham e que se lhes devia em nome da própria honra da República...". Mais adiante, acrescentou: "O governo compreendeu que, sem o prestígio desta classe, que se tem sacrificado por uma missão quase evangélica era impossível realizar os compromissos da República..." E finalizava com uma afirmação raríssima na história da Educação do Estado. O secretário Cesário Motta, era o "melhor amigo dos professores". Realmente, felizes os tempos em que o Secretário da Educação era "amigo dos professores". O Prof. João Lourenço Rodrigues confirmou a conclusão do deputado ao escrever em suas reminiscências: "O Dr. Cesário Motta tornou-se o ídolo do professorado paulista". Para ele, a escola era o professor. Eis porque tratou de tirá-lo da situação humilhante em que se achava e procurou erguer o seu prestígio, colocando-o no lugar que lhe pertencia na sociedade paulista.

Vejamos alguns pontos específicos da obra de Cesário Motta Jr. Instalou na Escola Normal da Praça da República, capital, uma Escola Modelo, para o treinamento de professores do curso primário, grande novidade no ensino da época. Reuniu as antigas escolas isoladas, criando os Grupos Escolares, de saudosa memória. As cidades de São Roque e Itu foram as primeiras beneficiadas com a medida, o que valia quatro anos de ensino fundamental ou primário. Em São Paulo, capital, criou o Ginásio do Estado para o ensino secundário, convidando para dirigi-lo o renomado engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza e reuniu em seu corpo docente alguns dos melhores mestres; inaugurou o imponente edifício da Escola Normal da Praça da República, seguindo o lema "ao lado da escola que instrui, a oficina que educa"; motivou a educação profissional que significava o preparo para o trabalho, para o exercício de uma profissão.

Em relação ao nível superior, o principal feito de Cesário Motta foi a criação da Escola Politécnica, medida que vinha sanar a falta de engenheiros para dirigir os trabalhos de construção de nossas ferrovias e de atendimento às obras públicas da expansão urbana. Outra realização de Cesário Motta no terreno educacional, digna de menção, foi a autorização para a instalação do Museu no majestoso monumento do Ipiranga (atual Museu Paulista), com os objetivos da "instrução do público pelas coleções expostas e a exploração científica do Estado, principalmente no ramo da zoologia".

Em seu Relatório de 1894, Cesário Motta Jr. reclamava a fundação de uma Escola de Medicina em São Paulo: o pequeno número de médicos, a maioria diplomada no Rio de Janeiro, destacando a falta de obstetras que deixava as parturientes entregues à "imperícia de mercenárias que, não raro, sacrificam mães e filhos".

Cesário achava que a criação de uma Faculdade de Medicina era "um dos maiores benefícios que se pode fazer a este Estado". Opinião externada quando ainda ocupava os bancos acadêmicos e "me lembrava saudoso desta terra que eu deixara por não poder receber nela o conhecimento científico que almejava...". Alargando os horizontes, concluía que a Escola de Medicina, "reunida à de Direito e de Engenharia e teremos uma Universidade". Era o estadista que vislumbrava o futuro com as realizações dos notáveis Arnaldo Vieira de Carvalho na fundação da Faculdade de Medicina em 1912 e Armando Salles de Oliveira na fundação da Universidade de São Paulo em 1934.

Cesário contava com a garantia das verbas necessárias ao projeto da medicina, com o terreno para a construção (anexo à Politécnica, na Luz) e com a indicação de mestres. Faltava, porém, a decisão política. Não perdia as esperanças. No Relatório de 1895 escreve: "Razões de prudência e economia têm influído no ânimo do governo para assim proceder. Continuo, porém, a pensar que temos urgente necessidade da Escola de Medicina". E acrescenta, "tenho elaborado o respectivo Regulamento, só precisando, portanto, que seja proferido o fiat para surgir a Escola"; ficaria "feliz se as condições financeiras do Estado permitissem realizar o projeto da Escola de Medicina, ainda no presente exercício". O que na verdade impedia era a difícil situação daquele momento. O erário estadual sofria impactos com os encargos de sustentação bélica. Em setembro de 1893 estourava a Revolta da Armada, chefiada pelo Almirante Custódio José de Mello contra o governo Floriano Peixoto. Embora o centro dos acontecimentos fosse o Rio de Janeiro, Bernardino de Campos tomou as providências para uma eventual defesa do Estado. Segundo Alfredo Pujol, o "Palácio do governo transformou-se num quartel e o Partido Republicano num exército de voluntários". Compreende-se melhor quando se recorda a austeridade e cuidados no trato com os dinheiros públicos dos antigos governantes de São Paulo. A competência e a tenacidade no trabalho iam vencendo os percalços. Cesário costumava dizer: "é preciso construir enquanto os outros destroem".

No campo da saúde pública, Cesário Motta Jr. realizou um trabalho de envergadura. A situação sanitária do Estado estava a exigir um grande esforço no sentido de melhorar as condições de higiene e saúde, através de uma reforma completa. Como agravante, grassava a febre amarela, a varíola e a cólera morbus. As repartições da saúde foram colocadas a serviço do saneamento básico e do combate a doenças. Na rua Florêncio de Abreu funcionava o Laboratório farmacêutico e a diretoria do Serviço Sanitário sob a chefia do Dr. Sérgio Meira, onde os médicos atuavam como inspetores sanitários e de vacinação; na Rua Pires da Mota (Cambuci), o Instituto Vacinogênico que foi reformado; em Higienópolis foi construído o edifício do Desinfectório central municipal, onde eram destruídos objetos pertencentes aos portadores de doenças contagiosas, mormente roupas pessoais e de cama, e na av. Municipal (atual Dr. Arnaldo) o Instituto Bacteriológico e o Hospital de Isolamento, então criado. A importante Repartição de Águas e Esgotos, sob a direção do engenheiro Theodoro Sampaio, funcionava no Bom Retiro e cuidava do Re-

servatório de águas da Cantareira. Organizou-se um Serviço demográfico-sanitário e elaborou-se um modelar Regulamento Sanitário. Tudo sob a direção superior de Cesário Motta Jr. que visitava as repartições, acompanhando seus trabalhos e pesquisas e debatia com a direção e inspetores sanitários, as melhores soluções.
Em 1895, participou da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Últimos meses. Cesário Motta Jr. sofreu nos últimos meses de vida o impacto das picuinhas políticas, — era grande seu prestígio político-popular no Estado e, naturalmente, seria indicado para suceder Bernardino de Campos na presidência do Estado — das traições de "amigos", pessoas que faziam parte de sua estima. Desgostoso, deixou a Secretaria do Interior e retirou-se para o Rio de Janeiro, onde reassumiu sua cadeira de deputado. Pouco depois, ainda abalado pelo trauma psicológico, veio a falecer, aos 50 anos de idade, em 24 de abril de 1897. Seu nome, porém, é perpetuado no Panteão dos grandes valores de São Paulo. Honra e glória ao eminente brasileiro.

As antigas e a atual sede. As primeiras sessões do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — em dezembro de 1894 foram quatro — realizaram-se nas dependências da Escola Normal, recém-inaugurada, na Praça da República. A partir de janeiro do ano seguinte, as sessões foram transferidas para o prédio do Ginásio do Estado, na Rua da Boa Morte. Não demorou para os sócios reclamarem, pois achavam "inconveniente o local das reuniões por estar retirado do centro da cidade". Em maio de 1896, a secretaria, arquivo e biblioteca passaram a funcionar num prédio da Rua 15 de novembro, nº 59, bem como as sessões. O sobrado foi pedido pela proprietária. O acervo foi removido para o prédio da tipografia de "O Município", na Rua do Rosário, nº 5 e depois para a residência do Dr. Domingos Jaguaribe. Por falta de local, as sessões foram suspensas de julho a dezembro de 1896. Em 25 de janeiro de 1897 os trabalhos foram reiniciados num prédio da Rua Mal. Deodoro, nº 2. O Instituto ainda realizou sessões em prédios do Largo da Sé (1898) e Rua Gal. Carneiro (1900).

Em 1904, ao completar um decênio, o sodalício adquiriu um terreno no mesmo local do atual edifício-sede. Nele foi construída a almejada sede própria de dois pavimentos, inaugurada no dia 25 de janeiro de 1909, na presidência do Conselheiro Manuel Antônio Duarte de Azevedo. Na descrição do mestre Taunay, um "edifício que se não é suntuoso, é pelo menos excelente, amplo, acolhedor e onde a permanência se torna sobremaneira agradável... dispunha de belo salão de recepção, de outro assaz vasto destinado à biblioteca, ostentava um pórtico elegante e fachada de aspecto muito agradável, dispondo ainda dos cômodos necessários à administração do grêmio". E arremata: "Instalação enfim, absolutamente digna do progresso de São Paulo de seu tempo". Na sessão de inauguração, o orador designado, João Lellis Vieira, disse que "a construção de nossa sede social representava a energia da tenacidade, da dedicação e abnegação das diretorias e do corpo social do Instituto".

Na sessão de 27 de outubro de 1951, o presidente prof. Ernesto de Sousa Campos referiu-se ao "projeto de construção do novo prédio-sede" dizendo que "aumentava a esperança de, brevemente, realizar a remoção dos livros e móveis, a fim de que se inicie a demolição e conseqüente construção do novo prédio". No período de novembro-dezembro foi feita a mudança do acervo para a sede provisória instalada na Rua Florêncio de Abreu nº 157, 9º andar. Assim, a primeira sessão de 1952, no dia 10 de janeiro, foi realizada no novo endereço, sob a presidência do prof. Ernesto de Sousa Campos, secretariada por Francisco Teive de Almeida Magalhães e Tomaz Oscar Marcondes de Sousa. Compareceram, além dos citados, os consócios Américo de Moura, Afonso Taunay, Dácio Pires Correia, Carlos da Silveira, José Pedro Leite Cordeiro e J. Alberto Robbe. No início da sessão, o presidente falou sobre a "mudança e instalação da nova sede social provisória, enquanto se processa a construção do novo prédio, cujo início se verificará logo que a Prefeitura aprove as plantas e a Caixa Econômica providencie a quota contratual".

Na sessão de 16 de fevereiro de 1952, o presidente, referindo-se às diligências para a construção do prédio da nova sede social, disse que o "alvará de construção já foi aprovado pela Prefeitura, ressaltando o interesse dos engenheiros Costa Pinto e Mário Pucci para o rápido andamento do processo, pelo que solicita sejam consignados em ata votos de congratulações com aqueles engenheiros".

Na sessão de 15 de março de 1952, o presidente expôs a sua atividade a fim de ultimar as diligências para a realização do empréstimo da Caixa Econômica Federal, necessário à construção do novo prédio da sede social. Disse que "depois de ter obtido a informação do dr. Antunes Maciel, diretor da CEF de São Paulo, de que o processo em causa tinha sido remetido para o Rio de Janeiro a fim de ser julgado pelo Conselho Superior, empreendeu uma viagem ao Rio de Janeiro, obtendo, do advogado Dr. Edmundo Miranda Jordão, informação de que na qualidade de relator do processo daria o seu voto favorável à iniciativa do Instituto".

Na sessão de 5 de abril de 1952, o orador José Pedro Leite Cordeiro disse que a "aspiração máxima que os confrades do Instituto nutrem é a da construção da sua nova sede social, tantas e infrutíferas vezes tentada até que hoje se torna concretizada, graças aos esforços desenvolvidos pelo Prof. Ernesto de Sousa Campos, nosso dinâmico presidente que soube, com galhardia, transpor todos os obstáculos, tornando assim realizável a construção do novo prédio-sede que, possivelmente, será inaugurado por ocasião dos festejos do IV Centenário da fundação de São Paulo".

Na sessão de 17 de maio de 1952, o vice-presidente, em exercício, Frederico de Barros Brotero comunicou que a "demolição do prédio da Rua Benjamin Constant está bastante adiantada a fim de, no local, ser logo iniciada a nova construção. Na sessão de 5 de julho, levou ao conhecimento da casa as últimas "demarches" que efetuou junto à CEF para o andamento dos papéis referentes ao empréstimo para a construção da nova sede social. Na sessão

de 2 de agosto anunciou ter assinado na CEF de São Paulo "a escritura de empréstimo, necessária para a construção da nova sede social e, também, o contrato de construção sob a responsabilidade do eng. Persio Pereira Mendes". Na sessão de 29 de agosto de 1953, o presidente prof. Ernesto de Sousa Campos discorreu sobre "o andamento das obras do novo prédio-sede, cuja penúltima laje de cimento já está concluída, dando-nos assim a esperança de, em breve, estarmos com o edifício terminado". Na sessão de 17 de outubro, comunicava a "execução da derradeira laje de concreto armado".

Quando a cidade de São Paulo completou quatrocentos anos de fundação, em 25 de janeiro de 1954, foi inaugurada a atual sede. Era presidente o médico prof. dr. Ernesto de Sousa Campos que não mediu esforços para ver concretizada a obra. O novo edifício da Rua Benjamin Constant nº 158, projetado para dez andares, vinha atender ao crescimento da entidade e da cidade e possibilitar a obtenção de rendas através da locação de parte das dependências. Na construção pontificou um competente profissional da engenharia paulista, o ituano dr. Persio Pereira Mendes, diretor da Sociedade Construtora CELBE Ltda.

As dependências do Instituto estão assim distribuídas: auditório "Afonso de Freitas", 1º andar; biblioteca "Afonso Taunay" e sala de leitura "Pe. Manoel da Nóbrega", 3º andar — aberta ao público, de segunda a sexta das 13 às 18 horas: museu "José Bonifácio", arquivo e documentação, 4º andar; hemeroteca "Júlio Mesquita", 7º andar; sala "Prof. Ernesto de Sousa Campos" (da presidência); sala "José Torres de Oliveira" (da secretaria), sala dos funcionários e comissões e sala de recepção.

PRUDENTE DE MORAIS: Primeiro Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL RICCI

Constitui sempre para nós motivo de júbilo poder vos falar; temos sempre a sensação de que ainda não é real nossa participação neste tradicional Sodalício! E é, por esta razão, que, por repetidas vezes e com muito carinho, lhes agradeço pela oportunidade que me ofereceram, já há alguns anos, de poder participar deste agradável convívio que, acima de tudo, é profundamente humano!

Nossa fala hoje, já dentro do início das Comemorações que se aprochegam do Centenário desta Casa, será, em rápidas "pinceladas", comentar a atuação de Prudente José de Morais Barros, não apenas como homem público, nem tão-somente como 1º Presidente Honorário de nosso Instituto, mas também dele como ser humano que foi e o que representou para nossa vida republicana ao sofrer as contradições já advindas do período colonial e que até nossos dias, muitas delas, não conseguiram ainda ser devidamente superadas.

Comentar algo em torno ou sobre Prudente de Morais, depois do livro de Silveira Peixoto, nobre confrade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, não é fácil, pois seu livro — **A tormenta que Prudente de Morais venceu** —, embora romanceado, não foge à veracidade dos acontecimentos

e, pouco, muito pouco mesmo, temos de novo após o aparecimento deste seu trabalho. Enfim... tentaremos dizer alguma coisa deste grande homem público.

Nasceu Prudente de Morais em Itú aos 4 de outubro de 1841, tendo falecido em Piracicaba a 3 de dezembro de 1902.

Advogado, formado pela tradicional Faculdade das Arcadas, exerceu a profissão até quando foi eleito deputado pela primeira vez, em 1866, desempenhando já nessa época papel de relevo no Parlamento.

Quando se estruturou o Partido Republicano, em 1870, filiou-se a ele, sendo então eleito deputado pelo novo partido em sucessivas legislaturas.

Chegou a ser Presidente do Estado de São Paulo, em 1889, exercendo esta função até 13 de outubro de 1890, data em que foi proclamada sua eleição para senador por São Paulo. Tornou-se, logo após, em junho de 1891, quando foi instalado o Senado da República, seu Vice-Presidente.

É oportuno lembrar que, desde o tempo de estudante, sua vida fora sempre pautada por personalidade ímpar, que não apresentou em toda sua vida política quaisquer contradições: nunca confabulou, não conspirou, não teve atuação coleante, fora sempre um batalhador contra a ditadura militar, o que significa dizer que fora um republicano histórico intocável!

Certamente, por essa razão, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo houve por bem elegê-lo como primeiro Presidente Honorário do Sodalício. Claro que, como sua eleição para Presidente da República ocorreu a 1º/3/1894, para o segundo quatriênio constitucional (1894-1898), e tendo tomado posse a 15 de novembro desse mesmo ano, não pôde Prudente de Morais ser participante, tanto quanto almejara, das sessões do Instituto. Todavia, o muito que fez por São Paulo e pelo Brasil justifica a decisão tomada naquela ocasião pelos sócios da Instituição que, ao quase completar seu Centenário, teve, até agora, apenas seis Presidentes Honorários, a saber: o primeiro, como já mencionei, Prudente de Morais; em seguida, o Barão do Rio Branco; o terceiro, Rui Barbosa; o quarto, Afonso de Taunay; o quinto, Ernesto Leme; e o sexto, com o qual temos a enorme satisfação de conviver e poder ainda usufruir de seus conhecimentos e principalmente privar de sua amizade, Lycurgo de Castro Santos Filho, ao qual, neste momento, profundamente emocionada, reverencio.

Vejam os Senhores que os membros desta tradicional Casa de Cultura sabem muito bem como e a quem oferecer seus títulos: apenas àqueles que realmente e de alguma forma contribuíram, ao longo de sua trajetória terrena, para a elevação do torrão paulista, tanto do ponto de vista científico, literário e histórico quanto, e até diria preferencialmente, do valor ético e humano do cidadão!

A vida política do então novo Presidente da República, que assumira o poder com a idade de 53 anos, não foi amena. Sucedendo ao quatriênio iniciado por Deodoro e terminado por Floriano Peixoto, preocupou-se, antes de mais nada, em pacificar o país e reorganizar-lhe as abaladas finanças, tendo à frente um ambiente hostil que fora exatamente a passagem do poder da "casta"

militar para a política que então se organizava, o que não lhe permitiu agir rapidamente sobre os negócios públicos, até porque o florianismo ainda era um peso bastante sério nesse seu início de administração.

Foi ainda no exercício de seu mandato que, em Canudos, no sertão da Bahia, eclodira violenta rebelião, que, de início, não passava de uma ação de fanáticos que conseguia afrontar a polícia baiana. Todavia, pouco tempo após seu início, tal rebelião assumiu caráter nitidamente político; os revoltosos ganhavam força e o movimento acabou mesmo por transformar-se em guerra civil de larga envergadura, chegando a colocar em perigo a estabilidade republicana.

Embora sufocada (e de que forma...), a campanha de Canudos provocou um verdadeiro rombo ao Tesouro Nacional e o espírito de rebelião continuaria latente por tempo considerável.

Profundamente irritados com a "vitória" dos legalistas, alguns elementos tramaram então o assassinato de Prudente de Morais. Assim, a 5/11/1897, quando o Presidente da República dirigiu-se ao antigo Arsenal da Guerra, a fim de receber tropas que retornavam de Canudos, um anspeçada do Exército alvejou-o à queima-roupa. Na luta que se desencadeou, Prudente de Morais foi defendido, posto a salvo, mas o Ministro da Guerra — Marechal Carlos Machado Bittencourt —, seu amigo particular e seu grande defensor nesta investida, foi mortalmente ferido.

A situação do país prosseguia caótica, com uma vida político-partidária fragilizada, ameaçada, além da péssima situação econômico-financeira. Tal conjuntura era objeto de permanentes investidas da imprensa da época, que não poupava ataques virulentos ao governo. Era freqüente, nessa ocasião, ler-se nos periódicos frases como estas: "O governo é a derrota e é a bancarrota!"; "estamos às vésperas de uma liquidação forçada! "; "em Canudos, as forças do governo na verdade são derrotadas, e logo teremos de proclamar a nossa falência!".

Adveio, daí, sem dúvida, o satânico plano para acabar com Prudente de Morais, pois, acreditavam seus opositores, que a única maneira de quebrar-lhe a tenacidade seria mesmo matando-o.

Sendo fiel seguidor dos princípios do Direito, era Prudente contrário ao estado de sítio; no entanto, com as graves circunstâncias em que o país se encontrava, foi praticamente obrigado a declará-lo para o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro, onde o palco dos acontecimentos era, além de tudo, também agitado por boatos os mais variados. A 8 de novembro de 1897, teve que tomar esta atitude, que muito o abateu, conforme analisamos em sua correspondência, principalmente com seu filho mais velho.

Era o cidadão consciente, honesto, de firmes propósitos, que se rebaixava a tudo que lhe significava o pior, dentro do que idealizara como republicano democrata. A duração desse período de exceção fora rápida: findou-se a 24 de fevereiro do ano seguinte.

Apesar da declaração do estado de sítio, durante o período em que foi mantido, não admitiu que fossem utilizados os poderes extraordinários de que estava o governo investido, para outros fins que não os de combater os perturbadores da ordem ou os que ameaçavam subvertê-la.

O mais interessante é que, se observamos o caminhar do processo histórico, notaremos que exatamente essa fase foi a que apresentou um aspecto altamente positivo: foi quando pôde a opinião pública, de fato, firmar sua convicção na inteireza do Presidente, sentindo, na própria pele, que não estava o povo sofrendo a menor coação. Estava ele sendo reconhecido pela imensa maioria como um homem justo e de ampla visão.

Em 1898, ao terminar o seu período presidencial, Prudente de Morais recolheu-se em Piracicaba, onde, ao reabrir sua banca de advogado, parecia pôr em prática uma expressão muito sua, muito rica e muito profunda, por repetidas vezes por ele pronunciada: "Para contra possíveis abusos da política, temos advogados e juízes". E, desta maneira, como simples cidadão, o ex-presidente da República estudava processos, emitia pareceres, redigia petições, alegava, reestudava os Códigos, fazia a contabilidade do escritório com o mesmo minucioso cuidado que lhe era peculiar em todas as suas atitudes, como um hábito enraizado. Era uma outra maneira de contribuir para a sua gente...

Ao findarmos nossas considerações, queremos deixar patente que, apesar das agitações e dificuldades que caracterizaram os anos de sua gestão como Presidente da República, Prudente e seus auxiliares mais imediatos resolveram uma série de dificuldades com que se via a braços o Brasil, conseguindo levar a bom termo uma série de problemas que então assoberbavam o país. Desta maneira, conseguiu, por exemplo, restabelecer as relações diplomáticas com o Reino de Portugal, que Floriano Peixoto interrompera, como protesto contra o asilo dispensado pelos navios portugueses aos revoltosos da Armada brasileira; também pôs termo às divergências com a Itália, oriundas de episódios da Guerra Civil; resolveu o caso da ocupação da Ilha de Trindade pela Inglaterra, sendo aquela restituída à soberania brasileira; restaurou os governos estaduais depostos, garantindo o direito ao princípio da autoridade; consolidou não apenas a ordem interna como também pôde reorganizar financeiramente o país, através do acordo efetuado com o banqueiro inglês Rotschild — o famoso **funding-loan**. De igual modo, conseguiu decidir a secular questão das Missões com a Argentina, e a do Amapá, com a França.

Já se disse que o tempo da vida é incerto e o da eternidade certo! Aos sessenta anos Prudente de Morais ficou tuberculoso, em decorrência do diabetes que o atribulou por largos anos de sua existência; com isso, pouco a pouco a doença lhe foi corroendo as entranhas, a febre alta e a intensidade da tosse foram lhe consumindo a cada dia, aumentando seu sofrimento físico e depauperando-lhe as energias. Seu pulmão esquerdo estava totalmente comprometido e a falta de ar lhe era uma agonia crescente... Chegara a hora final do primeiro presidente civil do novo regime brasileiro, e todo o país cobriu-se de luto. E, no lento, porém dinâmico caminhar da História, soube o povo

brasileiro reconhecer neste homem um exemplo de trabalho, de firmeza, de tenacidade, de justiça, de cooperação, enfim, muitos atributos que, lamentavelmente, nem sempre nossos homens públicos de hoje têm demonstrado possuir! Nessa linha de pensamento, acreditamos que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo marca, nesta sessão, um momento de justo reconhecimento e gratidão ao seu merecido Primeiro Presidente Honorário.

Os Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

DUÍLIO CRISPIM FARINA

O liberalismo, aqui despertado por Júlio Frank, João Batista Líbero Badaró e Inácio Aquiles Betoldi, passou a dar pomos dourados. Os republicanos históricos em Piratininga vão constituir plêiade marcante de vigorosos condutores, desejosos da construção de uma nova sociedade. Em que pese o respeito à figura do segundo imperante, devotado às coisas do espírito e da sapiência, é mister registrar o sonho e a ação de homens como Cesário Mota Júnior, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Antônio de Toledo Piza, Domingos Nogueira Jaguaribe, Miranda de Azevedo, Luis Pereira Barreto, Arnaldo Vieira de Carvalho, Américo de Campos e alguns outros pesquisadores, todos a contribuir para a ereção de novo modelo para os vindouros.

O positivismo, as confrarias acadêmicas, as lojas maçônicas, certas irmandades religiosas, agrupam pensamentos avançados para o tempo e há a concretização de antigas emulações: uma nova Escola Normal, a Escola Politécnica e a de Farmácia, o Ginásio do Estado, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, o Instituto Pasteur e o Vacinogênico. Aqui chegam Félix Le Dantec, indicado por Pasteur; Bittencourt Rodrigues, de Portugal; e Ivo Bandi, das escolas de ciência de Turin e da Toscana.

Reestrutura-se a Hospedaria de Imigrantes e vai surgir o Hospital de Isolamento. A Misericórdia Paulistana com Arnaldo será mais tarde, na antiga chácara de Arouche Rendon, vinda da Glória, o assentamento da Faculdade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo.

Nesse turbilhão de idéias, planos, revoada de aspirações lídimas logo sedimentadas, há um centênio nascia a entidade primaz da cultura no planalto de Piratininga, o I.H.G.S.P.

Tenho por mim que o Determinismo do Criador em momento devido envia os homens certos, providenciais, para na plenitude executar as tarefas que a Sociedade necessita e merece. Desígnios do Altíssimo.

Força incontestável da Memória da Nacionalidade, Atavismos, Ancestralidades, Ignoto, Inconsciente Conscientizado.

Assim somam-se três propulsões, três excepcionais sonhadores impenitentes: Jaguaribe, Bourroul e Toledo Piza. Vindos de longe, muito longe: do norte brasileiro, de Nice e da região Salmantina, terras distantes, anelos convergentes, fusão de desidérios e o surgir de nosso magno sodalício, início da peregrinação constante de um passado de lidadores, permanente auferição da memória da Pátria Brasileira e, em especial, da Pátria Paulista.

DOMINGOS JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE, médico, psicólogo, pioneiro das práticas da hipnose, da balneoterapia e da educação física em nosso meio. Explorava os benefícios da Água Fontalis, em Santa Cecília, na Chácara em rua que tem hoje o batismo de seu nome. Vizinho e amigo de dona Veridiana Prado, anfitrião do grande Capistrano de Abreu, seu conterrâneo. Romancista, escreveu sobre Lógica, Moral, Fisiologia do Espírito. Lutador ardoroso contra o alcoolismo, em palestras múltiplas, fundador e presidente da Liga Anti-Alcoólica de S. Paulo e Diretor do Instituto Psico-Fisiológico. Cronista da História, Humanista, seu tomo "As Reflexões sobre a Colonização no Brasil", de 1878, permitiu que fosse premiado pela Imperial Academia de Medicina. Deputado estadual, ligado a entidades européias, tendo repercussão no velho mundo seu então oportuníssimo "Psicologia do Alcoólico".

Estudioso com Alberto Seabra e Ulisses Paranhos, à semelhança de Alexis Carrel e Richet, do espiritualismo e suas conseqüências na medicina. Conhecia Crooks, Lombroso, as suas pesquisas e entusiasmos. Na velha Santa Casa, chegou a hipnotizar um antigo escravo para ato cirúrgico.

Os contemporâneos registram sua alma ingênua, sensível, de grande solidariedade humana, símile aos médicos de seus dias. Combativo, realizador, simples, mas operoso. Ingênuo, d'alma translúcida, mas sempre a bondade na solidariedade, muita vez às raias do comovente. Aqueles que com ele privaram, puderam registrar as manifestações habituais de lealdade, tenacidade e porfia.

Jaguaribe era conviva eletivo, também em Tertúlias e encontros de amizade e cultura com expoentes de grandes afinidades como Alberto Seabra, Pereira Barreto, Leôncio de Carvalho, Eduardo Guimarães, Ulisses Paranhos e J.J. de Carvalho, o idealizador da Academia de Letras. Ainda não foram de forma exata e suficiente registradas as ações na sociedade paulistana deste ilustre cearense de nascimento mas enraizado para sempre nos fastos da terra paulista.

ESTEVÃO LEÃO BOURROUL, já nos primeiros decênios do século passado filhos da grei dos Bourroul, gente de Nice, integra-se em S. Paulo, numa série de comerciantes, educadores, médicos, boticários, engenheiros e o sábio e santo mestre da Casa de Arnaldo, Celestino Bourroul. Spencer Vampré lembrou-os como "os introdutores do bom gosto da cidade". Acompanharam o evoluir de Piratininga e nele se destacaram pelo labor, talento, diligência e cultura.

Estevão Leão graduou-se na Academia de Direito, em São Francisco, turma de 1881, naturalizou-se em 1889 já que nascera em Nice, a antiga Niké, fundada 350 anos antes da era cristã por colonos gregos da Focia, já estabelecidos em Marselha, então Massilia.

Pensador católico, ao lado de Ricardo Daunt, ativo já nos bancos estudantis, redator de vários periódicos, vai consagrar-se no Foro eclesiástico, e como deputado provincial, juiz municipal e de órfãos do Termo de Franca do Imperador. Integrado na altaneira Franca terá Banca de advocacia, em militância destacada. Secretário do Governo Provincial nas gestões do conde do Parnaiba, Elias Chaves, Dutra Rodrigues, Pedro Vicente, Rodrigues Alves e Barão de Jaguara. Polemista, sofreu tentativa de assassinato "em seguida e por causa de incandescendentes questões". Homem do Louval consagrou-se também como ensaísta e historiador com títulos, hoje raros e clássicos: "Frei Caetano de Messina", "Dr. Ricardo Gumbleton Daunt", "O Conde do Parnaiba" e "Hercules Florence", básico para o entendimento de outra grei notável aculturada em nosso sólo e em nossa Sociedade. Nossa Revista inclui, entre outras, positivas contribuições, estudos como "Episódios sobre a Anselmada", "José Bonifácio,o velho", "Oenhausen (Marquês de Aracati)"; o "Padre Feijó", a "Tipografia e a Litografia no Brasil", etc. etc.

Querido e respeitado por seus pares e contemporâneos mereceu de Francisco Morato, ao desaparecer em 10 de novembro de 1914, palavras de exaltação num necrológio de fundas emoções: "consciensioso, biógrafo exemplar, político instruído, conhecedor perfeito de nossa história parlamentar e quiçá melhor ainda da história parlamentar francesa".

Na imprensa revelou-se superior a quase todos, graças aos conhecimentos universais e amplo humanismo. Atuante na ação do Partido Católico (1890) ao lado do então cônego José de Camargo Barros, Domingos Sertório, Rubino de Oliveira, Felizardo Cavalheiro, Luis Gonzaga da Silva Leme e Brasílio Machado.

Foi membro esplendoroso da tríade máxima, com Jaguaribe e Antônio Pizza, na fundação de nosso sodalício. Sonho e Ação. ANTÔNIO TOLEDO PIZZA e ALMEIDA, natural de Capivari, engenheiro formado em Cincinati, na América do Norte. Republicano histórico, é nomeado em 1893 diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, cargo exercido com proveito geral e sistemáticas brilhantes. Localizador da Ornitologia de Diogo Toledo Lara e Ordonhes, trabalho pioneiro, hoje novamente perdido ou extraviado para sempre...

Em meu livro "Piratininga em Tempos Idos", preito de amor e saudades à cidade em que nasci, descrevo à rua dos Bambus, após a rua Aurora, a residência da senhora Antônio de Toledo Piza, viúva do ex-diretor da Repartição de Estatística e arcabouço desta Casa. A matrona paulista era dona Ana de Toledo Piza. Logo depois chegava-se à rua Vitória... Minha avó materna Josefina Piza, desaparecida na pandemia gripal de 1918, era prima dessa boa gente, simples, mas grandiosa, de um S. Paulo indômito, já desaparecido na neblina do tempo... Cicero Marques lembrou-os a todos no dealbar do século nessa rua dos Bambus, mais tarde rua Ipiranga e avenida.

Piza foi colaborador assíduo de nossa entidade enquanto durou sua profícua existência. Os três, sem dúvida alguma, são o cerne de nossa entidade, traves mestras. Figuras de escól da Sociedade paulistana do tempo, somem atavismos, emulações, conhecimentos, anelos de outras operosas figuras como Loeffgrem, Orvile Derby, Rodolfo Ihering, Miranda Azevedo, tantos sonhos reunidos e sob a égide do imenso, glorioso, vulcânico e energético sonhador-realizador Cesário Mota Júnior, no milagre do realizar o que se aspira com amor, fizeram surgir este Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo. Glória perene as suas Memórias!

Afonso de Taunay e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

De Afonso de Taunay escrevi de certa feita que era "catarinense de nascimento, fluminense de formação e paulista de realização". Nascido na velha Nossa Senhora do Desterro (a Florianópolis de hoje) ao tempo em que seu pai presidia a Província de Santa Catarina (1876), não chegou a viver seis meses na cidade que lhe serviu de berço, pois já em janeiro do ano seguinte, deixando o governo catarinense, retornou Alfredo d'Escragnole Taunay ao Rio de Janeiro. Foi, pois, na Capital do Império e depois da República, que se processou a formação de Afonso: a humanística no Colégio D. Pedro II e a profissional na Escola Politécnica. Cursou a engenharia certamente por influência paterna, mas, tal como no caso do pai, pouco se utilizou da profissão. Para o autor da **Retirada da Laguna** a engenharia serviu apenas para as tarefas militares na guerra contra o ditador do Paraguai, pois terminada esta, foi à política, ao jornalismo e à literatura que se consagrou. Também para o filho, a engenharia irá servir para abrir-lhe as portas do magistério, na área da física experimental, matéria de que chegou a ser professor catedrático na Escola Politécnica de São Paulo, lecionando-a igualmente no velho Ginásio de São Bento. Mas assim que surgiu uma oportunidade de trocar a engenharia pela história, não titubeou em fazê-lo, pois esta revelou-se desde cedo sua verdadeira vocação.

A vinda para o planalto logo após sua formatura e atendendo a um convite de Augusto Carlos da Silva Teles, seu tio e professor da Escola Politécnica, fê-lo radicar-se em São Paulo. De fato, de São Paulo nunca mais saiu, a

não ser para viagens, vivendo na capital paulista bem mais da metade de sua longa existência. Em São Paulo realizou toda a sua vasta obra e à história paulista e paulistana consagrou-se de corpo e alma, tornando-se, inquestionavelmente, o maior historiador paulista.

Foi pela Escola Politécnica de São Paulo, quando nela lecionava, que Afonso de Taunay publicou seu primeiro trabalho de vulto, **Léxico de termos técnicos e científicos**, com o qual demonstrou o extraordinário pendor pelos estudos lexicográficos, que o levaria, ao longo de sua vida, a publicar mais oito volumes, entre vocabulários suplementares e crítica aos grandes dicionários da língua portuguesa.

Já no ano seguinte (1910) entrava Taunay pela seara da História. Seu primeiro livro nesta nova área — por estranho que possa parecer — foi um romance histórico: **Crônica do tempo dos Felipes**, título que o autor modificaria para uma segunda edição, 16 anos mais tarde, dando-lhe o nome da personagem principal do romance: **Leonor de Ávila**. Esse livro abriu-lhe as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual foi admitido em julho de 1911. O velho sodalício do Rio de Janeiro, contrariando suas normas de não considerar, para ingresso em seu quadro social, obras de ficção, abriu uma exceção para Afonso de Taunay, pois, segundo consta do parecer relativo à sua admissão, havia em **Crônica do tempo dos Felipes** mais do que um romance histórico. Nele perceberam os relatores da proposta uma acentuada demonstração de pendor para a pesquisa histórica, essa mesma pesquisa histórica que foi a atividade precípua em toda a imensa obra que em breve encetaria.

Tal como o venerando Instituto Histórico Brasileiro, admitiu-o também em seu quadro social o nosso Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, naquele mesmo ano de 1911. Esta casa foi, juntamente com o Museu Paulista, o centro principal das atividades de Taunay, em São Paulo. O Instituto fora fundado em 1894 e à época da admissão do novo sócio, muitos dos seus fundadores estavam ainda vivos e em plena atividade produtiva, editando ano após ano sua preciosa revista, uma das mais importantes e conceituadas publicações brasileiras no setor das letras históricas. Em nosso Instituto, o futuro historiador iria sentir-se bem à vontade, ocupando cargos em sua diretoria, freqüentando-o assiduamente e com intensa participação em seus trabalhos, terminando por tornar-se, merecidamente, seu presidente honorário.

Colaborou com freqüência na revista editada pelo Instituto. Já no volume XIII, correspondente a 1908, mas só publicado em 1911 (o mesmo ano da admissão de Taunay) figura o nosso homenageado divulgando um extrato relativo à Bahia das viagens de Pyrard de Laval, viajante francês que passou pelo nosso País, no século XVII. Era uma pequena amostra de uma atividade à qual consagraria Taunay boa parte de sua obra: a recensão dos depoimentos de viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil. No volume XIV, publicava **Os representantes de São Paulo no antigo regime**, enquanto que o volume XVI, correspondente a 1911, mas só publicado em 1914, estampava três trabalhos do novo sócio: **Léxico de lacunas, A Missão Artística de 1816**

e o meio colonial fluminense e **Os princípios gerais da moderna crítica histórica**. Estes dois últimos resultaram de conferências proferidas na Faculdade de Filosofia e Letras, instituição livre criada pelos beneditinos e que constituiu iniciativa pioneira nas escolas desse gênero em São Paulo, e à qual Taunay também esteve vinculado por algum tempo. Aliás, diga-se a propósito, que o grande historiador foi sempre muito ligado aos beneditinos, cuja história em São Paulo escreveu em volume publicado na década de 20. **Os princípios gerais da moderna crítica histórica** foi a conferência inaugural do curso de História nessa primeira tentativa entre nós de ascensão dos estudos históricos ao nível universitário. Embora quase oitenta anos sejam passados, reveste-se ainda de profundo interesse e atualidade. Está a merecer reedição, juntamente com outros trabalhos que o mestre deixou esparsos, contendo subsídios preciosos para a história da cultura brasileira.

Algumas páginas de circunstância (discursos de recepção a Oliveira Lima e a Alberto Rangel e elogio de sócios falecidos), estudos sobre Pedro Taques, Frei Gaspar e João Ramalho, um ensaio sobre Martim Francisco III, escritos esparsos sobre Bartolomeu de Gusmão, a publicação, pela primeira vez, de escritos genealógicos de Roque da Câmara e de Pedro Taques e, finalmente, a série das **Antiqualhas de São Paulo** ilustram a contribuição de Taunay à revista de nosso Instituto. Se mais nela não publicou, foi porque, dentro de alguns anos, criaria ele próprio outra publicação destinada a divulgar pesquisas históricas, e nesta "sua" publicação muitos e muitos volumes foram inteiramente preenchidos com trabalhos de sua lavra.

Quando Afonso de Taunay assumiu a direção do Museu Paulista, em 1917, a grande instituição do Ipiranga pouco tinha de História. Era mais voltada para as ciências naturais, particularmente à zoologia, que era a especialidade de seu primeiro diretor, o naturalista Hermann von Ihering. Desde 1896 publicava o Museu uma preciosa revista, altamente conceituada nos meios científicos do País, traduzindo, contudo, a tendência naturalística da instituição. A Taunay coube, não só organizar as seções históricas, que acabaram tendo preeminência na estrutura do museu, mas decidiu-se a criar uma publicação que fosse para os estudos históricos o que vinha sendo para as ciências naturais a "Revista" fundada em 1896. Surgiram, assim, os "Anais do Museu Paulista", cujo primeiro volume, alentado tomo de mais de mil páginas, teve o caráter comemorativo do centenário da Independência, em 1922.

Durante a gestão de Taunay, doze volumes dos "Anais" foram publicados e quem já teve oportunidade de consultá-los sabe que, na quase totalidade, esses doze volumes foram preenchidos com trabalhos da lavra do próprio diretor do Museu, num total de 35 títulos, os quais, tirados em separatas, constituem peças valiosas da bibliografia histórica brasileira. E além do mais, pertencendo Taunay também ao Instituto Histórico Brasileiro, muito colaborou na revista editada pelo sodalício do Rio de Janeiro. E a isto acrescente-se, também, a publicação freqüente em revistas de outras naturezas e ainda a vasta colaboração, de mais de 30 anos, no "Jornal do Comércio", do Rio de Ja-

neiro. Compreende-se, então, que a partir de 1922 tenha diminuído a colaboração de Taunay na revista de nosso Instituto.

Por muito tempo foi Taunay orador oficial do Instituto e nessa função cabia-lhe não só traçar o necrológio dos sócios falecidos, como proferir discursos circunstanciais alusivos às mais diversas ocorrências da vida da entidade. Assim, o volume 19 insere a conferência proferida na sessão solene de 25 de janeiro de 1914, a propósito do vigésimo aniversário do Instituto, na qual apresentou um sumário das principais atividades, bem como a indicação dos trabalhos mais importantes publicados em sua revista, na época já com dezoito volumes editados. Assim também as efemérides alusivas ao bicentenário do nascimento de Pedro Taques e de Frei Gaspar da Madre de Deus ensejou ao historiador as excelentes conferências constantes dos volumes 19 e 20, respectivamente, aproveitadas posteriormente pelo autor como prefácios às edições que promoveu das obras desses grandes pioneiros da historiografia paulista. E bem mais tarde, já em 1932, numa série de conferências promovidas pelo Instituto, comemorativas do quarto centenário da chegada de Martim Afonso de Souza, compareceu Taunay com a extensa conferência intitulada "João Ramalho e Santo André", a qual, ampliada com valiosa documentação, veio a constituir um dos títulos mais importantes da bibliografia do historiador.

Outrora, as sessões evocativas em memória dos sócios falecidos no ano social eram realizadas no dia 1º de novembro. E em duas oportunidades, em 1912 e em 1913, Taunay, como orador do Instituto, proferiu os "elogios históricos" de praxe, inseridos nos volumes 17 e 18. O primeiro contém os perfis biográficos do Barão do Rio Branco, Marquês de Paranaguá, Visconde de Ouro Preto, Sebastião Belfort, João Vieira da Silva, Gabriel Prestes, Conselheiro Gavião Peixoto, Inácio Wallace da Gama Cockrane, João Vieira de Almeida, Belisário de Souza, Pedro Vicente de Azevedo, Quintino Bocaiuva e Constante Afonso Coelho; no segundo, ocupou-se o orador de Manuel Antônio Duarte de Azevedo, José Calmon Nogueira do Vale da Gama, Jaime Dormund dos Reis, Hemetério José Veloso da Silveira, Fortunato Martins de Camargo, Manuel Tomás Alves Nogueira, Ernesto de Sena Pereira, Wenceslau de Oliveira Belo, Gabriel Vítor do Monte Pereira, Vicente Quezada e Manuel Ferraz de Campos Sales.

Em meu livro sobre Afonso de Taunay, editado pelo Museu Paulista ao ensejo do centenário do grande historiador, apresentei uma notícia, título por título, de tudo quanto o mestre publicou em nossa revista. Não julgo necessário repetir o que então escrevi.

Tinha Taunay por hábito — aliás, com grande vantagem para a cultura brasileira e para as referências bibliográficas — tirar separatas dos trabalhos mais extensos que publicava em revistas ou anais. Assim procedeu com quase tudo quanto publicou na Revista do Instituto Histórico Brasileiro e nos Anais do Museu Paulista. No caso de nossa revista, isso ocorreu com menos freqüência, mesmo porque eram trabalhos de dimensões menores. Abra-se exceção, contudo, para o **Léxico de lacunas**, que originalmente ocupava quase metade

de um volume da revista, ou para **Silva Leme e o povoamento do Brasil Central pelos paulistas**, ou, ainda, os adendos à biografia de Bartolomeu de Gusmão. Foi pena, entretanto, que assim não procedesse com seu último trabalho inserto em nossa revista, ao qual intitulou **Antiqualhas de São Paulo**, publicado em quatro números da revista, num total de 230 páginas. A exemplo de Vieira Fazenda com suas **Antiqualhas**, referentes ao Rio de Janeiro, constitui a obra de Taunay verdadeira miscelânea de temas paulistas ou, nas suas próprias palavras, "séries de estudos ligeiros sobre assuntos do passado paulista, em diversas épocas, compreendendo quatro séculos de história". Desde "o regime fiscal em Santo André da Borda do Campo" até depoimentos de alguns viajantes estrangeiros que visitaram São Paulo no século passado: Lommonaco, Max Leclerc, Ida Pfeiffer e Samuel Greene Arnold.

Coroando esta sua brilhante carreira no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, melhor ainda, premiando sua dedicação ao sodalício, nada de mais significativo poderia acontecer a Afonso de Escragnolle Taunay do que sua investidura na presidência honorária, o que ocorreu aos 5 de maio de 1939. Desde a morte de Rui Barbosa, em 1923, portanto havia já 16 anos, estava o Instituto sem presidente honorário. Os três primeiros a merecerem a honrosa investidura — Prudente de Morais, Rio Branco e Rui Barbosa — não tinham ligação direta com o Instituto e nem sei — dou a informação com reserva — se alguma vez dignaram-se eles de visitar esta casa. Não importa. A presidência honorária não implica necessariamente vínculo algum com a entidade, uma vez que se tratava, inquestionavelmente, de figuras de alta significação na vida do Brasil, como seria desnecessário lembrá-lo.

Em 1939 decidiu o Instituto — e mui acertadamente — tirar seu presidente honorário do próprio quadro social da entidade, e bem ponderadas as coisas, recaíu a escolha, com toda a justiça, na pessoa de mestre Afonso de Taunay. O volume 36, de nossa Revista, de 1939, narra a maneira como se processou a escolha e repoduz o clichê da proposta subscrita por 70 sócios indicando o nome do grande historiador para a merecida investidura, o que se efetivou com a cerimônia de posse, realizada a 5 de setembro daquele mesmo ano de 1939. E o discurso que o novo presidente de honra então pronunciou pode ser lido no volume 37 de nossa revista. Nele, lembrou o papel reservado à Instituição, com estas palavras:

"O que agora preciso salientar é quanto me desvanece a investidura desta presidência honorária, quanto procurarei, à medida das minhas forças, servir o Instituto, para que cada vez maior se torne a sua já tão prestigiosa projeção no cenário das nossas letras históricas. Nelas há imenso que fazer. A nossa revista, que tão larga reputação desperta, cada vez mais alteia o seu prestígio, mercê dos elementos novos incorporados aos índices de seus tomos novos, pela escolha feliz dos seus tão proficientes quanto zelosos redatores. O Instituto, generosamente dotado pelos poderes públicos, como ainda agora acaba de o ser novamente, propõe-se subsidiar iniciativas do maior alcance, como a cópia de documentação arquival no Brasil e no estrangeiro, condição essencial

para que o rumo dos nossos estudos tome um feitio do mais elevado alcance e dos mais profundos resultados, obedecendo à norma essencial e inflexível, de que onde não há documentos não há história. Assim, ao nosso Instituto caibam longos e longos anos de indefesso e fecundo labor em prol do esclarecimento destes feitos da vida comum de todos os brasileiros, que são a trama da história nacional".

Algumas frases do discurso de Taunay dão a entender a existência de época mais propícia a que o Instituto desenvolvesse seu programa. Vivendo ainda quase trinta anos, pois veio a falecer em 1958, Taunay, por ocasião de sua investidura em 1939, já havia realizado boa parte de sua imensa obra. Todavia, continuou escrevendo e publicando até quase a época de seu falecimento, deixando, ainda, para publicação póstuma, os **Estudos de história econômica e financeira**, que só vieram a público em 1961-62.

Com efeito, a obra de Afonso de Escragnolle Taunay apresenta-se múltipla e variada, abrangendo temas referentes à história do Brasil, à história de São Paulo, à história da cidade de São Paulo, à história da ciência, à história especializada do café no Brasil, à filologia e à lexicografia e até incursões nos domínios da ficção. Publicou setenta e cinco livros, sendo muitos em vários volumes, como a **História seiscentista da vila de São Paulo**, em quatro volumes, a **História da cidade de São Paulo no século XVIII**, em oito, a **História geral das bandeiras paulistas**, em onze, e a **História do café no Brasil**, em quinze volumes. Desdobrando-se toda a sua produção, teríamos para mais de cem volumes, além do muito que deixou esparso em revistas e jornais, notadamente no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, no qual colaborou com enormes artigos semanais durante mais de trinta anos.

Difícil imaginar produção tão vasta e variada, levada a efeito por um só homem. Aliás, não sei de caso semelhante nos quadros da historiografia brasileira e mesmo na universal, especialmente se considerarmos que Taunay trabalhou sem os modernos recursos que a técnica põe a serviço dos pesquisadores. Mais ainda: nunca dispôs de pesquisadores que o ajudassem, o que é tão corrente modernamente quando historiadores se servem de vastas equipes, a ponto de nem se poder saber quem escreveu o quê.

E como se não bastasse, promoveu o mestre a reedição comentada de importantes textos relativos ao periodo colonial, como as obras de Antonil, Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques, Manuel da Fonseca, Bartolomeu de Gusmão e ainda o vastíssimo documentário sobre o bandeirismo paulista, e a reedição quase completa das obras do pai, num total de mais de quarenta volumes. Cumpre assinalar que em todas essas reedições que Taunay promoveu, não se limitou o mestre à publicação pura e simples dos textos, mas fê-los preceder sempre de eruditos e às vezes bem extensos estudos introdutórios, que valem como excelentes subsídios à história da cultura brasileira.

Eis em rápidas pinceladas a obra e notadamente a carreira no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo de seu quarto presidente honorário.

As condecorações do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

LAURO RIBEIRO ESCOBAR

Sempre foi impulso irrefreável dos seres humanos, diferençarem-se uns dos outros, com sinais exteriores que destacassem os que mais numerosos e mais valiosos serviços tivessem prestado à comunidade; na guerra, defendendo-a ou conduzindo à pilhagem; na paz, provendo à subsistência.

Nas sociedades, as mais primitivas, são assinaladas as dissemelhanças, que punham em relêvo os mais valentes, os mais eruditos.

Dentes, garras e peles de animais selvagens, penas de aves-de-rapina, distinguiam o guerreiro intrépido, o caçador intimorato.

O Egito concedeu colares, ornamentados com leões, para as virtudes guerreiras, e, com abelhas, para as civis.

Na Grécia clássica, foram instituídas coroas, para os vencedores dos jogos olímpicos, de oliveira; dos jogos ístmicos, de pinheiro; e aos vencedores dos jogos nemeus, de aipo. Havia, ainda, a coroa acadêmica, destinada aos estudiosos, a de ovação e de triunfo, aos generais detentores das honras da ovação e do triunfo.

Roma dimensionou tais concessões. As coroas foram mais numerosas: a valária, ou castrense, se destinava aos que primeiro vencessem uma trincheira; a mural, a quem primeiro escalasse as muralhas de uma cidade ou fortificação; a rostral, ao vencedor de batalha naval; a cívica, a quem tivesse salvo

a vida de um companheiro em combate; a gramínea, ao general que tivesse levantado o cerco de uma cidade, e a triunfal, ao general que recebesse as honras do triunfo.

Além de coroa, Roma concedia colares, hastes puras, bandeiras, braceletes, cornículos e faleras, como recompensa de feitos de maior ou menor envergadura.

Todos estes símbolos colocavam o recipiendário acima de seus semelhantes, distinguindo-o e apontando-o ao respeito e à admiração. Essas marcas de honra, a princípio auto-assumidas, tiveram a outorga, com a evolução do Estado, tornada prerrogativa deste.

Da Europa, trazidas pelas velas alvadias de Cabral, essas recompensas, que já adquiriam as formas que atualmente detém, passaram ao Brasil, vinculando-se firmemente às nossas tradições. Aqui, como nos demais países que as adotaram, resistiram às convulsões sociais e mudanças de regime e demonstraram ser a melhor forma de reconhecimento público pelos feitos memoráveis, pelo mérito em todas as suas manifestações.

No Império, a **fons honorum** era, evidente e unicamente, o Imperador. Na República, adotado o regime federativo, deixou de ser exclusiva do poder central, mesmo porquanto os critérios de justiça e o sentimento de gratidão da área federal nem sempre primaram como exemplares. A instituição da primeira condecoração paulista foi, efetivamente, resultante do esquecimento da ingratidão do poder central, quando, conduzindo sem êxito a Campanha de Canudos, socorreu-se de São Paulo, de onde partiu o 1º Batalhão da então denominada Brigada Policial, sob o comando do tenente-coronel José Elesbão dos Reis. Terminada a campanha, o governo federal ignorou os bons serviços que lhe foram prestados, donde o Governo do Estado de São Paulo ter criado a Medalha de Honra e Valor da Expedição de Canudos para galardoar aqueles relevantes serviços prestados ao País. É bem certo que essa medalha não chegou a ser cunhada, mas os agraciados vieram a receber as respectivas fitas, em cerimônia pública.

A criação dessa primeira condecoração paulista, se fez pelo Decreto nº 492, de 23 de outubro de 1897, editado pelo insigne paulista Campos Sales. E, a seguir, se foi formando a rútila pirâmide da honra e da glória. O valor, o sacrifício, o mérito em todas as suas formas, foram paulatinamente objeto da lembrança do Governo do Estado.

Mas o Estado não é onipresente nem onisciente. A presença do espírito comunitário no reconhecimento dos atos meritórios também se fazia necessária. E em São Paulo tal iniciativa foi o privilégio desta Casa, que entretanto buscou do Poder Público a chancela que a tornaria a primeira condecoração oficializada do Estado de São Paulo e com a qual uma entidade privada passou a receber atribuições, antes exclusivas do Estado, de, em seu nome, reconhecer e premiar o mérito por meio de uma condecoração.

Esta oportunidade se verificou quando da trasladação dos despojos da Imperatriz D. Maria Leopoldina Josefa Carolina, do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, para o Panteon do Monumento da Independência, no Ipiranga.

Tal condecoração fora instituída para comemorar a efeméride, mas a Portaria nº 266, de 10 de agosto de 1955, baixada pelo Ministro da Educação Cândido Mota Filho, reconheceu-lhe o caráter cultural, dando azo a que se revestisse de características condecorativas.

A medalha é de ouro, com 35 milímetros de diâmetro, trazendo no anverso o busto da Imperatriz Leopoldina, ladeado dos dizeres "D. Maria Leopoldina" e "Imperatriz do Brasil"; no reverso, um pergaminho com a inscrição "Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Trasladação dos Restos Mortais da Imperatriz D. Maria Leopoldina, Rio de Janeiro, Brasil, São Paulo 1954", o pergaminho ladeado por palmas, acompanhado, na parte superior, por folhagens e na parte inferior também por folhagens, mas carregadas da espiral ascendente, emblema do 4º Centenário de São Paulo. Pende de fita com 35 milímetros de largura, com nove listras, a central branca, ladeada de listras vermelhas, com 8 milímetros e filetes de preto, amarelo e verde, com 2 milímetros cada, feliz contribuição das cores da Áustria, de São Paulo e do Brasil.

A medalha "Imperatriz Leopoldina" abriu as portas para que outras instituições culturais, científicas e beneficentes obtivessem a oficialização de láureas.

Foi somente 12 anos depois, pela Portaria de 24 de julho de 1967, do Ministério da Educação e Cultura, que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pleiteou e obteve a oficialização de sua segunda condecoração, a Medalha Alexandre de Gusmão, instituída por ocasião da trasladação dos despojos do ilustre brasileiro da igreja do convento de Nossa Senhora do Carmo em Lisboa, para São Paulo, sob a guarda deste Sodalício.

A medalha é de bronze dourado, com 38 milímetros de diâmetro; no anverso, o busto de Alexandre de Gusmão, encimado pelos dizeres em arco "Justitia et Pax Osculatae" (beijam-se a justiça e a paz), divisa que, segundo Aires do Casal, se inscrevia nos primeiros marcos demarcatórios das fronteiras do extremo norte do Brasil, iniciativa devida ao ilustre diplomata. No reverso, no campo, a inscrição "Medalha Alexandre de Gusmão 1966" e em orla, "Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". A venera é arrematada por uma coroa de carvalho e de louro e é suspensa de fita branca com um filete central azul, ladeado de filetes de amarelo e verde, e, em orla, uma listra vermelha à esquerda e preta à direita. Às cores nacionais e paulistas, adicionou-se o azul e branco, de Portugal ao tempo em que Alexandre de Gusmão foi Secretário de Estado do Reino e Secretário Particular do Rei D. João V.

Quando da trasladação dos restos mortais do Imperador D. Pedro I para o monumento da independência, na Colina do Ipiranga e também ao ensejo dos festejos do sesquicentenário da nossa independência, foi instituído o Colar D. Pedro I, oficializado pelo Decreto nº 52.827, de 29 de outubro de 1971, do Governo do Estado de São Paulo.

Os acontecimentos permitiram a elaboração de uma insígnia integrada por elementos extraídos das três Ordens Honoríficas genuinamente brasileiras, criadas por D. Pedro I: a Imperial Ordem do Cruzeiro, a Imperial Ordem de D. Pedro I, Fundador do Império do Brasil e a Imperial Ordem da Rosa.

A insígnia do Colar D. Pedro I é uma estrela de cinco braços biforcados, esmaltados de branco, perfilados e maçanetados de ouro, da Imperial Ordem do Cruzeiro, assente sobre uma grinalda de rosas folhadas, ao natural, da Imperial Ordem da Rosa, carregada ao centro de um escudo de verde, perfilado e carregado das iniciais P. I., tudo de ouro, este último elemento retirado da Imperial Ordem de D. Pedro I, Fundador do Império do Brasil; o todo é rematado pela coroa imperial e é suspenso de fita amarela, orlada de verde.

Por derradeiro, pelo Decreto nº 7.288, de 12 de dezembro de 1975, foi oficializada a Medalha Pedro II, instituída por esta Casa na oportunidade do sesquicentenário do nascimento de nosso segundo Imperador.

A medalha é de bronze dourado, oval, trazendo no anverso o busto de D. Pedro II e em orla uma coroa de carvalho; brocante na parte superior, sobre a orla, com as Armas do Império. No reverso, a inscrição "No sesquicentenário de nascimento de Dom Pedro II Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo 1825 — 1975", contida por cercadura de carvalho. É suspensa de fita verde com duas listras amarelas.

As medalhas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, todas condecorativas, foram outorgadas a cidadãos de reconhecido mérito, após minucioso exame do curriculum vitae de cada indicado para receber a honraria. Incorporaram-se as láureas, por força das oficializações que mereceram, da chancela oficial que receberam, à constelação das moedas de honra de São Paulo, com as quais se paga o que não tem preço, lembrando os gloriosos fastos da nossa história, proclamando a posição ímpar de São Paulo nos episódios marcantes da nossa evolução, afirmando o brio, o valor, a abnegação, o zelo e o civismo dos Paulistas, a reverência deste Instituto e de seus membros ao passado e os serviços prestados à cultura de nosso Estado e de nossa Pátria, que justificaram a outorga de tão valiosas veneras.

O Museu José Bonifácio e o Arquivo Histórico

REGINALDO MOREIRA DE MIRANDA

Ocupando todo o quarto andar do edifício-sede do IHGSP, o Museu e o Arquivo muito contribuem, pelo seu valor cultural incalculável, para o prestígio do sodalício. A existência do Museu e a organização do Arquivo são conseqüência da inteligência, esforços e extrema dedicação do saudoso Dr. Álvaro da Veiga Coimbra. Lembramos sucintamente seus grandes méritos em homenagem à sua memória. Nasceu na cidade de São Paulo em 25 de agosto de 1896 e foi engenheiro civil. Ingressou no Instituto em junho de 1938, destacando-se pelos grandes conhecimentos de heráldica, numismática e ciências afins. Autor do colar dos sócios e de várias medalhas outorgadas pelo Instituto. Muito bom desenhista e aquarelista. Durante muitos anos, escreveu centenas de artigos em "O Estado de São Paulo" e que, infelizmente, ainda não foram reunidos em livro. Escreveu também na Revista da Sociedade Numismática Brasileira, sediada na cidade de São Paulo, e da qual foi Presidente. Até 1955, os cursos de História e Geografia da Universidade de São Paulo foram unificados. No ano seguinte separados, com grandes vantagens, inclusive aumento dos currículos. Em 1956, como professor visitante, Veiga Coimbra ministrou o Curso de Numismática Geral com inteiro sucesso. Nos anos seguintes, os de Numismática Ibérica e Brasileira. As notas de aula dos Cursos foram publicadas na Revista de História dirigida pelo Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, que chegou a Reitor da USP e foi um dos sócios ilustres do IHGSP. O Curso de Numismática foi o primeiro a ser ministrado em Universidade e em nível universitário

em todo o Brasil. Coimbra foi promovido a Grande Sócio Benemérito em março de 1975 e faleceu em sua cidade natal em 15 de setembro de 1982. Seu retrato a óleo é conservado no Museu.

Museu José Bonifácio

Em junho de 1963 o Brasil comemorou o segundo centenário de nascimento de José Bonifácio de Andrade e Silva, Patriarca da Independência. Na realidade, as comemorações não tiveram o desejável brilhantismo devido à grave crise política, econômica e social em âmbito nacional. O IHGSP prestou homenagens ao grande paulista de Santos, destacando-se a inauguração do museu que recebeu seu nome. A existência de um museu era velha aspiração do Instituto e, nos primeiros anos da década de 50, havia sido extinto o Museu Militar da Força Pública que funcionou durante muito tempo na Avenida Tiradentes. Veiga Coimbra, organizador e primeiro Diretor, recebeu todo apoio possível para a instalação do Museu. O entusiasmo e a dedicação de Coimbra eram realmente comoventes e recebeu valiosas doações de objetos e contribuições em dinheiro. Trabalhava quase todos os dias no Museu e somente dele se afastou por motivo de saúde. Seu sucessor foi o Desembargador Odilon da Costa Manso, sócio ilustre e que manteve o Museu e Arquivo em muito boas condições. O atual Diretor, Reginaldo Moreira de Miranda, coronel reformado do Exercíto, foi aluno de Veiga Coimbra em 1956 na FFCL/USP e, desde então, seu amigo particular. O acervo do Museu é preservado em muito boas condições de segurança física e pode ser visitado durante os horários de funcionamento do Instituto e de atendimento ao público. O material exposto é variado e muito interessante, disposto na maioria em vitrines e armários envidraçados. Quadros de grandes vultos nacionais e estrangeiros. Um raríssimo lenço pintado de seda branca, usado pelos revolucionários farroupilhas. Quadros envidraçados de uniformes militares paulistas coloniais; da Marinha Imperial na Guerra do Paraguai, desenhados sob orientação do Barão do Rio Branco; quadros a óleo originais de Benedito Calixto; um mostrando a Batalha do Passo do Rosário, pintado pelo grande artista paulista José Wasth Rodrigues; armas brancas e de fogo antigas; uniformes militares, como o que pertenceu ao General Francisco de Paula Cidade, destacado historiador e sócio do Instituto; uma igaçaba notavél pelo tamanho; insígnias e paramentos maçônicos antigos, objetos que pertenceram a grandes vultos como Santos Dumont, José Carlos de Macedo Soares, etc; bustos de personagens históricas; álbuns antigos, destacando-se "Vistas da Estrada de Ferro de S. Paulo", raríssimo, de fotografias da época da inauguração da atual Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Numerosas peças de louça brasonada. Um piano que, segundo tradição, foi tocado pela Princesa Isabel. Coleções de moedas, medalhas e medalhões. Muito interessante e em uma caixa de vidro, um urso esculpido em madeira escura e abocanhando um salmão. Foi ofertado, com o respectivo medalhão, pelo sócio Prof. Izunezo Sato, membro ilustre da colônia nipônica e autor da única História do Brasil publicada em caracteres japoneses. O urso

com o salmão na boca é o símbolo sagrado da importante Ilha de Hokkaido, Império do Japão. O salão maior é todo dedicado à Revolução de 1932 e a variedade e quantidade do material e de livros tornam o IHGSP possuidor do maior e melhor acervo histórico daquela revolução. Veiga Coimbra gostava muito da nossa História Militar particularmente de São Paulo. Desde criança, influenciado pelo seu tio e amigo Argemiro da Costa Sampaio, Oficial da Cavalaria que serviu muito tempo em São Paulo e que, como Capitão reformado do Exército, comandou a Força Pública de março de 1901 a maio de 1906. Costumava brincar dizendo ser militar honorário por ter nascido no Dia do Soldado — 25 de agosto.

Arquivo Histórico

A instalação do Museu no quarto andar ensejou uma melhor organização do Arquivo e conseqüente maior facilidade de consulta. Os interessados são atendidos na Biblioteca e com apoio de funcionários do Instituto. Não é permitida a reprodução por xerocópia e a fotografia de documentos é realizada no interior do edifício. Veiga Coimbra, após muitos anos de trabalho, conseguiu organizar o Catálogo do Arquivo Histórico do Instituto, publicado em 1976, nos moldes da Revista e com 416 páginas. É um dos mais importantes guias de pesquisa sobre o patrimônio cultural de São Paulo. Presentemente, a documentação mais procurada é a que pertenceu a Benedito Calixto, devido a dois importantes acontecimentos culturais. Em 1990 a Pinacoteca do Estado, tendo como Diretora a Professora Maria Alice Milliet de Oliveira, publicou o belíssimo livro-álbum "Benedito Calixto — Memória Paulista". Pouco depois a Prefeitura Municipal de Santos instalou a Pinacoteca Benedito Calixto no chamado Casarão Branco, belíssimo palacete construído nos primeiros anos deste século na Praia do Boqueirão e com a fachada voltada para o mar. O pesquisador Jaime Mesquita Caldas prestou valiosa colaboração ao Arquivo, ajudando o Diretor, em dois dias de trabalho, a dar melhores condições de conservação e consulta aos documentos de Calixto.

Conclusão

Nas dependências do Museu e Arquivo Histórico estão também guardados o arquivo administrativo do Instituto e documentos da Academia Paulista de História, atualmente presidida pelo ilustre sócio Dr. Duílio Crispim Farina, membro da Diretoria e a mais alta autoridade da História da Medicina Paulista.

No centro febril da Cidade de São Paulo, a segunda mais populosa metrópole do mundo, o visitante do quarto andar do Instituto sentirá maior seu amor a São Paulo e ao Brasil.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Pesquisa Histórica

CÉLIO DEBES

O tema proposto para esta palestra, bastante vasto, extravasa os limites restritos de tempo em que deve ser abordado.

Por isso, dele, me permiti destacar o aspecto relativo à pesquisa histórica e a **Revista do Instituto**. E, mesmo assim, circunscrevendo o levantamento a ser empreendido a um número reduzido de volumes, da opulenta coleção de 86 tomos (até 1992), que cobre 98 anos da profícua existência do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a mais antiga Instituição cultural de nosso Estado.

O repositório principal dos frutos, esparsos, resultantes das pesquisas que, no campo da História, desenvolveram os integrantes desta Entidade, foi, e é, a **Revista**. Mas, não se limitou a benemérita publicação a acolher essa contribuição. Fez mais, divulgou messe apreciável de documentos, capazes de propiciar estudos, com a divulgação e a perenização de fontes de nossa História, que jaziam ignoradas. Cumpriu, e vem cumprindo, um dos propósitos manifestados na nota de apresentação do 1º de seus números — "Ao leitor" — sobre as finalidades do Instituto, em se constituir numa

"associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os quais se pode vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções errôneas sobre fatos que merecem ser devidamente conhecidos"

Fundada a Associação em fins de 1894, o primeiro número da **Revista** surge em 1895, através de um fascículo, impresso na Tipografia de **O Município**, com 186 páginas, mais 2 numeradas com algarismos romanos. O segundo fascículo apareceu no ano seguinte, impresso na Tipografia King — como sua congênere, estabelecida em São Paulo — contendo 86 páginas. Este primeiro volume, enfeixando os dois fascículos, foi reeditado em 1913. Nossa Casa não possui um único exemplar daquela edição, apenas desta. O desfalque, porém, se explica.

O Instituto enfrentou dificuldades, em seus anos iniciais. Um deles, se refere à sede onde deveria funcionar. Agasalhou-o, magnanimamente, o Governo estadual por algum tempo, em sala do Colégio do Estado — sito, então, na Rua da Boa Morte, hoje do Carmo, local considerado, pelos integrantes do quadro social, afastado do centro (II-469)!

Em 1896, logrou alugar um andar, no sobrado da Rua 15 de Novembro, 59, onde permaneceu fugazmente. Teve de desocupá-lo, por exigência do locador. Dessa forma, "ficou o Instituto sem local para funcionar, sendo o arquivo removido para o prédio onde está a tipografia do **Município**", sendo, posteriormente, transferido para a residência de um dos sócios (II/469-470).

Diante de tais percalços, a preservação de seus pertences não podia gozar de proteção segura. Tanto que, em sessão realizada em 1938, é apresentada proposta no sentido de se autorizar

"o diretor da **Revista** *a comprar os números raros da mesma, onde os encontrar, devendo, para isso, o mesmo diretor, recorrer aos meios necessários, principalmente mediante anúncios em jornais" (XXXIV/775).*

Além disso, não houve, em certo período, constância em sua publicação. É o que se depreende de nota firmada por Eugênio Egas. Foi ela "morosa e a largos intervalos", tanto que, em 1919, reunia os "Elogios Históricos", isto é, os necrológios dos sócios falecidos nos anos de 1916, 17 e 18, mas que, no entanto, só viriam a lume em 1938, no volume 34!

A despeito das atribulações, a **Revista** desempenhou, e vem desempenhando, galhardamente, uma das finalidades do Instituto. De fato, na conformidade de seus Estatutos, aprovados na sessão de 23 de dezembro de 1894, tem ele por finalidade, entre outras,

"publicar uma revista, uma vez ao menos anualmente, dando conta da vida da associação e onde fiquem arquivados os trabalhos que o Instituto julgar úteis e interessantes" (art. 1º., b).

Assim, desde o volume I, a **Revista** vem dando cumprimento ao mandamento estatutário. Abriga nas páginas deste tomo a colaboração de dois nomes que se projetariam no cenário cultural do País. Orville Derby, estudioso americano que, vindo ao Brasil, integrando missão científica organizada nos Estados Unidos, aqui se radicou, especializando-se, principalmente, em Geografia e em Geologia. E Teodoro Fernandes Sampaio, engenheiro baiano, aqui residente, que se dedicou, com êxito, aos estudos históricos, geográficos e lingüísticos, sendo de se ressaltar seu destacado **O Tupi na Geografia Nacional**.

Nos demais volumes, surgem, paulatinamente, outros autores, que a historiografia paulista consagraria.

Dos três fundadores do Instituto, dois deles ganharam destaque. Antonio de Toledo Piza, diretor do Arquivo do Estado, onde deu início à publicação da valiosíssima coleção intitulada **Documentos Interessantes para a História de São Paulo**. Na **Revista**, divulgou estudos sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822, eclodida em São Paulo, pouco antes da proclamação da Independência e uma das causas da vinda do Príncipe Regente a esta, então, Capitania. Abordou, ainda, outros temas e apresentou e comentou documentos relativos à História nacional e paulista.

O outro fundador, Estevam Leão Bourroul, francês de nascimento, naturalizado brasileiro, bacharel em Direito pela Academia de São Paulo, jornalista, teve militância política no Império e foi líder católico. Dedicou-se, com mais ênfase, à biografia, destacando-se as do **Conde de Parnaíba**, de **Ricardo Glumbleton Daunt** e de **Hercules Florence**. Na **Revista**, se encontram de sua lavra "O Padre Feijó", em que demonstra que sua naturalidade era São Paulo e não Itu, como erroneamente se acreditava (XI/149-160), e "A Tipografia e a Litografia no Brasil", contribuição documentada ao estudo da introdução da Imprensa em nosso País, por ocasião do transcurso do centenário desse notável acontecimento (XIII/3-39).

A enumeração de nomes constitui um ingrato mister, pelos riscos que encerra, de propiciar omissões. No caso presente, as omissões não são casuais; são um imperativo, decorrente da exigüidade a que estamos jungidos. Esta exposição exige que nos restrinjamos à amostragem das personalidades que enriquecem as páginas da **Revista**. Joeiramos, no levantamento, alguns poucos volumes, os mais antigos, por motivos óbvios.

A propósito de jornais e outras publicações do gênero — e registre-se, por oportuno, que o Instituto possui uma rica Hemeroteca — é de se referir o importantíssimo "A Imprensa Periódica de São Paulo" (XIX/321-1136), representado pelo rol comentado dos espécimes da imprensa paulistana, de 1823 — com o manuscrito **O Paulista** — até 1914. É precedido de um estudo e acrescido de um suplemento. Seu autor, um dos mais prestigiosos membros desta Casa — que dirigiu de 1922 a 1930, ano de seu falecimento — foi Afonso Antonio de Freitas. Mais tarde, ministrou outros adminículos à sua obra — que teve tiragem autônoma, em livro — nas "Notas ao Estudo **A Imprensa Periódica**" (XXV/446-490). Elaborado aquele trabalho obedecendo à ordem cronológica do surgimento de cada jornal, ressentia-se de um índice alfabético, para facilitar-lhe a consulta, que o volume LXVIII da **Revista** (p. 161-181) veio suprir.

Sobre o mesmo assunto, temos, de Lafaiete de Toledo "Imprensa Paulista", em que estão catalogados os "jornais que se têm publicado em São Paulo, de 1827 a 1895", devidamente anotados. Essa contribuição, embora não ultrapasse o século XIX, tem o condão de não se restringir às lindes da Capital, abrangendo todo o Estado (III/303-521).

Das páginas do repertório que o Instituto dava à lume, vão surgindo, paulatinamente, os vultos que se iriam consagrando no trato das coisas de nosso passado.

Manuel de Oliveira Lima, o diplomata autor da prestigiosa obra **Dom João VI no Brasil**, inicia sua colaboração com um trabalho intitulado "O Padre Manuel de Morais" (XII/331).

Afonso Teixeira de Escragnole Taunay, uma das figuras máximas da Confraria em que se transformou o Instituto Histórico, teve, de sua vastíssima produção, a primeira peça inserida no volume XIII (págs. 341-357), mas, dessa produção, parece-nos assinalável a conferência, que constituiu a aula inaugural do curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, proferida em 1911 e intitulada "Os Princípios Gerais da Moderna Crítica Histórica" (XVI/323-344). O autor da **História Geral das Bandeiras Paulistas** e da **História do Café no Brasil** foi, no Instituto, orador oficial (1913), Vice-Presidente (1937) e Presidente Honorário (1939), galardão que seus consórcios lhe conferiram, quando esta Associação era dirigida pelo Presidente Perpétuo, José Carlos Maria Torres de Oliveira.

Eugênio de Andrada Egas, elaborador do utilíssimo **Galeria dos Presidentes de São Paulo**, é outro membro do Instituto que, na **Revista**, divulgou muitos frutos de suas investigações, entre eles o estudo preliminar sobre "O Padre Feijó", tema que transformou em livro, composto de dois volumes, num dos quais reuniu abundante documentação a respeito da personalidade do biografado.

"Contribuição para a História da Capitania de São Paulo. Governo de Rodrigo Cesar de Meneses." Sob esta denominação, a **Revista** (VIII/22-137) acolheu a obra de Washington Luís, que seria editada, posteriormente, em forma de livro, em 1918, e reeditada em 1938 (Brasiliana, v. 111), com o título simplificado **Capitania de São Paulo**. É dele, também, "António Raposo", ensaio em que identifica o bandeirante entre cinco homônimos, que se confundiam, até então, numa só pessoa (IX/485-533). Ambas essas contribuições são produtos das pesquisas arquivais que, entre 1900 e 1903, o futuro Presidente de São Paulo e da República levou a efeito nos Arquivos Municipal e do Estado.

Outra matéria, que propiciou à **Revista** conceito e acatamento, foi a transcrição de documentos de interesse histórico, além de testemunhos de participantes de acontecimentos significativos da vida nacional.

Tal documentação surge em apêndice aos ensaios a que serviu de base, ou, ela própria, constituiu o objeto da divulgação.

No primeiro caso, temos a série de 25 documentos, além de um mapa, que Ernesto Guilherme Young compilou e transcreveu no seu "Esboço Histórico da Fundação da cidade de Iguape" (II/49-151). No segundo, os "Recenseamentos de Ordenanças da Cidade de S. Paulo e seu município", relativos a alguns anos do século XVIII (XXXIV/32-659).

No tocante à difusão de papéis de interesse para a História de São Paulo, não se pode olvidar o nome de João Batista de Campos Aguirra, que foi arquivista do Instituto e senhor de valioso arquivo particular. Cite-se, dentre sua colaboração, a título ilustrativo — como, de resto, se tem observado com os demais autores — a "Relação das Sesmarias concedidas na Comarca da Capital entre os anos de 1559 a 1820" (XXV/491-567).

A proclamação da República, acontecimento recente, ao tempo da fundação do Instituto, ensejou que coletâneos deixassem, na **Revista**, seus depoimentos a respeito. É assim que o Cel. Henrique de Macedo, que comandava, então, o Corpo de Permanentes, apresenta "O meu papel no advento da República em S. Paulo" (X/506-518), em que faz restrições à atitude do, à época, Presidente da Província, José Vieira Couto de Magalhães. Esse escrito propiciou o aparecimento de "O General Couto de Magalhães e a Proclamação da República em São Paulo", em que Couto de Magalhães Sobrinho responde a Macedo, defendendo o tio (XI/237 e 245). Outro testemunho a respeito da queda da Monarquia em nossa cidade é prestado por João Batista de Morais, através de "A Proclamação da República em São Paulo" (VIII/187-221). São contribuições que, a despeito de seu caráter eminentemente pessoal, subjetivo mesmo, em seu conjunto, concorrem para que se fixe uma visão mais próxima da **verdade ideal**, porque, em História só se consegue a **verdade relativa**.

À medida em que os arquivos particulares se abrem — e há uma compreensível avareza de parte dos que os detêm — os sucessos consagrados ganham outra dimensão. Vultos insignes surgem como ídolos de pés de barro e, no reverso, os mau-vistos crescem em grandeza. Mais se acentua esta realidade, quando a história corrente é manipulada pelos vencedores. E São Paulo, há mais de seis décadas, é o vencido. Os arquivos dos homens que participaram de suas glórias — e que, por isso, justamente, amargaram as agruras da derrota — é que deverão propiciar a restauração dos fatos, permitindo que se possa expungir de nossos fastos a manipulação maliciosa e cínica, que torna tais fastos caricatos.

O Instituto, no cumprimento de seus desígnios, está aberto a receber esse manancial e, para sua perenização, conta ele, primordialmente — como veículo de difusão — com sua **Revista**.

Os autores e os trabalhos destacados neste breve apanhado foram, aqueles, pesquisadores conscienciosos, e, estes, os resultados de seus esforços em busca da **verdade ideal**, conquanto **relativa**, num empenho leal para tornar realidade os objetivos do **Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, de "promover o estudo e o desenvolvimento da História e Geografia do Brasil e principalmente do Estado de S. Paulo", objetivos que continua perseguindo com denodo.

Pelo que sempre buscou efetivar, e vem efetivando, a **Revista** constitui não apenas um repositório de pesquisas históricas, mas, ela própria, uma fonte para empreendimentos desta natureza.

A Paleografia

RICARDO ROMÁN BLANCO

Estamos celebrando o Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Impossível deixar de falar, em data tão marcante, da ciência que, sozinha, constitui a base mais fundamental de todo Instituto Histórico ou de toda Academia de História: a PALEOGRAFIA DIPLOMÁTICA.

Como todas as Reais Academias da História européias, os objetivos deste Instituto só podem ser idênticos aos das ditas Academias, como por exemplo os da espanhola, cujo lema é: "Limpia, fija y da explendor". Ele também deve fixar a verdade histórica, ancorado sempre na leitura paleográfica correta dos documentos. Abrilhantar, finalmente, fatos, lugares e pessoas, com seus heroísmos, méritos e realizações.

Quando seus ilustres fundadores Toledo Piza, Jaguaribe e Bourroul fundaram este Instituto, esses eram precisamente seus objetivos. Eles, porém, logo perceberam que a única maneira de atingi-los passava necessariamente pelos conhecimentos completos e profundos de uma ciência: a PALEOGRAFIA DIPLOMÁTICA.

Nós temos inúmeras referências nas numerosas cartas remetidas para Portugal, em demanda da vinda de um paleógrafo, que lhes ensinasse a "decifrar (sic) os documentos dos séculos XVI e XVII" (1). Esforços baldados e resultados nulos. O primeiro paleógrafo de carreira a arribar estas plagas só apareceria mais de meio século depois e será este Professor da Universidade de Valladolid (Espanha).

(1) Blanco, R.R. — Lâminas de Paleografia (II, 7). São Paulo, 1954.

Que é isso de Paleografia Diplomática? A Paleografia Diplomática é a ciência-técnica fundamental que ensina a ler e a interpretar toda classe de documentos, de toda e qualquer época, escritos em todo e qualquer tipo de letra, signos, hieróglifos, cifras ou abreviaturas por mais arrevesadas que essas coisas possam ser.

Ela é a ciência-técnica fundamental, indispensável para todo aquele que pretenda pesquisar, estudar, escrever ou lecionar História, Letras, Direito, Biblioteconomia ou qualquer uma das denominadas Ciências Humanas. Todos os numerosos erros na História do Brasil, acerca das Bandeiras, das Entradas, das Monções etc. devem-se exclusivamente à ignorância da Paleografia.

Os simples conhecimentos paleográficos permitiram-nos descobrir várias instituições importantíssimas e vários capítulos novos da História do Brasil. Por exemplo: o Salteo, os Alfagueques, os Mamposteiros, um novo Tratado de Tordesilhas de 1494, que resolve inclusive o explosivo problema das Malvinas, o Regimento das Bandeiras, e assim por diante. Todas e todos inclusive legislados. Eram todos esses problemas e principalmente as suas soluções que os referidos fundadores pretendiam resolver e assim equiparar o Instituto às grandes e conceituadas Academias de História européias. O Instituto, apesar das dificuldades, não esmoreceu e continuou nos seus patrióticos e científicos esforços para contar com um paleógrafo que lhe permitisse atingir os seus elevados objetivos de "limpar, fixar e dar esplendor à História do Brasil".

O IV Centenário da cidade de São Paulo. Chegamos assim ao ano de 1954. O Instituto, como não poderia deixar de ser, teve parte importante nas comemorações do IV Centenário. Ele organiza, patrocina e realiza o grande Congresso Internacional de História. Seus desvelos vão logo para a Paleografia Diplomática. Inúmeras as teses apresentadas pelos congressistas, tanto nacionais como estrangeiras. O Instituto quer escolher a melhor de todas elas e premiá-la devidamente. Nomeia para tal efeito uma Comissão do mais alto nível, presidida pelo então presidente do Instituto, Dr. Ernesto de Sousa Campos. Depois da mais acurada seleção, a Comissão escolheu como a melhor de todas as teses do Congresso a única e exclusiva realmente paleográfico-diplomática, cujo título não podia ser mais sugestivo: "A Administração das Minas de Ouro e sua exploração por Pedro Dias Paes Leme, Guarda-Mor das Minas de S. Paulo. Transcrição paleográfico-diplomática do manuscrito original". Os autores da tese eram alunos e alunas de nosso Curso de Paleografia Diplomática, na Universidade de São Paulo. Nós apenas fomos o diretor, que escolhemos o manuscrito, dirigimos e organizamos os trabalhos e redigimos a sua Introdução paleográfico-científica. O mérito é deles exclusivamente, razão por que seus nomes figuram na portada da tese. Dentre esses entusiastas e aplicados alunos e alunas-autores destaca-se o atual 1º Secretário deste Instituto Histórico, o Prof. Roberto Machado Carvalho, então nosso prezado e distinto aluno, na Universidade de São Paulo, que hoje honra de maneira destacada, com o seu talento e dedicação, a este Instituto, a Alta Pesquisa e a este seu modesto e despretensioso Professor. O relatório da douta Comissão é simplesmente de antologia, encomiando explicitamente, como procedia, tão notável trabalho paleográfico-diplomático de alunos debutantes, que, como diz o próprio Relatório, deram aos congressistas um

marcante exemplo de como se escolhe, se transcreve paleograficamente, se interpreta diplomaticamente e se apresenta uma tese verdadeiramente histórico-paleográfica e do mais alto nível científico.

Resgatando dívidas. Nosso atual e dinâmico presidente historiador-escritor Hernâni Donato pensa felizmente igual aos fundadores. Pretende colocar os Estudos Paleográficos dentro do Instituto e naquele lugar científico-histórico, que de direito lhes corresponde, como ciência fundamental que a Paleografia Diplomática é em todas as Academias de História européias. Felizmente ele já determinou estudos visando à eventual publicação, neste Centenário, da tese de nossas(os) alunas(os). Cogita realizar, durante o ano do Centenário, um Curso de Paleografia Diplomática. Só esta medida, e o presidente Hernâni passará à História como mais um verdadeiro fundador do Instituto. De sábios é o aproveitar as oportunidades e ele tem agora facilidades, que em cem anos jamais se apresentaram. Ele tem agora não apenas o paleógrafo que sempre almejaram, como um Professor de Paleografia Diplomática de carreira, autor de numerosas obras didáticas sobre a especialidade e sócio do Instituto e que promete colaborar com ele incondicionalmente em todos os campos e em todas as suas iniciativas. Esta palestra e as projeções documentais são uma clara e meridiana demonstração dessa nossa disposição de colaborar, no campo da Alta Pesquisa histórico-paleográfica.

O grande historiador Afonso Taunay, o maior bandeirólogo de todos os tempos, que também foi membro deste Instituto, publicou na revista "Anais do Museu Paulista" a massa imensa de transcrições paleográficas sobre as Bandeiras, remetidas desde o Arquivo Geral das Índias de Sevilla (Espanha) pelos paleógrafos espanhóis, senhores Santiago Montoro Diaz e Francisco Navas del Valle, elevando com isso a revista do Museu às culminâncias das grandes revistas das Reais Academias de História da Europa. O Instituto deve publicar documentos históricos, acompanhados de suas transcrições paleográficas.

Conseqüências nefastas da ignorância da Paleografia

Foi o grande historiador francês Fustel de Coulange quem, na sua Citê Antique, nos disse: **"Pas de Documents, pas d'Histoire"** — Sem documentos não existe História e sem Paleografia, — acrescentamos nós, — para nada servem esses mesmos documentos.

A primeira coisa que a criança aprende na escola é a ler. É a leitura a porta de entrada do templo da Ciência. Sem saber ler jamais alguém poderá aprender coisíssima alguma, e sem **Paleografia,** não se poderá conhecer, formular, corrigir ou emendar capítulo nenhum da História do Brasil.

As Entradas e as Bandeiras

Em que documento se diz que **"Entrada"** e **"Bandeira"** são duas instituições...? Simplesmente em nenhum. A **Bandeira** não é, nunca foi, nem nunca

Regimento das companhias. 8

oyto dias aja exercicio, em Domingo, ou dia Sancto. E no lugar onde ouuer hũa soo bandeira, yram ao exercicio duas esquadras, que sam cinquoenta homẽs, a hum Domingo, & outras duas ao outro, atee jrem todas. E a gente desta bandeira se exercitara toda jũta no cabo do mes. E onde ouuer duas bandeiras, yram cada Domingo cinquo esquadras, de maneira que cada quinze dias se exercite hũa bandeira toda junta. E se forem mais bandeiras que duas, yra hũa bandeira cada Domingo, de maneira que por esta ordem se exercitem todas as companhias hũa vez em cada mes.

¶ Os cabos desquadra teram cuydado de ajuntar cada hum a gente de sua esquadra, & yr com ella em ordenança de cinquo em cinquo, ou de tres em tres, todos com suas armas, assi os arcabuzeyros & besteyros, como os lanceyros, & piqueyros onde estiuer ho Capitam de sua companhia, & com elle na dita ordenança yram com sua bandeyra & atambor, ao lugar onde se ouuer de fazer o exercicio, que-

A 8 sera

Blanco: Las "BANDEIRAS": (pág. 451).

será instituição alguma ou empresa mineradora, buscadora de ouro, diamantes ou pedras preciosas, antes do ano 1700. A **"Bandeira" é única e exclusivamente a organização militar e tática,** que as **Entradas** e outras **instituições bélicas** levavam e por isso **"bandeirante"** quer dizer e significa **"aquele que vai organizado em Bandeiras".**

A **instituição é a Entrada, a Cavalgada,** etc. e a **Bandeira, a sua organização militar e tática.** Quem assim o afirma, não somos nós e sim o **REGIMENTO DAS BANDEIRAS OU DOS CAPITÃES-MORES** do rei dom Sebastião, em 1569, manuscrito por nós descoberto, na Biblioteca de Évora. Nele lemos:

"E nos lugares em que houver menos de 250 homens, se ajuntará com eles, a gente das aldeas e cassaes do termo, para fazerem uma bandeira de 250 homens... "E nos lugares onde houuer uma só bandeira, irão ao exercício duas esquadras, que sam 50 homens... E a gente desta bandeira se exercitará toda junta, no cabo do mes. E onde houver duas bandeiras, irão cada domingo cinquo esquadras, de maneira que cada 15 dias se exercite uma bandeira toda junta. E se forem mais bandeiras que duas, irá uma bandeira cada domingo, de maneira que por esta ordem se exercitem todas as companhias huma vez em cada mes..." (1).

Como se pode observar, nem uma palavra sequer sobre ouro, sobre diamantes ou minas, nem sobre almocrefes ou bateias, nada. Unicamente sobre **armas** e sobre **organização militar.**

Este Regimento das Bandeiras, estritamente militar, como pontualmente nos afirmam as Atas da Câmara de São Paulo foi implantado, nesta vila de Piratininga, pelo Governador D. Francisco de Souza: "os officiais da Camara... assentaram de se fazer um Capitam conforme ao Regimento do senhor Governador... Feita a eleição saiu por Capitam de Infantaria Guarcia Rodrigues... e houve juramento de bem fazer o dito oficio o carguo de Capitam e ele o prometeu fazer, conforme ao Regimento e ordem do senhor Governador..." (2)

O pai, portanto, das Bandeiras no Brasil, é sem a menor dúvida o Rei Dom Sebastião. E que Regimento é esse tão importante, que merece as honras de ser citado nas ossudas, secas e atravancadas Atas da Câmara? Evidentemente só pode ser o Regimento das Bandeiras do Rei Dom Sebastião, único que é desconhecido no povoado de Piratininga, nessas datas.

Os DOIS Tratados de Tordesilhas de 1494

Se eu inquirisse de tão seleto auditório quantos **Tratados de Tordesilhas de 1494** existem, todos responderiam unânimes: um. Na verdade são **dois** e aqui estão eles: um, que já conhecíamos e chamamos II e um outro, o mais

(1) Vide a íntegra deste importantíssimo manuscrito, na nossa Tese de Doutoramento intitulada: "Las Bandeiras: Um capítulo adulterado da História do Brasil" publicada conjuntamente pelas Universidades de Brasília (UnB) e Madrid, 1966.
(2) Atas, (II, 97-98).

importante, por nós descoberto, no mais antigo e opulento Arquivo do Brasil, o **Arquivo do Carmo,** na cidade de Santos e a que denominamos I.

Seu desconhecimento fez com que livros e manuais de história afirmem que, o assunto ventilado em Tordesilhas foi a divisão da América. O que se ventila em Tordesilhas é, pelo contrário, o **PERIGO TURCO,** que pretendia apagar o cristianismo e implantar o islamismo no mundo, substituir a Cruz pela Meia Lua, e ganhar a batalha de Lepanto, a maior batalha naval de todos os tempos.

Tão sensacional descoberta resolve também, sem pretendê-lo, até o espinhoso problema das Malvinas. E como todo bom paleógrafo deve estar sempre atento às nuances dos documentos, a sua primeira cláusula nos permitiu também fazer mais uma outra descoberta, de uma nova **Nova Instituição Bélico-escravizadora do Brasil, desconhecida,** denominada **O SALTEO**(1).

Ambos os Tratados, como neles se pode ler perfeitamente, foram negociados, redigidos e assinados no mesmo dia, no mesmo ano, na mesma cidade de Tordesilhas e pelos mesmos plenipotenciários. Para os Reis Católicos espanhóis Fernando e Isabel interessava mais, muitíssimo mais, equacionar o perigo Turco, que discutir a posse da ilhota de Guanahaní a dez mil quilômetros de distância, que era o único que Colombo acabava de descobrir para Castela e dentro do hemisfério português.

A última proeza da PALEOGRAFIA: Ganhar a II Guerra Mundial...!

As proezas da PALEOGRAFIA e dos paleógrafos são inacreditáveis! Com a Paleografia nós conseguimos descobrir a Instituição Bélica do Salteo, a dos Alfaqueques, a dos Mamposteiros, o Apellido, o Rebate, a Cabalgada, as Armas dos Bandeirantes; já reformulamos o capítulo das Bandeiras, o dos Tropeiros, a Descoberta do Brasil e vários outros cuja publicação preparamos.

Os conhecimentos paleográficos permitiram-nos descobrir vários e escandalosos plágios: como o do Manifesto Comunista, o da Divina Comédia, o dos Cantares de Ledino, o do Nome da Rosa e vários outros.

A Paleografia Diplomática permitiu-nos também descobrir falsificações como a do "Affaire Dreyffus" (1894), a "Condenação do Cardeal Midzenty" (1949), a do Processo de Harold Slanski e Arthur London (1952), as inúmeras vítimas (60 milhões) do "Grande Terror na URSS" (1935-53), o terrífico "Dossier de Stalin, como Agente da Polícia Czarista ou Okrana" (1913), o "Processo do Alto Estado Maior Soviético" (1937), que dizimou literalmente os Oficiais do Exército Vermelho, deixando-o completamente acéfalo e vários outros, como o do Sionismo.

(1) Ambas **descobertas** desenvolvemo-las **didática e paleograficamente** em publicações separadas: **Um Novo Tratado de Tordesilhas de 1494**, onde publicamos na íntegra **ambos Tratados**, tanto na sua parte **paleográfica-fotográfica**, como nas suas **Transcrições** página por página.
E também Blanco: **O Salteo: Uma Instituição Bélico-escravizadora do Brasil, desconhecida.**

A maior proeza, porém, da Paleografia Diplomática é sem a menor dúvida a "Vitória dos Aliados na II Guerra Mundial". Tamanha proeza, sem paralelo na História da Humanidade, deve-se ao talento e à técnica do eminente paleógrafo e Major do Exército Inglês Mr. Winterbottann e do Serviço Secreto Espanhol, que furaram o Código Secreto Alemão, logo nos primeiros dias da guerra.

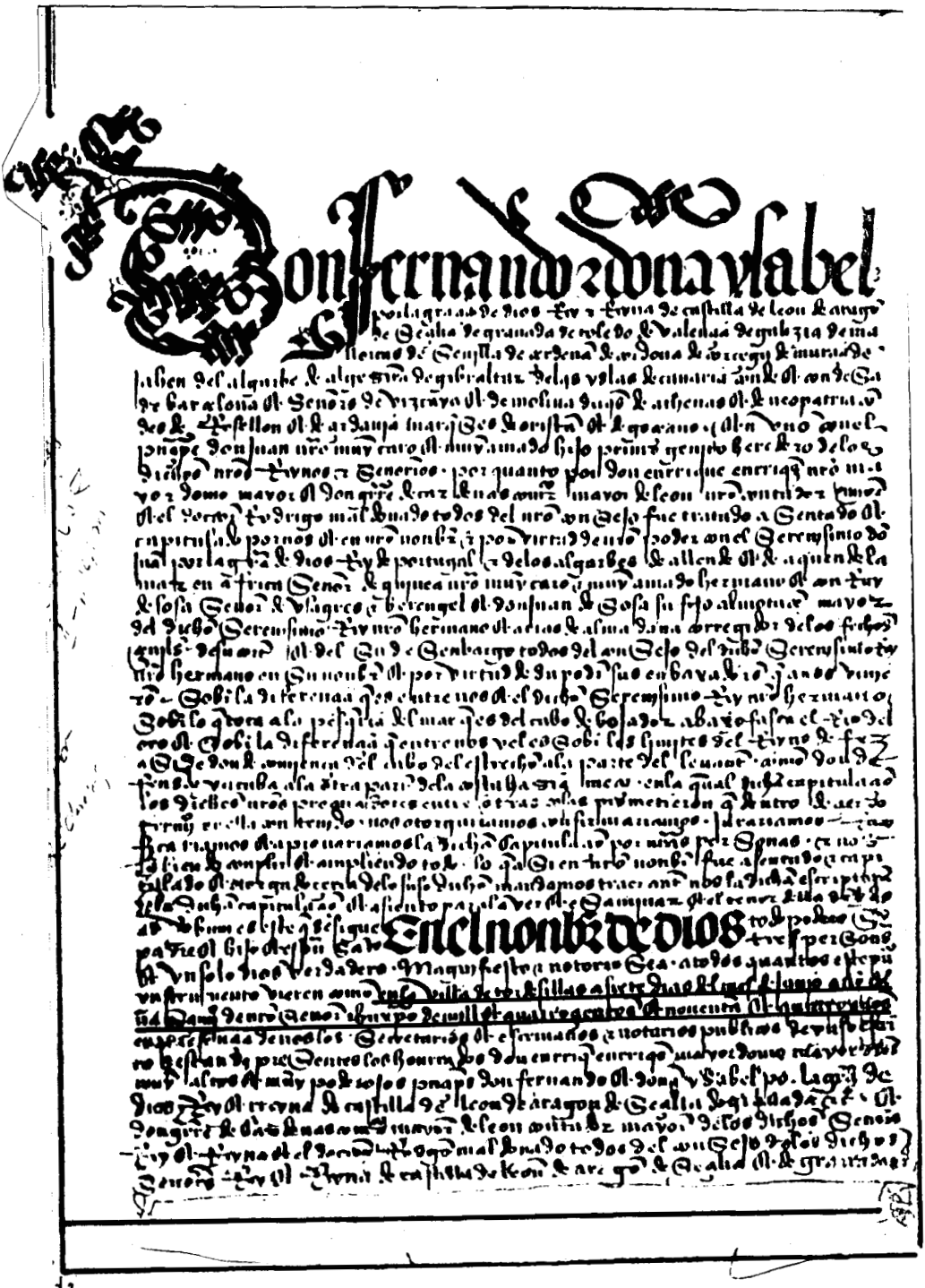
Todos sabemos que, em toda e qualquer guerra ou batalha, o fator fundamental é a surpresa. Desde que o inimigo conhece teus planos, a guerra está totalmente perdida para ti. Stalin, Churchill e Roosevelt sabiam com mais de três meses de antecedência todos os planos de Hitler graças ao paleógrafo Mr. Winterbottann que escutava, gravava e decifrava todas as mensagens do Alto Estado Maior Alemão.

A coisa chegou a ser tão escandalosa que até o Plano da Batalha do Al-Alamein, feito pelo Marechal alemão Rommel, podia ser visto pregado nas paredes do trailer do General inglês Montgomery, que se proclamou vencedor de dita batalha, graças ao plano, que o paleógrafo Mr. Winterbottann lhe DECIFROU, com mais de um mês de antecedência.

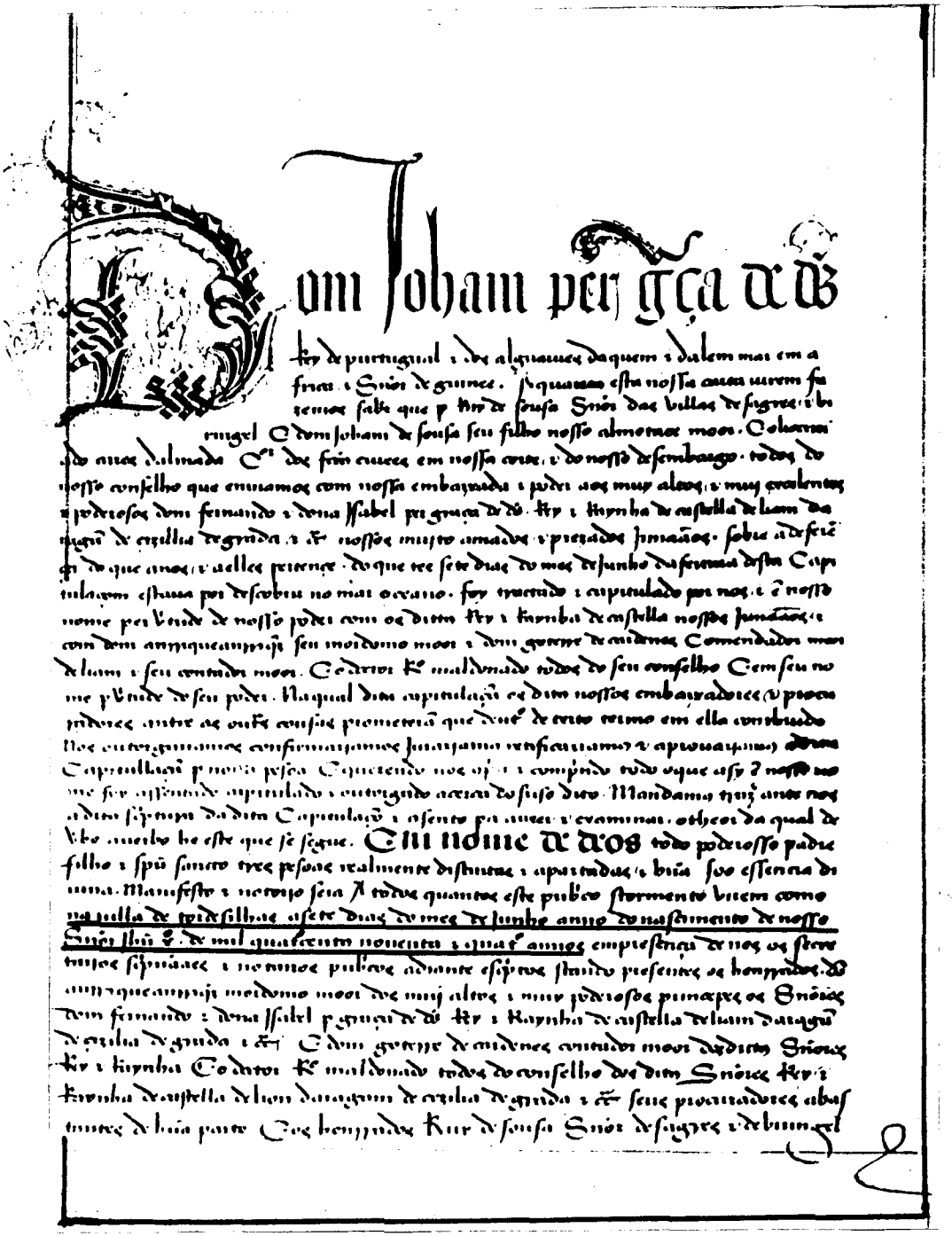
O próprio Einsenhover o reconhece, em carta que endereçou a Winterbottann, terminada a guerra, o único e real vencedor: "As informações que o senhor difundiu... foram de valor incalculável para mim... e para apressar a derrota do inimigo e forçá-lo finalmente à rendição...".

O Serviço Secreto Inglês é mais explícito: "Sem os paleógrafos decifradores do Major Winterbottann, os aliados nunca teriam ganho a Guerra, "porque mesmo assim as coisas andaram por um fio". (1) De fato: sem o paleógrafo Mr. Winterbottann e sem a CIFRA que ele descobriu e que constitui um dos capítulos mais empolgantes da Paleografia, talvez que bem outro tivesse sido o resultado da maior, mais gigantesca e sangrenta página guerreira da Humanidade.

(1) Blanco, R. R.: Estudos Paleográficos, (14-18). S. Paulo, 1987.



Blanco: UM NOVO TRATADO DE TORDESILHAS DE 1494 (pág. 57)



Dom Johan per graça de Deus

rey de portugal e dos alguarves daquem e dalem mar em a

africa e senhor de guinee. Saibam quantos esta nossa carta virem fa

zemos saber que p rey de sousa senhor das villas de sagres e bri

tiuel C dom johan de sousa seu filho nosso almoxarife mor. Colaterais

do anno dalmada C dos frey cruzes em nossa corte e do nosso desembargo. todos do

nosso conselho que enviamos com nossa embaixada e poder aos muy altos e muy excelentes

e poderosos dom fernando e dona Isabel por graça de deus rey e rainha de castella de leam da

aragão de sicilia de granada e &c nossos muito amados e prezados primaõs. sobre a deffe

ça do que aos e a elles pertence do que vee se ve duas do mes de junho da ferenza desta Capi

tulaçam estava por descobrir no mar oceano. foy trucado e capitulado por nos e em nosso

nome per virude de nosso poder com os dictos rey e rainha de castella nossos primaõs e

com dom anriquecampriji seu mordomo mor e dom gueyre de andrade Comendador mor

de leam e seu contador mor. Cedatos E mandado todos do seu conselho Cem seu no

me p virude de seu poder. Naqual dita capitulaçam os ditos nossos embaixadores e procu

radores entre as outras cousas prometerã que deue de vir vemos em ella contudo

Nos outrogamos confirmamos juramos ratificamos e aprovamos a dita

Capitulaçam p nossa pessoa Cquerendo nos ajo e compindo todo o que assy o nosso no

me foy assentado capitulado e outrogado acerca do siso dito. Mandamos que anos nos

a dita sigilaçam da dita Capitulaçam e asento por ante e examinar. o theor da qual de

lle o mesmo he este que se segue. Em nome de deos todo poderosso padre

filho e spiritu santo tres pessoas realmente distintas e apartadas e huũa sua essencia di

uina. Manifesto e notorio seja A todos quantos este publico sturmento virem como

na villa de tordesilhas a sete dias do mes de junho anno do nascimento de nosso

Senhor Jhũ X de mil quatrocentos noventa e quatro annos em presença de nos os stes

tuyos sigilaes e notarios publicos adiante escriptos stando presentes os honrrados do

anriquecampriji mordomo mor dos muy altos e muy poderosos principes os Senhores

dom fernando e dona Isabel por graça de deus rey e Rainha de castella de leam daragão

de sicilia de granada e &c C dom gueyre de andrade comendador mor dos ditos Senhores

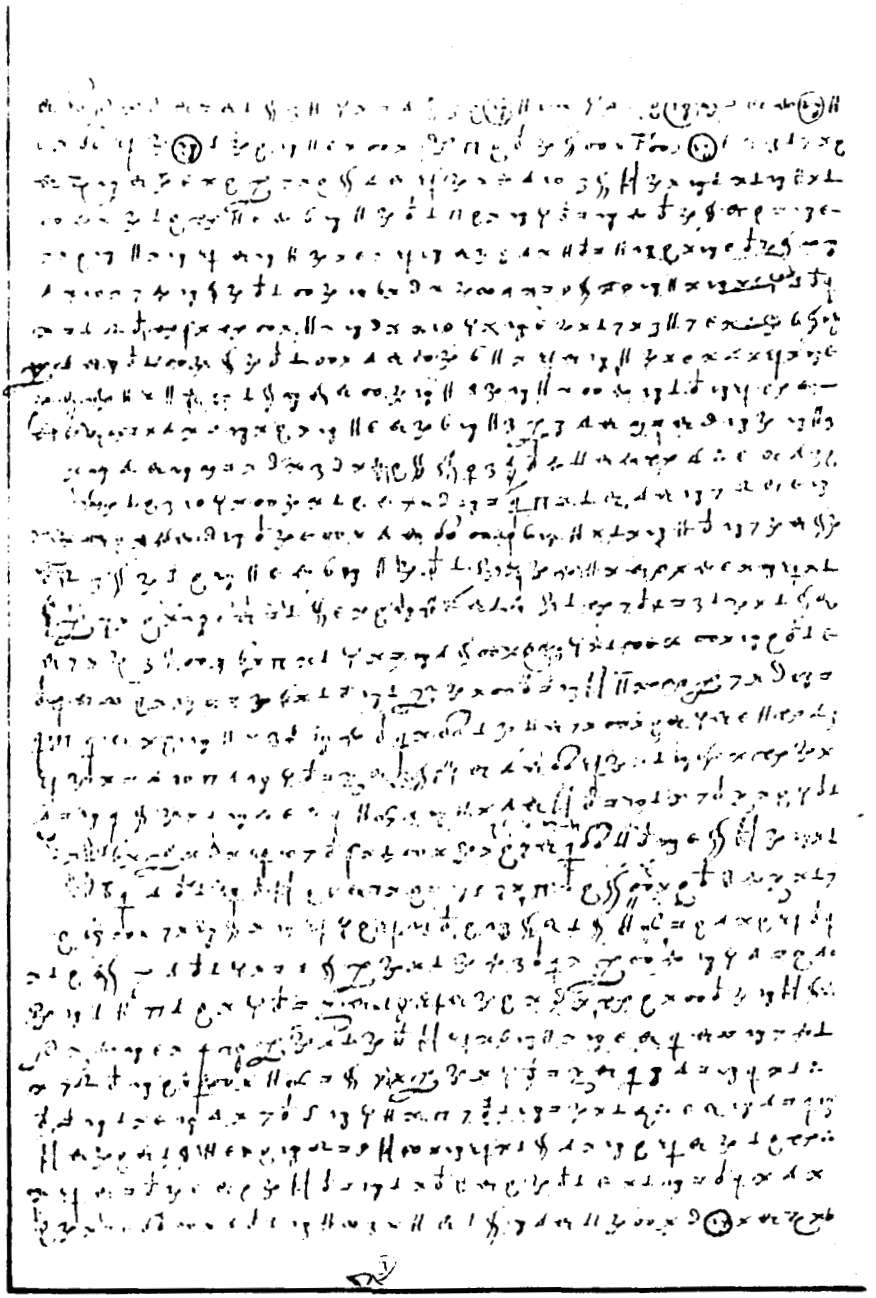
rey e rainha Cedatos E mandado todos do conselho dos ditos Senhores rey e

rainha de castella de leam daragom de sicilia de granada e &c seus procuradores abas

tantes de huũa parte Cos honrrados Ruy de sousa Senhor de sagres e de britiuel

Blanco: UM NOVO TRATADO DE TORDESILHAS DE 1494 (pág. 87)

Exemplo: TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA DE UMA PÁGINA CIFRADA



Blanco: Documentos Secretos cifrados.

Literatos na História do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

ANTONIO ROBERTO DE PAULA LEITE

Tentaremos esboçar na tela mágica da síntese a presença de alguns literatos, na vida do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Por exemplo, a figura do poeta e prosador Amadeu Amaral. Foi poeta, jornalista, ficcionista, crítico, filólogo. Gozou de grande popularidade ao tempo. É verdade, também, que a maior parte de sua temática poética situava-se no Parnasianismo da Decadência, essencialmente nas duas primeiras décadas do século XX. Sua bibliografia poderá ser resumida: Urzes (1899); Névoa (1902); Espumas (1917); Letras Floridas (conf. 1920); O Dialeto Caipira (1920-folclore); Lâmpada Antiga (1904-poesia); A Pulseira de Ferro (1924-novela); O Elogio da Mediocridade (ensaio-1924); Tradições Populares (1924-folclore).

A época literária que se situa entre o início do século e a eclosão da Semana de Arte Moderna, em 1922, embora de modo impróprio gerou um nome, de certo modo já consagrado: Pré-Modernismo. Iniciou-se com a parte final do Simbolismo e, encerrando-se com o começo de outro, ou seja, o Modernismo, esses anos marcam, caracterizam o chamado Pré-Modernismo. Vários historiadores literários e ensaístas costumam chamar esses anos como infecundos, anódinos, embora ultimamente ocorra uma modificação nesse tipo de análise, pois, mesmo entre os estudiosos contemporâneos, há quem considere essa época como de capital importância, como é o caso, por exemplo, de Afrânio Coutinho, referindo-se a esse tempo de cultura como veículo de muitas tendências inovadoras que constituíram o chamado clima pré-modernista (Afrânio Cou-

tinho — Simbolismo Impressionismo Modernismo, em A Literatura no Brasil, vol. III, tomo I, Rio, 1959, pág. 66).

O neo-parnasianismo e o neo-realismo tentaram sobreviver à véspera da chamada revolução modernista. Assim, a poesia debatia-se entre algumas correntes indecisas, informes, denominadas de Penumbrismo, Titanismo, Neo-romantismo. Como observaria o próprio Amadeu "perde-se logo na sombra, e a flutuação". Então, a poesia pré-modernista foi medíocre. Claro que não. Aí estão os desafios à posteridade interessada: Raul de Leoni, Augusto dos Anjos, José Albano, entre outros. Amadeu era considerado pela maioria como poeta parnasiano. Não lhe agradava esse rótulo. Explicando a guinada que dera à sua poesia a partir de Espumas, seu terceiro volume de versos, o autor de Elogio da Mediocridade afirmou que se elaborou o volume "Em normas serenas e em formas regulares". Com isso, achava que "tais normas e formas eram as que se adequavam justamente ao movimento interior do pensamento a exprimir e à reflexiva disposição de espírito a suscitar" nos leitores. De uma maneira ou de outra, o rótulo pegou. E Sud Mennucci, um dos que mais o analisaram colocou-o sempre como parnasiano retardatário (ao lado de um Raimundo Correia, um Alberto de Oliveira, um Olavo Bilac, a quem substituiu na Academia Brasileira de Letras).

Em termos efetivos, a participação de AA no Instituto não foi grande. No entanto, foi homenageado pelo sodalício. De 22 a 26 de agosto de 88, período da tarde, no auditório do IHGSP, realizou-se uma Semana de Estudos dedicada a exposições e debates sobre Cultura Caipira, capítulo importante da história cultural de São Paulo. Visava esse painel definir, localizar e caracterizar a cultura caipira em terras bandeirantes, objetivando abranger o homem das zonas rurais, do interior e do litoral. Mais, mentalizava, também, analisar aspectos da cultura caipira ou popular nas obras de Almeida Jr., e dos escritores Amadeu Amaral, Valdomiro Silveira, Cornélio Pires, Monteiro Lobato e Rui Barbosa. No dia 25 desse mês, Adelino Brandão abordou "O Caipira na Obra de Amadeu Amaral" e apresentação de cartazes didáticos sobre a evolução da obra do escritor paulista.

No volume LXXXIII, da Revista do Instituto, à página 242, Luís Correia de Melo publicou o artigo sobre Amadeu Amaral, acentuando o fato de ter convivido com o autor de Urzes, tendo, inclusive, trabalhado com ele na redação de "O Estado". O trabalho é apologético. Para ele, era uma pessoa sublime, espírito superior. Frisando ser chamado por Martins Fontes de "Santo Amadeu". Amadeu foi eleito para o Instituto no dia 05 de janeiro de 1897.

Outro escritor, Paulo Setúbal, eleito a 06 de fevereiro de 1928, pouco participou das lides do Instituto. Suas atividades eram múltiplas. Nesse mesmo mês de fevereiro de 1928, a 24, foi eleito deputado estadual por São Paulo, embora dois anos depois renunciou à função de deputado e parte para a Suíça a fim de submeter-se a intervenção cirúrgica. Em 1934, é eleito para a Academia Brasileira de Letras. E, pouco depois, a 04 de maio de 1937, falece em São Paulo. No volume XXXII, correspondente ao ano de 1937, é dedicado ao

autor de "A Marquesa de Santos", rememorando, entre outras coisas, o fato de o escritor dedicar-se às pesquisas históricas, resultando o melhor de sua obra como escritor. Recordou, ainda, ser ele um dos mais lidos autores do Brasil.

Na sessão ordinária de 15 de maio de 1937, o IHGSP, prestou-lhe comovida homenagem. Falou, na oportunidade, Afonso de Carvalho. Já a Revista da Academia Paulista de Letras, vol. primeiro, ano I, em 12 de novembro de 1937, o elogio de Paulo Setúbal realizado pelo poeta Cassiano Ricardo, discurso que, pela importância e desdobramentos, analisaremos oportunamente sobretudo a parte que trata sobre o autor de "Eldorado" e o romance histórico. No mesmo número da referida publicação a Academia prestou, em sessão solene promovida no teatro municipal, as mais significativas homenagens a quatro grandes poetas falecidos em 37: Paulo Setúbal, Ciro Costa, Gustavo Teixeira e Martins Fontes. Na opinião unânime da imprensa, foi a maior consagração literária tributada até então em São Paulo.
Como se sabe, ninguém separa o nome de Euclides da Cunha do seu maior livro: "Os Sertões". Porém, não se deverá concluir que Euclides tenha sido autor de obra única e gloriosa. Mesmo porque a sua personalidade foi essencialmente criadora. Maior mesmo que "Os Sertões". Tecer considerações sobre a figura messiânica de Euclides não é nossa tarefa aqui. Do ponto de vista de nosso tema, mesmo em termos sintéticos e objetivos, é a leitura do trabalho sobre "Climatologia da Bahia", no IHGSP, sua maior presença. Tomou posse no Instituto a 05 de abril de 1897. Assim, a obra que larga e profunda influência exerceu e ainda exerce sobre a nossa "inteligência" foi lida pela primeira vez aqui. Em sessão de 05 de fevereiro, de 1898, perante auditório constituído de personagens representativas tais como Teodoro Sampaio, Orville Derby e outros, lia o autor de "Peru X Bolívia" o trabalho intitulado "Climatologia dos Sertões da Bahia". A ata daquela reunião lavrada pelo Primeiro Secretário, Carlos Reis, assim se refere ao evento: "Em seguida, foi dada a palavra ao sócio senhor doutor Euclides da Cunha, que passou a ler alguns trechos de uma obra que está escrevendo; versam os trechos lidos sobre a climatologia dos sertões da Bahia, num dos quais encarando o problema das secas no norte do Brasil, expõe o ilustre consócio uma hipótese sua, que julga explicá-los". (vol. da Revista XXXIII-1937).

Conforme relaciona a ata da segunda sessão regimental do exercício de 1938, realizada a 05 de março desse ano, com a presidência do senhor doutor José Torres de Oliveira (Revista do IHGSP, vol. 37) e integrando a mesa diretora os senhores Rubens Borba de Moraes, 1º Secretário, e Amador Florence, 2º Secretário, iniciavam-se os trabalhos, na sede social, na Rua Benjamin Constant, 152, às 21:00 horas. Na página 769 há uma comunicação informando a eleição do professor Mário de Andrade, diretor do departamento de cultura, oferecendo ao museu do Instituto uma bala esférica dos velhos canhões do forte de São Tiago da Bertioga. Outro momento do engajamento do criador de "Macunaíma" foi, consoante a ata dos trabalhos referentes à sessão extraordinária realizada a 1º de fevereiro de 1937, para a eleição da Diretoria e do Conselho Técnico para o biênio 37-38. No ensejo, Mário de Andrade

foi eleito tesoureiro, com trinta e um votos. Seus adversários no episódio, Djalma Forjaz, obteve um voto e Marcelo Peja, um voto. Entretanto, a ata da segunda sessão regimental, em 05 de agosto de 1937, o senhor presidente comunicou a renúncia do segundo secretário, senhor Dácio Pires Correia, e do tesoureiro, senhor Mário de Andrade, expondo as razões que os levaram a solicitar demissão, sendo que a do autor de "Paulicéia Desvairada" , pela impossibilidade de exercer o cargo por absoluta falta de tempo. Submetidos à apreciação da assembléia, os pedidos de renúncia foram concedidos por aprovação unânime da Casa. Contudo, fazem justificação de votos os senhores Paulo Duarte e desembargador Afonso José de Carvalho. No vol. 45 da mesma revista, à página 329, noticia o necrológio de Mário de Andrade, feito a 01/11/45, por J. C. de Ataliba Nogueira. E o sodalício prestou homenagem ao autor da "Biografia do Padre Jesuíno", por Amador B. M. Florence. A atuação do polivalente Mário de Andrade no Instituto resume-se no formulário apresentado.

Sérgio Milliet, mais conhecido como crítico do que poeta, também pertenceu ao Instituto. Poderíamos relacionar a crítica que fez ao livro de Gilberto Freyre, "Nordeste", vol. 33, pág. 39. Trabalho mais longo e de certo modo mais interessante é "Recenseamentos Antigos do Brasil", vol. 32, pág. 283. O ensaio anterior está no vol. 33, pág. 39.

Por ensejo da realização do III Congresso Paulista dos Escritores, o historiador e ensaísta, Almeida Magalhães, representante do Instituto naquele certame, apresentou uma comunicação. Não há referência ao tema tratado por aquele estudioso.

Durante algum tempo, Paulo Duarte foi diretor da Revista do Instituto, embora fosse considerado um etnólogo, na realidade, enveredou pelo caminho da Pré-História, com alguns lances literários, como exemplo típico seu livro "Espírito das Catedrais".

Seu primeiro trabalho: artigo a propósito do ataque a Paiçandu, visto por uma carta inédita do Visconde do Rio Branco (vol. XXXIII). No volume anterior, à pág. 259, avalia, em suelto, documento inédito da Revolução de 32. No mesmo volume, ata de janeiro a outubro de 1937, à pág. 476, Paulo Duarte entrega ao Instituto a caneta com que o governador Armando de Salles Oliveira assinou o acordo de limites entre São Paulo e Minas. Traz o mesmo volume, à pág. 489, saudação de Afonso de Carvalho a Paulo Duarte (ata da terceira sessão regimental, em 05 de outubro de 1937). Voto de louvor, justificado por Paulo Ribeiro de Magalhães, em 08 de janeiro de 1937, referindo-se à atuação de Paulo Duarte, autor do projeto de publicação do IHGSP dos documentos históricos que se encontram no arquivo do Estado. De resto, esse autor, um dos polemistas do tempo, teve atuação política muito grande. Oriundo dos quadros do antigo Partido Democrático, acabou sendo um dos líderes da União Democrática Nacional (UDN).

Situado em pólo oposto (mesmo porque Paulo Duarte era um liberal e, nos últimos anos de sua vida, um liberal de esquerda) encontra-se Plínio Salgado. A presença desse escritor é bem menor do ponto de vista do tema em

tela. A denominação "Via Anchieta" foi sugerida pelo autor de "Vida de Jesus", em 1928, para a nova (naquele tempo) rodovia que liga São Paulo a Santos.

A militância de Eduardo Prado no Instituto foi grande. Contudo, parece-nos que o autor de "A Ilusão Americana" foge ao assunto proposto. Sobre as figuras de Sílvio Romero e Rui Barbosa, há farta bibliografia em artigos, conferências e outras manifestações culturais.

Já Washington Luís Pereira de Sousa, historiador dos mais sérios e de profunda modéstia, existem longos e úteis trabalhos. Contudo, também, a quase totalidade de seus ensaios e artigos situa-se na área da História propriamente dita. E, notadamente, palavras de Antonio de Toledo Piza, ao historiador solicitando-lhe que escrevesse um desenvolvido estudo sobre o passado piratininga, "dando-nos, oportunamente, senão uma história completa de São Paulo, desde os primeiros descobrimentos da costa brasileira até hoje (1905), ao menos um trabalho que faça justiça aos bandeirantes e no-los apresente tais quais eles foram — de uma intrepidez a toda prova, de uma lealdade nunca desmentida e de uma liberalidade proverbial".

O jornal ituano "Tribuna Ituana", publicação quinzenal, lançou em dezembro de 1976, número especial dedicado ao historiador Afonso de Taunay. Nele, vários ensaístas, pesquisadores e historiógrafos da Capital e do Interior publicaram artigos enfocando diversos aspectos da vida e da obra do estudioso nascido em Santa Catarina. Era o centenário de Afonso de Taunay. De nossa parte, publicamos trabalho intitulado "Taunay Romancista". Faceta pouco conhecida do homenageado. Referíamos a artigo "Leonor de Ávila", romance brasileiro seiscentista, cuja segunda edição data de 1926 (Irmãos Ferraz Editores, SP, 204 páginas). Obra esgotada, pouco acessível. A edição original saiu em 1910 com o título "Crônica do Tempo dos Felipes". O volume recebeu elogios de Oliveira Lima, José Veríssimo e Raimundo Correia. O livro em epígrafe oferece aspectos da vida seiscentista e constitui romance largamente embasado em documentos. Compõe-se de trinta e três capítulos mais o epílogo. É uma verdadeira crônica histórica. "Leonor de Ávila" se desenvolve num plano orgânico, com esquema linear (isto é, com início, meio e fim) de tonalidades aristotélicas.

Artistas Plásticos no IHGSP

DÉLIO FREIRE DOS SANTOS

Afortunado para a vida intelectual de São Paulo foi o ano de 1894. Além da instalação da Escola Politécnica, Ginásio do Estado e do Museu Paulista, fundava-se outra casa da inteligência e da cultura.

JOSÉ FERRAZ DE ALMEIDA JÚNIOR (1850-1899) fez parte das 139 personalidades, de grande projeção social e cultural, que, atendendo ao apelo de Estevão Leão Bourroul, Antônio de Toledo Piza e Domingos Jaguaribe Filho, deram prestígio e força ao empreendimento.

Artista conhecido e admirado, tornou-se, assim, sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Afinal, um pintor volta-se para o Brasil. Almeida Júnior nunca conseguiu entusiasmar-se pela pintura européia, apesar de ter sido aluno de Cabanel, o grande colorista acadêmico.

Afastando-se da influência bíblica (Fuga para o Egito, Judas), volta-se para o assunto nacional: "Derrubador brasileiro", "Caipira negaceando", "O violeiro".

É o nosso grande pintor naturalista no sentido rural, e de um patriotismo admirável para a época.

Diz José Maria dos Reis Júnior, na "História da Pintura no Brasil":

"Não há quadro seu, não há pedaço de sua pintura que não seja impregnado do sabor da terra-roxa e da mata virgem."
Esse provinciano, simplório no falar e simplório no traje, esse caipira forte, "quase imberbe", no entender de Gonzaga Duque, esse caboclo autêntico concentrou

em si todo o lirismo da terra e dos atavismos remotos, e reverteu em formas que são símbolos de uma raça.

Outro artista plástico, sócio-fundador do sodalício: JULES MARTIN VICTOR ANDRÉ (1832-1906), cartógrafo, construtor, desenhista, n. de Montiers, França, abriu um curso de desenho e pintura em São Paulo, lecionando, ainda, em vários colégios.

Em 1870, abriu a primeira oficina litográfica da Província. Instalou, na Capital, o primeiro motor a gás. Fez o projeto da Avenida Paulista. Autor do projeto da estátua de José Bonifácio, o Moço, que se encontra no saguão da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, executada por Georges Engrand, famoso escultor parisiense, em 1889, a primeira escultura colocada em logradouro público na cidade de São Paulo. Idealizador do primitivo Viaduto do Chá.

Em 1903, Jules Martin ofereceu ao Instituto um álbum em que estão colecionados documentos, desenhos de sua autoria e notícias de jornais sobre o Viaduto do Chá.

Publicou um Mapa da Província de São Paulo, em 1877, "seus edifícios públicos, hotéis, linhas férreas, igrejas, bondes, passeios etc.", e, em 1890, uma "Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes", também por ele desenhada. Plantas das melhores publicadas no século passado, da cidade de São Paulo.

PAULO VERGUEIRO LOPES DE LEÃO (1889-1964) entrou para o Instituto, em 1899. Lopes de Leão estudou na Real Academia de Florença. Fundou, com outros artistas, a Sociedade Paulista de Belas-Artes, a Escola de Belas-Artes de São Paulo, da qual foi professor catedrático e diretor. Diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

De sua autoria, temos, no Instituto:

"Cambiracê" — o.d.t. — a. e d. (1930)

"Rua e Ladeira de São José, em Ouro Preto" — o.s.m. — a.

"Estevão Leão Bourroul" — o.s.t. — inaugurado em 1941

"Anchieta na Praia de Peruíbe escrevendo o poema à Virgem" — a. e d. (1935), o quadro mais valioso do sodalício, segundo consta no levantamento do seu patrimônio, em 1977.

Nele, vemos Anchieta, num momento crítico para nossa nacionalidade, prisioneiro dos Tamoios sublevados, com a doçura de suas palavras de paz aplacar-lhes a fúria e garantir a Portugal o domínio do Brasil.

Anchieta, no "Poema à Virgem Santíssima", revelou grande erudição e conhecimento profundo dos Santos Padres e da Escritura, e, como se sabe, não dispunha de livros, nem biblioteca, para compor os seus cânticos, inspirado tão-somente no espetáculo maravilhoso da terra brasileira e na sua privilegiada memória.

BENEDITO CALIXTO DE JESUS (1853-1927). Grande pintor da história paulista, erudito no assunto.

Tem quadros históricos expressivos. Dedicou-se à pintura sacra e à pintura de marinha, com grande êxito.

Calixto assistiu ao nascimento e divisão das escolas do século XIX, sem se filiar a nenhuma delas. Permaneceu fiel à sua Arte. Tinha sua própria técnica.

Foi, sem dúvida, o maior pintor iconográfico de São Paulo.

Possui o Instituto valiosas telas do consagrado mestre:

"Forte do Cabedelo" — a. e d. (1907)

Aspecto atual da Fazenda Sant'Anna, em São Vicente, onde nasceu Frei Gaspar da Madre de Deus — a. e d. (1914)

Ruína da Capela de Sant'Anna de Acarahy, onde foi batizado Frei Gaspar da Madre de Deus — a. e d. (1914)

Historiador de grandes méritos, publicou várias obras, além de artigos na Revista do Instituto.

Sua família doou ao sodalício seu precioso arquivo, com documentos históricos, artigos impressos, desenhos do artista, fotografias, costumes e indumentária dos bandeirantes etc.

OSCAR PEREIRA DA SILVA (1867-1939), o último representante da pintura bíblica e histórica entre nós, idólatra do desenho. Bom colorido, pintura larga e sólida.

Quase toda sua obra está nos museus paulistas.

O sodalício conta, em seu acervo, além de seu arquivo, doado pela família, com magníficos quadros a óleo sobre tela, pintados pelo artista, sendo os retratados:

Rui Barbosa (1923), 3º Presidente Honorário

Antônio de Toledo Piza (1924), um dos fundadores do Instituto

Alfredo de Toledo (1924)

Duarte de Azevedo (1926), 2º Presidente

Luiz de Toledo Piza e Almeida (1923), 3º Presidente

Altino Arantes (1930), 4º Presidente

Afonso de Freitas (1930), 5º Presidente

Uma plaqueta de bronze, afixada no jazigo do consagrado artista, no Cemitério São Paulo, resume a laboriosa existência do último dos grandes mestres da nossa pintura clássica:

"Aqui repousa Oscar Pereira da Silva que durante 60 anos amou e serviu a Arte".

TEODORO DA SILVA BRAGA (1873-1953). Pintor, decorador, ceramista e historiador.

Professor das cadeiras de Arte Decorativa, Desenho e Composição na Escola de Belas-Artes de São Paulo.

Obteve a Grande Medalha de Ouro no Salão Nacional de Belas-Artes. Dentre suas obras, destaca-se "Artistas Pintores no Brasil", dicionário bibliográfico de pintores brasileiros, de grande valia para os estudiosos de artes plásticas.

As telas de sua autoria, que integram nosso acervo, foram inauguradas em 1941.

Júlio Conceição — o.s.t.

Prudente José de Moraes Barros — o.s.t. — 1º Presidente Honorário

Sua viúva doou ao Instituto 66 pacotes contendo seus estudos para a obra "Dicionário de História, Geografia, Monografia, Estatística e Biografia do Estado do Pará".

ANIBAL PINTO DE MATOS (1889-1969). Pintor, paisagista, historiador de Arte, escritor. Aluno de Batista da Costa, Zeferino da Costa e Daniel Bérard.

Um dos fundadores da Sociedade Mineira de Belas-Artes e da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, da qual foi professor durante 27 anos e quatro vezes diretor.

Presidente da Academia Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Realizou exposições de pintura em quase todos os Estados do Brasil.

Suas obras mais conhecidas sobre relíquias históricas de Minas Gerais são: "Arte Colonial Brasileira", "Mestre Valentim e outros estudos", "Peter Wilheim Lund no Brasil", "Raça da Lagoa Santa".

JOSÉ MARIA DA SILVA NEVES (1896-1978). Pintor de natureza-morta, paisagem e retrato.

Engenheiro-arquiteto. Professor catedrático da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professor da Escola Politécnica.

No acervo do Instituto, uma tela do artista:

D. Maria Leopoldina — a. e d. (1960)

Muito contribuiu Silva Neves para a nossa cultura artística e marcadamente histórica.

RUI MARTINS FERREIRA (1889-1985). Pintor e desenhista, ilustrador de capas de livros.

Professor universitário de História da Arte. Professor do Colégio Culto à Ciência, de Campinas.

Premiado no Salão Paulista de Belas-Artes, com o quadro histórico "Hans Staden recebe Estácio e Mem de Sá no Forte São João, em Bertioga" — a. e d. (1961), hoje no Museu Histórico José Bonifácio, do sodalício.

No Museu do Instituto, estão, ainda, seus quadros:

Martírio e Glória de São Paulo, alegoria à Revolução de 1932 — o.s.t. — a. e d. (1975)

Encontro do guia Lopes com seu filho e outros brasileiros, na Retirada de Laguna — o.s.t. — a. e d. (1966)

JOSÉ WASTH RODRIGUES (1891-1957). Aluno de Oscar Pereira da Silva. Cursou a Academia Julien, em Paris, tendo como professor Jean Paul Laurens. Na capital francesa, expôs no Salon. Percorreu todo o Brasil, estudando arquitetura colonial, usos, costumes e indumentária militar.

Pintor de História, além de historiador consumado, reto e meticuloso. Heraldista competente, pesquisador consciente dos uniformes militares nacionais, desde os mais remotos tempos coloniais, que reconstituiu com maestria invulgar. Em 1922, foi editado pelo Ministério da Guerra, com texto de Gustavo Barroso, o seu trabalho "Uniformes do Exército Brasileiro", com 223 aquarelas, excelentemente impressas, com tiragem de 200 exemplares, hoje, raríssimos. Obra monumental e definitiva.

Pintou com verdade e inteiro domínio da Arte. Escravo foi da verdade nas descrições pictóricas de nossos fastos, notadamente como pintor de batalhas.

A ele deve a cidade de São Paulo o seu brasão — com o "NON DUCOR, DUCO" — e o Estado de São Paulo as armas com a divisa "PRO BRASILIA FIANT EXIMIA".

De grande importância a sua participação no livro brasileiro: foi um dos melhores e mais lúcidos ilustradores. Ilustrou dezenas de obras saídas dos prelos nacionais. Citemos apenas uma: "Brasões e Bandeiras do Brasil", de Clovis Ribeiro.

Publicou "Documentário Arquitetônico do Brasil", "Evolução das Cadeiras Luso-Brasileiras", "Tropas Paulistas de Outrora".

Ao morrer, deixou completa a obra "Dicionário Histórico Militar", com mais de 1.600 páginas de texto e cerca de 400 ilustrações, compreendendo a história das Forças Armadas do Brasil em todos os tempos, verdadeira enciclopédia sobre o assunto. Sua família doou todo esse material ao Centro de Documentação do Exército.

Deixou para o sodalício dois trabalhos:

Batalha do Passo do Rosário (Ituzaingó, em 1827) — a. e d. (1930)

Projetos de vitrais para a nova Catedral da cidade de São Paulo, com legendas, 1942, 1,42 X 0,565.

PAULO CAMILHER FLORENÇANO (1913-1988). Desenhista, ilustrador de capas de livros, professor de História e Desenho, conservador de museus, heraldista, diretor do Museu Histórico e Pedagógico de Taubaté, foi um grande incentivador das artes plásticas em São Paulo.

MARIA AMELIA DE ARRUDA BOTELHO DE SOUZA ARANHA. Artista especializada no gênero pastel, com quadros e iluminuras premiadas em exposições oficiais realizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, que mereceram da crítica os mais altos elogios.

Cultivou no setor histórico as lendas indígenas, sobre as quais criou evocativas composições, que ilustram os seus trabalhos. Publicou, ainda, "Sombras que renascem" e "A Arquiduquesa D. Leopoldina I, Imperatriz do Brasil".

Possui o Instituto, de sua autoria, três iluminuras, técnica mista — ouro, guache, aquarela e pedras brasileiras, sobre pergaminho, mostrando D. Leopoldina, D. Amélia e D. Teresa Cristina, assinadas e datadas de 1963.

MARIA HELENA BRANCANTE (1917-). Ceramista, laboriosa conhecedora da Arte brasileira.

Muito auxiliou seu marido, o consócio Eldino da Fonseca Brancante, em pesquisas para uma obra de excepcional valor: "O Brasil e a Louça da India".

O ilustre casal organizou exposições promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede social, em 1954, por ocasião do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

BENEDITO CARNEIRO BASTOS BARRETO (1896-1947). Caricaturista, cronista, jornalista, historiador.

Adotou o pseudônimo de BELMONTE, com o qual passou a colaborar em numerosas revistas e jornais.

Famoso caricaturista, personagem Juca Pato, seu popularíssimo porta-voz foi adotado pela União Brasileira de Escritores (SP) como troféu ao "Intelectual do Ano".

Publicou, além de outras, as obras "Assim Falou Juca Pato", "No Tempo dos Bandeirantes", "No Reino da Confusão", "Brasil de Outrora", "Música, Maestro!".

Durante muitos anos, o maior caricaturista de São Paulo manteve viva, entre nós, a tradição caricatural.

JOSÉ CARLOS FERREIRA MAIA (1929). Promotor Público, o ilustre membro do Ministério Público, TOM MAIA, é um excelente desenhista.

Gravou, em desenho a bico-de-pena, com muita sensibilidade, as sedes das antigas fazendas de café do Vale do Paraiba.

Publicou "Vale do Paraiba. Velhas Fazendas", "Do Rio a Santos", "Paraty", além de outros trabalhos.

Seus desenhos têm sido premiados em vários concursos e Salões de Pintura.

LUIZ MORRONE (1906). Laureado escultor, discípulo de Ettore Ximenes e Ferdinando Frick.

Tem o artista trabalhos em logradouros públicos, coleções públicas e particulares e necrópoles em todo o país.

O Instituto tem, em seu acervo, várias esculturas do artista:

Bernardino de Campos, busto em gesso, 1941

Barão do Rio Branco — a. e d. (1946)

Tiradentes, busto em gesso, 1957

José Carlos de Macedo Soares, medalhão em bronze

Aureliano Leite, cabeça em bronze — a. e d. (1968)

Padre José de Anchieta, busto em bronze, 1970

Aos 87 anos de idade, o incansável trabalhador, sócio benfeitor desta casa, está executando uma placa de bronze comemorativa do Centenário do Instituto.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA RIBEIRO NETO (1908-1989). Promotor Público, Presidente da Vara do Júri da Capital. Jornalista, poeta consagrado, Presidente da Academia Paulista de Letras.

Desenhista e ceramista, seus trabalhos foram premiados na Exposição de Obras Primas da Cerâmica Moderna, realizada em Cannes, em 1955, onde a representação brasileira recebeu a Medalha de Ouro.

Esteve, em Missão Cultural, nos Estados Unidos, onde proferiu conferências em várias Universidades e estações de TV sobre literatura e arte brasileira, principalmente a religiosa da qual era profundo conhecedor.

1º Diretor do Museu de Arte Sacra de São Paulo. Diretor e organizador do Museu Ferroviário Barão de Mauá, de Jundiaí.

Permita-nos Senhor Presidente, uma pequena digressão, evocando seu "Canto de Glória da Faculdade de Direito de São Paulo":

"Minha velha escola, como estás mudada",
"Minha Faculdade, velho ninho de águias,
fonte esclarecida do ideal clarão."
"Hoje, que estás rica, de pedra vestida,
toda rendilhada qual noiva garrida,
do São Paulo novo dos arranha-céus,
hoje que não dormes sob os longos véus
de névoa e de garoa do São Paulo antigo
de ruas estreitas e falar pausado,
eu confio e espero em tua mocidade
que é a mesma sempre, velha Faculdade,
pois Rui, e Rio Branco, e Nabuco, e mil outros
que deram à Pátria seu nome grandioso
enchendo de luzes páginas da História,
vão mostrando aos moços, por felicidade,
que o teu nome sempre, minha Faculdade,
é a melhor das rimas para a liberdade,
é a melhor das chamas para o altar da Glória!"

Oliveira Ribeiro Neto, o saudoso amigo Pedrinho, foi a primeira pessoa viva a figurar numa placa de bronze nas Arcadas.

PAULO MENOTTI DEL PICCHIA (1892-1988). Poeta maior, ensaista, memorialista, romancista, historiador, pintor, escultor, desenhista, advogado, cronista, teatrólogo, contista, deputado, jornalista.

Aos onze anos Menotti fez sua primeira escultura, no Ginásio Culto à Ciência, modelando em barro o busto do Cardeal Arcoverde, que, ao visitar o colégio, encantou-se com a obra.

Dentre seus melhores trabalhos, um mural pintado na Fazenda Bom Jardim, em Guaxupé, de propriedade de sua família, intitulado "Branca de Neve e os Sete Anões", onde aparece Helena Rudge Müller, sua enteada, filha de Antonieta Rudge, rodeada por sete anões, os gigantes da intelectualidade brasileira: Plínio Salgado, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Brecheret, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo.

"Juca Mulato", mural pintado na mesma fazenda, onde reproduziu os desenhos que fez no seu famoso livro.

"Arranha-céu", do acervo do MASP. Sobre a obra, assim se pronunciou Pietro Maria Bardi:

"O melhor quadro moderno brasileiro que eu vi até
agora foi um pintado pelo poeta Menotti Del Picchia."
"O Saci", escultura em bronze

Cabeça de Antonieta Rudge e cabeças de D. Quixote e de Sancho Pança, em bronze.

Menotti, espírito renascentista, que soube reviver a poesia, a pintura e a escultura.

Menotti, criador, poeta e artista plástico, permita-nos repetir o que fez dizer ao seu idealista Sancho Pança:

"Como é belo criar. Como é bom ser poeta!
Desfazer o imediato, a certeza concreta,
toda a limitação, o trivial, o bisonho,
Dilatando ao infinito as fronteiras do sonho!"

Senhor Presidente.

Valiosa foi e continua sendo a participação de artistas plásticos, sócios deste sodalício, na vida cultural paulista e brasileira.

Nesta comemoração do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma palavra de reconhecimento e o aplauso pelo muito que fizeram em prol da Beleza e da Arte.

Almeida Júnior, pintor voltado para a nossa terra. Jules Martin, artista de múltiplas atividades. Lopes de Leão, autor de inspirados temas religiosos. Benedito Calixto e Oscar Pereira da Silva, grandes mestres da nossa pintura clássica. Teodoro Braga e Anibal de Matos, pintores e historiadores de grande

merecimento. Wasth Rodrigues, notável conhecedor de História, Heráldica e Uniformes militares brasileiros. Benedito Bastos Barreto, Belmonte, extraordinário chargista político. Luiz Morrone, exemplo de vitalidade. Oliveira Ribeiro Neto e Menotti Del Picchia, poetas maiores, festejados artistas plásticos.

Muitos, infelizmente, não mais se encontram entre nós. Outros, continuam nesta casa.

Sua produção artística aqui permanece, para o nosso encantamento

"Ars longa, vita brevis!"

A expressão musical de São Paulo — fins do século XIX — Música erudita

JOSÉ DA VEIGA OLIVEIRA

Na década que assinala (1894) a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a música erudita, culta ou artística que acontecia na metrópole planaltina assumiu inconteste projeção na vida citadina.

Sob dois ângulos basilares a vida musical pode ser examinada: o teatro lírico e a música pura, seja de concerto ou meramente doméstica.

O teatro lírico

Na última década do século XIX a cidade de São Paulo dinamizava sua expansão urbana, que, em poucos anos, assumia proporções de impressionante grandeza.

O Theatro Municipal ainda era mero projeto, cuja realização conclusiva, em 1911, já se encontrava na ordem de cogitações do Executivo e da vereança. Não era mais possível que a cidade se privasse de uma casa de espectáculos em nível condizente ao seu ininterrupto progresso. Mencionava-se a circunstância de urbes de menor densidade populacional e importância política, da França, Alemanha, Itália, possuidoras de teatros, orquestras, cenários, corpo de baile, elenco vocal lírico, elenco de teatro de prosa, enfim toda a multifacetada **paraphernalia** inerente a uma atividade permanente.

Nunca é demais assinalar que a vida musical, por sua intrínseca e dominadora importância, é parte integrante da sociedade, desde os mais singelos agrupamentos até a dimensão culturalmente complexa, pluralizada. No tocante a São Paulo, para nossa felicidade, não faltaram — como veremos no presente estudo — pesquisadores de alto gabarito, que examinaram cuidadosamente as hemerotecas, os anais da imprensa, revistas avulsas, os comentários, críticas, polêmicas, queixas, reflexões variegadas, os repositórios de arquivo, com sua colossal cópia de informes de surpreendente interesse, até mesmo de atualidade comparativa.

Na primeira plana das presentes observações avulta a exaustiva monografia do historiador Antonio Barreto do Amaral, a **História dos Velhos Teatros de São Paulo (Da Casa da Ópera à inauguração do Teatro Municipal)**. O autor é sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Outra monografia, não menos importante e valiosa, é **Um Século de Ópera em São Paulo** de Paulo de Oliveira Castro Cerquera. Ambos trabalhos, profusamente ilustrados, descodificam as atividades da Casa da Ópera, do Teatro do Palácio do Governo e Teatro de Batuira, dos Teatros São José (I e II), Provisório, Politeama, Sant'Anna, Colombo e Municipal.

Verifica-se, portanto, que a cidade comportava a concomitância de espetáculos de variadíssima ubiqüidade, que se estendiam desde as óperas trágicas e cômicas, a opereta (modalidade infelizmente extinta no Brasil), o teatro de revista, os espetáculos em benefício de artistas, o teatro de prosa, de tragédia, comédia, drama, recitais vocais e instrumentais, etc. Minoritários eram os concertos de orquestra, de agrupamentos corais.

Duas atrizes de grandeza internacional brilharam nos modestos teatros paulistanos. A primeira foi a extraordinária, fabulosa Sarah Bernhardt, no Teatro São José. Chegou integrando a Companhia Dramática Francesa. De Scribe e Meilhac representou "Adrienne Lecouvreur" — que mais tarde Francesco Cilea transformaria em ópera verista — "Fedra" de Racine; "La Dame aux Camélias" de Alexandre Dumas Filho — gloriosamente musicada pelo gênio de Giuseppe Verdi ("La traviata"). O furor foi simplesmente indescritível. Barreto do Amaral: "Findo o espetáculo, os moços da Faculdade (de Direito), deslumbrados, forraram com suas capas o chão que a artista teria de pisar no Largo de S. Gonçalo e, a seguir, desatrelando a parelha de cavalos do carro que a aguardava, conduziram-na, como em cerimonial antigo, entre aclamações, até o Grande Hotel".

Em 1893, no mesmo teatro, Sarah Bernhardt retornava ao público extasiado, vociferante, para o papel-título da sangüinolenta tragédia de Victorien Sardou "Tosca", da qual, sete anos mais tarde, resultaria a homônima ópera de Giacomo Puccini. Do mesmo dramaturgo francês subiram a cena "Fedora" (que Umberto Giordano faria uma ópera); "Frou-Frou" de Meilhac e Halévy; "Jeanne d'Arc" de Jules Barbier.

Outra grande atriz trágica foi Eleonora Duse.

No domínio vocal, o elemento itálico dominou toda a América Latina. As companhias líricas, recrutadas em Milão e Roma, aportavam ao Rio de Janeiro, São Paulo, Montevideo, Buenos Aires, munidas de um contingente integral, incluindo cenários, guarda-roupa, regisseurs, iluminadores, maquinistas, contra-regras, maestro titular e preparador. E o importante: melodramas inéditos ou recentes, circunstâncias que explicam a intensiva freqüentação do público; lotações esgotadas quase sempre, e os noticiários abundantes da imprensa diária. Óperas hoje parcial, senão mesmo completamente esquecidas, faziam-se ouvir. Uns poucos exemplos: Meyerbeer ("Dinorah", "Les Huguenots", "Robert Le Diable", "L'Africaine", todas em versão italiana); Mercadante ("Il Giuramento"); Halévy ("La Juive"); Bellini ("Beatrice di Tenda"); Donizetti ("Poliuto", "Linda di Chamounix", "Lucrezia Borgia"); Rossini ("Guillaume Tell") etc.

As óperas de Giuseppe Verdi eram naturalmente o esteio, as "pièces de résistance" de todas as "saisons lyriques". Já nesse tempo, entretanto, o "Lohengrin" de Richard Wagner era apresentado (em italiano).

Os melodramas de Carlos Gomes subiam à ribalta com elogiável regularidade, algumas vezes com o próprio maestro campineiro, de batuta em punho. Assim, no papel do índio Pery cantou em São Paulo, nada mais nada menos do que o formidável tenor dramático Francesco Tamagno, a quem Verdi confiara expressamente seu "Otello" no Scala. A primeira audição em São Paulo do tremendo melodrama deu-se a 6 de novembro de 1889, reprisado a 16 daquele mês, celebrando a proclamação da República.

Alexandre Levy (1864/1892) foi uma das glórias autênticas da música brasileira; pianista, regente, camerista, crítico, compositor, fulminado por um ataque cardíaco quando contava apenas 27 anos, Discípulo de Gabriel Giraudon, em 1883 fundou o Club Haydn, do qual foi pianista, administrador geral, animador, chefe de orquestra. Com exceções, as partituras de Levy se imbuem do estilo coevo franco-germânico, sendo especialmente detectada a influência de Robert Schumann. Todavia, cuidou de embutir em seus textos um caráter brasileiro, nas peculiaridades motívicas, rítmico-melódicas características. Outro agrupamento artístico, o Club Mendelssohn, também da responsabilidade de Levy, fez encenar e cantar, no idioma original alemão, por um grupo de amadores, as óperas "Martha" e "Alessandro Stradella" de Friedrich von Flotow, no Teatro São José.

De notar-se ainda que outras produções brasileiras ficaram registradas, como "Bug-Jargal" do compositor paraense José da Gama Malcher, a 30 de dezembro de 1890; as óperas "Moema", compostas separadamente por Delgado de Carvalho e Pacheco Neto, esta a 18 de janeiro de 1891.

A temporada lírica de 1875 registrou dez récitas de assinatura, revestidas de tão assinalado êxito, que se tornou necessário providenciar, às pressas, dois espetáculos extraprograma! Para o ano de 1894 dezessete óperas subiram a cena, sendo 12 récitas de assinatura, num total de ... trinta e seis espetáculos!

Paralelamente chegaram os expoentes da virtuosidade solística, entre eles Sigismund Thalberg, rival de Franz Liszt; Arthur Napoleão, Louis Moreau Gottschalk, pianista estadunidense, autor da célebre e controversa "Grand Fantaisie Triomphale sur l'Hymne National Brésilien", que Guiomar Novaes, Ophelia do Nascimento, Eudóxia de Barros, entre outras virtuoses, do passado e contemporâneas, iriam realizar ... "ad nauseam".

Piano, rei dos instrumentos

São Paulo, na etapa conclusiva do século XIX, ostentava uma pletora de pianos, para gente que amava a música e cuidava de exercitá-la com afinco. De longa data tornara-se o instrumento por excelência da expressão da música.

Pelo menos assinalam-se três professores de amplos méritos.

Édouard Gabriel de Chénerille Giraudon, pedagogo, pianista, regente, compositor francês, nascido por volta de 1830, vindo a falecer em São Paulo (1906), foi discípulo de Thalberg. Estudou nos Conservatórios de Paris e Marselha. Radicou-se em definitivo na capital paulista, onde trabalhou por mais de seis lustros. Por suas mãos desfilaram musicistas do porte de Henrique Oswald, Alexandre e Luiz Levy, Antonieta Rudge, Magda Tagliaferro, entre muitos outros. Todavia, Giraudon não cingiu-se ao piano. Dirigiu orquestra, preparou cantores e cantoras, ensaiando melodramas que as diversas companhias líricas apresentavam na cidade. Deixou diversas composições.

Outra importante personalidade foi Agostino Cantu (1878-1943), professor, pianista, compositor. Natural de Milão, fixou-se em São Paulo, em 1908. Pertenceu ao corpo docente do Conservatório Dramático e Musical, teve numerosos discípulos, foi membro de júri de diversas comissões de concurso. Foi um artista admirado e respeitado.

Luigi Chiaffarelli, nascido na cidade italiana de Isérnia, a 2 de novembro de 1856, vindo a falecer em São Paulo, a 16 de junho de 1923, descendia de uma família musicalmente culta. O primeiro pedagogo foi seu pai. Já na própria cidade natal dirigiu bandas e orquestras. A princípio estudou piano em Bolonha, sob orientação de Gustavo Tofano, aperfeiçoando-se no Conservatório de Stuttgart, Suábia, na classe de Siegmund Lebert, cujo método assumiu excepcional importância em sua nobre carreira. Diplomado em letras, professor de italiano, francês, alemão, manejando fluentemente nada menos de treze (!) idiomas, interrompeu a projetada carreira de concertista de piano a fim de lecionar na Suíça. Em junho de 1883 fixou-se definitivamente em São Paulo, onde lecionou ininterruptamente durante 40 anos. É o insigne fundador da Escola de Música, que leva seu nome, tornando-se o maior professor de piano que o Brasil já possuiu. Participou da fundação e foi professor do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, respondendo pela eclosão dos excepcionais talentos pianísticos de Guiomar Novaes, Antonietta Rudge, Souza Lima, Victoria, Maria Antonietta, Alice Serva, Bellah de Andrada, Laddy Chiaffarelli Cantú, Maria Edúl Tapajoz, Menininha Lobo, Renata Crespi

da Silva Prado, René Thiollier, entre outros valores jovens que estudaram e se aperfeiçoaram sob a égide suave, porém sistemática dessa egrégia personalidade de artista e pedagogo.

Imediatamente após sua chegada a São Paulo, Chiaffarelli se apercebeu da pobreza esquálida da cultura musical da cidade no tocante à arte pianística, porquanto o que se apresentava via de regra em concertos e récitas não ia além de um elenco de fragmentos superficiais e simplórios, paráfrases, variações, peças vulgares, improvisos, galopes sobre o teclado, quase tudo desprovido de um mínimo sentido ou qualidade artística. Numa palavra: música de salão, no estrito sentido da palavra. Urgia mudar imediatamente esse mesquinho **status quo**: fazer conhecer, executar as grandes, relevantes páginas do incomensurável repertório pianístico, do passado e da atualidade, envolvendo o público e a juventude aplicada ao piano.

Chiaffarelli voltou-se heroicamente para a tarefa hercúlea: o incremento da música qualitativamente alta. Não apenas a técnica do piano enquanto caminho para mais amplas perspectivas, como o aprimoramento da sensibilidade de suas dezenas de alunas e alunos.

Para tanto, a partir de 1898, instituiu a importante série de "Concertos Históricos", que faria inveja ao mais viajado professor de piano dos dias de hoje. Por entre centenas de peças autônomas, avulsas, as mais dotadas discípulas faziam-se apreciar tocando sonatas integralmente, entremeiadas de concertos para piano e orquestra, sob forma de redução do capítulo sinfônico para um segundo piano acompanhador, o que se denomina "Klavierauszug" em alemão. Parece fora de dúvida que essa prática salutaríssima jamais medrara em São Paulo, antes do surgimento da extraordinária, única, inédita Escola de Música do professor Luigi Chiaffarelli.

Um Recital Beethoven por Alice Serva apresentou as Sonatas op.7; a famosa "Pathétique", op.13; op. 14 ns 1 e 2; op. 22 e op. 26. Seis Sonatas!

A 17 de novembro de 1898, a mesma pianista ia além, ao investir seu talento no Everest das Sonatas Beethovenianas, a maior de quantas já compostas. É a titânica "Hammerklavier", como é conhecida a Sonata nº 29, em Si bemol maior, op.106, conclusa numa fenomenal, diabolicamente difícil Fuga "a tre voci con alcune licenze". No mesmo programa, as duas derradeiras Sonatas: nº 31, Lá bemol maior, op. 110; nº 32, em Dó menor, op.111.

Obras de Brahms, Tchaicovsky, Debussy, Ravel, Hemselt, Mussorgski ("Quadros de uma Exposição"), Catalani, Grieg, Chabrier ("España"), Wagner, Saint-Saëns, Vianna da Motta, Balakirev ("Islamey"), Thalberg, Levy, Nepomuceno eram freqüentadas.

O repertório que aflora dessas múltiplas realizações é simplesmente prodigioso qualitativamente; quase todo ao nível de estréias. Num recital de Victoria Serva ouviu-se o Concerto nº 24, em Dó menor, KV. 491, de Mozart, precedendo a "Kreisleriana", op. 16, os "Études Symphoniques", op. 13, de Robert Schumann. A 29 de agosto de 1910, Lucilia Eugenia de Mello realiza-

va o sublime noturno em Ré maior, de Franz Liszt, "Bénédiction de Dieu dans la solitude", inspirado em Alphonse de Lamartine.

No 43º Concerto da série histórica, a menina Antonietta Rudge fez o "tour-de-force" de executar a Sonata **Appassionata,** um portento de aplicação para sua pouca idade, precedendo o Concerto em Ré menor, op. 40, de Mendelssohn, "com acompanhamento de instrumentos de corda", rezava o programa.

Surpreendentemente Johann Sebastian Bach (1685-1750), o "Summus Musicus", a imensa pedra angular da era barroca, figurou pouquíssimo no contexto dos "Concertos Históricos". Para tamanha lacuna, só perguntando ao próprio pedagogo! Ausentaram-se, de modo inexplicável, a título de exemplo, o "Concerto no Estilo Italiano" (BWV 971), as seis "Partitas", as Suítes Francesas e Inglesas, os 48 Prelúdios e Fugas do "Teclado Bem Temperado" ("Das Wohltemperierte Clavier"), as "Variações Goldberg"...

João Bosco Assis de Luca, o musicólogo/historiador de Campinas, em sua inconteste envergadura crítica, assinalou em admirável síntese:

"Iluminada por esses ideais clássicos, a pedagogia pianística de Chiaffarelli deixa de ser compreendida como uma finalidade em si mesma, para assumir caráter muito mais amplo, de ***método de desvendamento*** *do universo musical; nele, o executante, treinado para participar disciplinadamente de um processo de* ***recriação*** *da matéria cristalizada na partitura, transforma-se em intermediário entre o compositor-criador e sua audiência, participante ou 'comunicante' daquele processo. Ou seja: guiados por um mestre (cujo trabalho assume natureza genuinamente* ***apostólica)*** *como Chiaffarelli, os pianistas de sua escola tornam-se agentes de um verdadeiro ato de* ***celebração epifânica*** *do qual participam simultaneamente compositor, intérprete e ouvinte.*
(...) A famosa questão da sonoridade pianística alcançada pelos alunos de sua escola, por exemplo, ou a questão do discretíssimo emprego do pedal segundo as propostas chiaffarellianas, deverá ser compreendida dentro da postura de oposição às execuções pretensamente 'românticas' (caracterizadas pela dinâmica arbitrária e pelo empastamento do discurso musical), em prol de uma luminosa e transparente liquidez expositiva, de feições nitidamente mozartianas."

Os fundamentos práticos e técnico-artísticos dessa Escola foram compendiados exemplarmente pelo musicólogo Arnaldo José Senise.

I

O piano é um instrumento **cantante** e nunca **percussivo.** Assertivas em contrário de Bartók, Hindemith, Stravinsky e outros são, em princípio, inaceitáveis.

II

A **Sonoridade** que se alcança no piano constitui objetivo fundamental na execução das grandes obras de arte clássico-românticas, consignadas especificamente ao instrumento de Chopin e Liszt. Há que alcançar a plenitude

canora, porém jamais às expensas da força. A digitocussão ("toucher") deve manifestar-se com sonoridade profunda, suave e transparente quando necessário, apta a colimar um grau de veemência e amplitude dramática, jamais agressiva ou cortante.

III

Os **baixos** ou as notas graves devem ser realçadas no decurso da execução, concomitantemente à funcionalidade dos pedais, para a formulação dos contrastes, a diafaneidade de uma execução nobre e criativa.

IV

Fortíssimos. Proíbe-se terminantemente a emissão de fortíssimos, ou seja, bater, martelar o teclado de maneira extemporânea, agressiva, gerando passagens metálicas e ásperas. Força e dureza reduzem a vibração do instrumento. Consegue-se o aumento da intensidade dinâmica mediante o mais acentuado peso da mão sobre a tecla, nunca pela incidência da força no impulso.

V

Fraseado. Interpretar uma partitura distinguindo, encadeando nítida, meticulosamente as idéias nela contidas; "dizer" de acordo com a divisão dos motivos (incisos); frases, meias-frases. A elocução deverá manifestar-se flexível, sujeita a variações agógicas de valorização dos pormenores da estrutura sintática dos textos.

Para a mais autêntica compreensão de um valioso e inédito repertório, em 1895, Chiaffarelli publicou dois fascículos sob o seguinte modesto título:

"*MIGALHAS — Notas de Literatura e Pedagogia do Piano, lidas em aulas da Eschola de Musica por Luigi Chiaffarelli. Preço 1$000. Vende-se em beneficio da Maternidade de S. Paulo. Propriedade reservada*".

Em linguagem amena, clara, didática, despretensiosa, o mestre tece considerações sobre os mais interessantes e oportunos aspectos da arte pianística e aduz complementarmente um

"*Quadro Chronologico de Compositores para Clavichordio, Clavecin (Cravo) e Piano*".

Chiaffarelli propõe uma divisão dicotômica: Idade Média e Tempos Modernos. Em que lhe pesem alguns lapsos — eis que William Byrd, Thomas Tallis, Dowland, Frescobaldi, Hassler não pertencem historicamente à Idade Média, porém, ao Renascimento — o elenco é significativo, atestando a poderosa penetração científica e cultural do grande mestre, a quem a cidade de São Paulo, na qual desenvolveu um gigantesco trabalho de arte, tornou-se devedora ad perpetuam rei memoriam de imensa cópia de reconhecimento e gratidão, porquanto a personalidade de Chiaffarelli demarca o zenith da pedagogia pianística, ao formar estupenda plêiade de jovens artistas/músicos, aptos a dignificar qualquer país, a qualquer tempo, em qualquer latitude do globo.

Como perspicuamente escreveu o grande musicólogo português Fernando Lopes-Graça:

"A música é, no fundo, uma linguagem — uma linguagem com a sua gramática, a sua sintaxe, a sua morfologia particulares. Todo o processo de compreensão da música se resume num esforço de assimilação da sua linguagem".

AMARAL, Antonio Barreto do — História dos Velhos Teatros de São Paulo, Da Casa da Ópera à inauguração do Teatro Municipal, Coleção Paulistica, vol. XV, 1979, 446 pgs.
CERQUERA, Paulo de Oliveira Castro, Um Século de Ópera em São Paulo, 1954, 424 pgs.
LUCA, João Bosco Assis de, Uma Revolução Estética na São Paulo de 1892: o Primeiro Concerto da Escola de Música de Luigi Chiaffarelli, Campinas, 1992, 38 pgs.
AZEVEDO, Luiz Heitor Corrêa de, 150 Anos de Música no Brasil (1800-1950), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956, 423 pgs.
GRAÇA, Fernando-Lopes, Introdução à Música Moderna, Lisboa, Cosmos, 1942, 128 pgs.
Id., Reflexões sobre a Música, Lisboa, Seara Nova, 1941, 150 pgs.; Pequena História da Música de Piano, Opúsculos, vol. I, Editorial Caminho, Lisboa, 1984, pgs. 215-293.
CHIAFFARELLI, Luigi, Migalhas — Notas de Litteratura e Pedagogia do Piano, vols. I-II, São Paulo, 1895, 40 pgs.
Ao Maestro Luigi Chiaffarelli, suas alumnas, São Paulo, MCMXVI, 73 pgs.
NEUHAUS, Heinrich, L'Art du Piano — Notes d'un Professeur, trad. Olga Pavlov e Paul Kalinine, Tours, Van de Welde, 1971, 240 pgs.
KENTNER, Louis, Piano, New York, Schirmer, 1976, X-210 pgs.
LOCARD, Paul e STRICKER, Remy, Le Piano, 5ª ed, Paris, 1974, Presses Universitaires de France, 128 pgs.
CANDÉ, Roland de, Dictionnaire de Musique, Paris, Éditions du Seuil, 1961, pgs. 202-206.
Enciclopédia da Música Brasileira, São Paulo, Art Editora, 1971, vol. I, pgs. 188, 143, 311-312.
FIELDEN, Thomas P, verbete "Piano", Grove's Dictionary of Music and Mysicians, 5ª ed, London, Macmillan, 1954, vol. VI, pgs. 724-751.
BROCKHAUS RIEMANN, Musiklexikon, Schott Mainz — Piper Munchen, 1979, vol. II, pgs. 302-303, verbete Klavierauszug.
RIEMANN, Hugo, Musik-Lexikon, Achte Auflage, Berlin, Max Hesses Verlag, pgs. 556-558.
SCHOLES, Percy A, The Oxford Companion to Music, London, Oxford University Press, 1955, pgs. 794-811.
SCHONBERG — Harold C. The Great Pianists, London, Gollancz, 1978, 448 pgs.

SESSÕES

As sessões plenárias do IHGSP são públicas e realizadas às primeiras e terceiras quartas-feiras do mês, das 17 às 18 horas, no auditório de sua sede social, situada na Rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, centro da capital. As atividades de cada ano iniciam-se no dia comemorativo da fundação de São Paulo, 25 de janeiro, prolongando-se até outubro.

Desde o ano de 1985 que às segundas e quartas quartas-feiras, das 16h30 às 18 horas, são preenchidas com as reuniões do Centro de Estudos Históricos — CEHIS —, uma inovação cultural das tardes daqueles dias, aberta à participação de sócios e convidados. Fato raro — talvez único — na agitada Paulicéia de nossos dias, a formação regular de uma autêntica "mesa-redonda" onde são comentados e debatidos — cada interventor dispõe de dez minutos — os mais diferentes e palpitantes temas históricos, geográficos, de ciências correlatas e literários. Comentários sobre livros, efemérides, personalidades, eventos culturais, artigos de jornais ou revistas, notícias de outras entidades também são tratados nas reuniões do CEHIS. Até recentemente circulou, quinzenalmente, o "Jornal do CEHIS", boletim informativo, substituído pelo mensário "Informe HISTÓRIA", ambos editados pelo jornalista e sócio J. Pereira. O CEHIS é órgão integrante do sodalício, um complemento das sessões plenárias, compreendendo, além do já citado, a leitura de Ata da reunião anterior e comunicados diversos.

PUBLICAÇÕES e PRÊMIOS

Diversas publicações especiais foram promovidas pelo Instituto. Entre elas, "São Paulo em Quatro Séculos", comemorativa do IV Centenário, Poliantéias dedicadas a José Bonifácio de Andrada e Silva (1963), a Washington Luís (1969), ao Padre Manuel da Nóbrega (1970), a D. Pedro I e Dona Leopoldina (1972). Ressalte-se ainda a participação em diversos convênios. Em 1982, por exemplo, com a Secretaria de Cultura

do Estado, possibilitando a reimpressão fac-similar de quinhentas coleções de oito volumes do "Almanach Litterário de São Paulo" (1876-81 e 1884-88) de José Maria Lisboa, "repositório de preciosos dados sobre o passado de São Paulo", como escreveu o então presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro.

A partir do ano do Centenário (1994), o Instituto promoverá a concessão do "selo de qualidade" para os melhores trabalhos publicados nas áreas de História e Geografia.

PRESIDENTES do IHGSP

Efetivos:

Cesário Motta Jr. — 1894-1896
Manuel Antônio Duarte de Azevedo — 1897-1912
Luís de Toledo Piza e Almeida — 1913-1916
Altino Arantes — 1916-1922
Afonso Antônio de Freitas — 1922-1930
José Torres de Oliveira — 1930-1950
Ernesto de Sousa Campos — 1951-1957
José Pedro Leite Cordeiro — 1957-1963
Aureliano Leite — 1963-1976
Ernesto de Moraes Leme — 1976-1978
José Pedro Leite Cordeiro — 1978-1985
Lycurgo de Castro Santos Filho — 1986-1992
Hernâni Donato — 1993

Honorários:

Prudente José de Moraes Barros
José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco)
Rui Barbosa
Afonso d'Escragnolle Taunay
Ernesto de Moraes Leme
Lycurgo de Castro Santos Filho

Diretoria - Triênio de 1993/1996

Presidente	Hernâni Donato
1º Vice-Presidente	Duílio Crispim Farina
2º Vice-Presidente	José Pereira
3º Vice-Presidente	Odilon Nogueira de Matos
1º Secretário	Roberto Machado Carvalho
2º Secretário	José da Veiga Oliveira
3º Secretário	Henrique L. Alves
4 Secretário	Ruy Rebello Pinho
1º Tesoureiro	Maria Lucia de Souza Rangel Ricci
2º Tesoureiro	Douglas Michalany
1º Orador	Israel Dias Novaes
2º Orador	José Benedito Silveira Peixoto
1º Bibliotecário	Célio Salomão Debes
2º Bibliotecário	Adérito Augusto de Moraes Calado
Hemerotecário	Délio Freire dos Santos
Diretor do Museu, Arquivo e Documentação	Reginaldo Moreira de Miranda

Comissão de Redação da Revista

Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J.
José Benedito Silveira Peixoto
Geraldo Dutra de Moraes
Célio Salomão Debes
Nilva Rogick de Mello

COMPOSICÃO, FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 -- Fone: 291-3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011-34557 - DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84

GOVERNO DE SÃO PAULO
CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR